EUGÊNIO ALVARENGA FERRARI

AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA, AGROECOLOGIA E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de Magister Scientiae.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2010

EUGÊNIO ALVARENGA FERRARI

AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA E A CONTRIBUIÇÃO DA AGROECOLOGIA

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae.*

APROVADA: 05 de agosto de 2010.

Prof. Fábio Faria Mendes
(Coorientador)

Profª. Maria Izabel Vieira Botelho
(Coorientadora)

Profª. France Maria Gontijo

Profª. Cláudia Job Schmitt

Prof. Marcelo Miná Dias
(Orientador)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer, de modo especial, aos agricultores e agricultoras que me receberam em suas casas e se dispuseram a contar suas histórias de vida, matéria fundamental deste trabalho. Da mesma forma agradeço aos demais participantes das reuniões ("grupos focais") realizadas em Araponga e Espera Feliz, que me forneceram uma preciosa caracterização da diversidade da agricultura familiar nestes municípios e permitiram organizar o trabalho de campo desta pesquisa. Estas pessoas representam para mim um conjunto maior de agricultores e agricultoras que dão sentido e à quem dedico este trabalho.

Quero agradecer também ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – CTA, que me permitiu vivenciar uma rica experiência de trabalho e militância, sem a qual não teria alcançado a formação necessária para a realização deste trabalho. Agradeço à todos/as colegas que integram ou que de alguma forma se relacionam com esta organização, com os quais tive o prazer de trabalhar e aprender ao longo dos últimos vinte e quatro anos.

Um agradecimento especial também ao meu orientador, professor Marcelo Miná Dias; aos demais membros da comissão orientadora, Fábio Faria Mendes e Maria Izabel Vieira Botelho; e às professoras France Maria Gontijo e Claudia Schmitt, pelas contribuições efetivas desde a elaboração do projeto de pesquisa. Considero-me um privilegiado de ter tido a oportunidade de ser orientado por pessoas com tal afinidade política e ideológica e, ao mesmo tempo, capacidade intelectual e acadêmica.

Devo agradecer também à Universidade Federal de Viçosa por me proporcionar aprendizados acadêmicos. Aos professores e funcionárias do Programa de Mestrado em Extensão Rural da UFV. Aos colegas do mestrado, em especial ao Marcinho, pela troca de idéias, dúvidas e angústias, durante o curso e a elaboração da dissertação.

Também devo agradecer ao CNPQ, pelo financiamento de meus estudos que me proporcionou a dedicação necessária ao mestrado.

Finalmente, agradeço, com todo amor e carinho, à Cacá, companheira de sempre; e aos queridos filhos Lucas, Clara, Rossini, Maíra e Iuri, sem dúvida alguma nossa maior fonte de inspiração e nossa maior contribuição para melhorar este mundo.

BIOGRAFIA

Eugênio Alvarenga Ferrari, filho de Maria Eugênia Alvarenga Ferrari e Rossini Ferrari, nasceu em Belo Horizonte no ano de 1960. Aos dezenove anos mudou-se para Viçosa para cursar Agronomia na Universidade Federal de Viçosa, graduando-se ao final de 1985. As disciplinas cursadas na universidade constituíram apenas uma parte da sua formação profissional, complementada e enriquecida nas inúmeras atividades extracurriculares das quais participou neste período, com destaque para a militância no movimento estudantil; a participação no Grupo Alfa de Ecologia; a participação na criação da "Comunidade" e Restaurante Alfa, que permitiram a vivência prática da agricultura no sítio da Violeira e do cooperativismo de trabalho no restaurante; e finalmente na criação do Grupo de Agricultura Alternativa de Viçosa, fundamental na construção de uma visão crítica da própria formação acadêmica.

Em 1986, já casado com Maria do Carmo Couto Teixeira e pai de Lucas e Clara, iniciou sua atuação profissional de agrônomo como horticultor, apicultor e feirante na feira livre de Viçosa. Em 1987, junto com outros profissionais recém formados na UFV e como bolsista da Fundação Ashoka, iniciou o processo de criação do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, passando a integrar a equipe técnica desta organização, onde exerceu o cargo de coordenação executiva até 2006. Um período, sem dúvida alguma, de maior riqueza na formação profissional, especialmente pelos conhecimentos adquiridos junto aos agricultores e agricultoras dos vários municípios da Zona da Mata onde atuou. Período também em que nasceram Rossini e Maíra, mais duas luzes a iluminar o caminho.

A partir da atuação profissional no CTA-ZM, que integrava a Rede de Projetos em Tecnologias Alternativas, atuou na constituição e coordenação de outras redes de articulação, envolvendo organizações e movimentos sociais do campo, como a Articulação Nacional de Agroecologia e Articulação Mineira de Agroecologia.

Finalmente, em 2008 ingressou no curso de mestrado em Extensão Rural, também na Universidade Federal de Viçosa, mas o primeiro fruto deste período não foi a dissertação, que ora se apresenta, e certamente muito mais "bem feito": nasceu Iuri.

ÍNDICE

Página

LISTA DE FIGURAS, MAPAS E TABELAS v

RESUMO vi

ABSTRACT vi

1. INTRODUÇÃO 1

1.1 Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Agroecologia 3

1.2 A Construção do Problema de Pesquisa 5

1.3 A Realidade Social Estudada: A Agricultura Familiar nos Municípios de Araponga e Espera Feliz 8

2. AGRICULTURA FAMILIAR, MODERNIZAÇÃO E AGROECOLOGIA 9

2.1 Modernização e Agricultura Familiar 9

2.2 Agricultura familiar: para além de uma categoria genérica 12

2.3 A "Agricultura Familiar Camponesa" 15

2.4 Estratégias de reprodução socioeconômica da agricultura familiar 18

2.5 Agroecologia e Agricultura Familiar Camponesa 21

3. METODOLOGIA 25

4. A AGRICULTURA FAMILIAR NA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS E NOS DOIS MUNICÍPIOS FOCALIZADOS 31

4.1 Um pouco da história da ocupação da Zona da Mata 31

4.2 As políticas públicas de modernização da agricultura na Zona da Mata 35

4.3 Focalizando a agricultura familiar nos municípios de Araponga e Espera Feliz ... 37

4.4 As "Agriculturas Familiares" de Araponga e Espera Feliz 41

5. AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS 51

5.1 Em Araponga, histórias de resistência camponesa 51

5.2 Em Espera Feliz, processos de descampezinização e re-campezinisação 74

6. ORDENAMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO E AGROECOLOGIA .. 94

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 119

8. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS 122

LISTA DE FIGURAS, MAPAS E TABELAS

		Página
FIGURA 01	Diagrama da propriedade de Pedrinho e Dulcinéia, destacando os fluxos de insumos utilizados na produção	97
FIGURA 02	Diagrama da propriedade de Zé Branco e Elvira, destacando os fluxos de insumos utilizados na produção	100
FIGURA 03	Diagrama da propriedade de José Edson e Cleonice, destacando os fluxos de insumos utilizados na produção	104
FIGURA 04	Diagrama da propriedade de Tenório e Tereza, destacando os fluxos de insumos utilizados na produção	106
FIGURA 05	Diagrama da propriedade de Edson e Margarida, destacando os fluxos de insumos utilizados na produção	114
MAPA 01	Localização da Zona da Mata e dos municípios de Araponga e Espera feliz	32
TABELA 01	População Residente de Araponga e Espera Feliz em 1970, 1980, 1991, 2000 e 2005	38
TABELA 02	Estabelecimentos Rurais – Araponga E Espera Feliz (1996-2006)	39
TABELA 03	Número de Estabelecimentos por Estratos de Área Familiares por Grau de Especialização	40
TABELA 04	Algumas características das propriedades das 5 famílias entrevistadas	95
TABELA 05	Uso de adubação química, produção de café e custo de produção por mil pés de café	98
TABELA 06	Valores Brutos da Produção de alguns subsistemas nas propriedades analisadas	102

RESUMO

FERRARI, Eugênio Alvarenga, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, Agosto de 2010. **Agricultura familiar camponesa, agroecologia e estratégias de reprodução socioeconômica.** Orientador: Marcelo Miná Dias. Coorientadores: Fábio Faria Mendes e Maria Izabel Vieira Botelho.

A Agricultura Familiar passou a ser objeto de Políticas Públicas no Brasil, mas a literatura especializada informa que faltam teorias adequadas para compreender e desvendar a natureza dos distintos "grupos agrários" contemporâneos, e esta falta de entendimento dificulta a formulação de políticas adequadas. Este trabalho de pesquisa objetivou analisar as estratégias de reprodução sócio-econômica da agricultura familiar nos municípios de Araponga e Espera Feliz, na Zona da Mata de MG, identificando possíveis contribuições das propostas agroecológicas nestas estratégias. Com o levantamento de dados secundários foi caracterizado um processo diferenciado de modernização da agricultura em cada município e o uso adaptado da metodologia de grupos focais permitiu identificar uma diferenciação da agricultura familiar. A realização de entrevistas em profundidade com famílias de agricultores nos dois municípios possibilitou uma comparação a partir da identificação e caracterização de diferentes estratégias de reprodução socioeconômica. Os focos principais de atenção na análise foram: o ordenamento associado ao processo de produção agrícola; as relações estabelecidas com os mercados; a permanência de práticas e regras relacionadas à reciprocidade; os padrões de herança; e a ocorrência da pluriatividade. Tomando por base as famílias entrevistadas, podemos afirmar que existe nestes municípios uma agricultura familiar que pode ser caracterizada como camponesa, onde a busca pela autonomia e a manutenção de práticas de reciprocidade podem ser identificadas como algumas das características mais marcantes. Pode-se também afirmar que o modo de produção camponês tem permitido que as famílias encontrem margens de manobra no contexto atual de ameaças e privações, desenvolvendo estratégias efetivas de reprodução social e econômica. Foi também possível afirmar a contribuição da agroecologia na reprodução socioeconômica dessa agricultura familiar, na medida em que estão ajustadas às estratégias de resistência camponesa.

ABSTRACT

FERRARI, Eugênio Alvarenga, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, august, 2010. **Peasant family farming, agroecology and strategies of socio economic reproduction.** Adviser: Marcelo Miná Dias. Co-advisers: Fábio Faria Mendes and Maria Izabel Vieira Botelho.

Family farming began to be focus of government policy in Brazil, but the expertise literature inform that there is a lack of suitable theories for the understanding and uncover the actual nature of the contemporary different "agrarian groups". This lack of understanding makes difficult the lay down of suitable policies. The present work aimed to analyze the strategies of socio economic reproduction of family farming in counties of Araponga and Espera Feliz, na Zona da Mata, Minas Gerais state, identifying the possible contributions of agroecological proposals in these strategies. The survey of secondary data showed different agricultural modernization processes in each county and an adaptation of the focal group methodology allowed the identification of a differentiation of family farming. The conduction of depth interviews with the families of farmers in both counties allowed a comparison starting from the identification and characterization of their different strategies of socio economic reproduction. The main focus of analyses were: the order associated to the agricultural production process; the relationship with markets; the maintenance of practices and rules related to reciprocity; the standards of inheritance and the presence of pluriactivity. Based on the interviewed families, it is possible to affirm that in those counties there is a family farming characterized as peasant, in which the search for autonomy and the maintenance of reciprocity practices can be spotted as one of the most important characteristics. It is also possible to affirm that the peasant production way is allowing families to find room for manoeuvre in the present context of treats and dispossession, developing effective strategies of social and economic reproduction. It is possible to affirm the contribution from agroecology in the socio economic reproduction of this family farming, as it fits the strategies of the peasant resistance.

1 INTRODUÇÃO

A Agricultura Familiar não só se tornou um tema importante no debate atual dos "estudos rurais" como passou a ser objeto de esforços significativos do Estado brasileiro, que através de diferentes políticas buscou favorecer seu "fortalecimento" e integração no processo de desenvolvimento do país. Esta integração esteve, desde os anos 60, inserida no processo mais amplo de modernização da agricultura[1].

A modernização foi um processo bastante diverso em termos de sua abrangência territorial e dos tipos de agricultores atingidos. Se por um lado resultou no aumento da produtividade e na instituição de um setor agropecuário fortemente integrado a mercados e complexos agroalimentares, por outro, resultou também na degradação ambiental e causou impactos sociais e culturais negativos, a partir de processos de diferenciação, exclusão social e econômica de vários segmentos da chamada Agricultura Familiar (ALMEIDA, 1997; TONNEAU *et al.*, 2005).

Segundo Mafra (2006), a partir da crítica do processo de modernização da agricultura vêm sendo formuladas diferentes propostas alternativas que têm resultado não somente no debate teórico dos pressupostos da modernização, como tem constituído experiências concretas de intervenção junto a agricultores familiares de diferentes regiões do país. Dentre estas propostas se destacam aquelas que se baseiam no enfoque da agroecologia[2]. Sob a homogeneidade de princípios gerais da agroecologia encontra-se uma riqueza de relatos de inovação de processos, tecnologia e relações sociais, mas também de conflitos, obstáculos e resistências produzidos e enfrentados de formas diferentes em cada experiência agroecológica específica.

Mas, longe de serem "vítimas passivas" da modernização, os agricultores familiares seguem desenvolvendo e atualizando estratégias de reprodução social e econômica, tanto aqueles que buscam enfrentar os efeitos de sua inserção no processo de modernização, como aqueles que se viram excluídos das políticas que lhe deram sustentação.

---

[1] Como "modernização da agricultura" nos referimos às transformações nos espaços rurais decorrentes do processo macrosocial, mais intenso, de desenvolvimento capitalista da agricultura. Processo este impulsionado por políticas governamentais, que no Brasil tiveram como objetivos a adequação da estrutura de produção agrícola nacional ao novo surto de crescimento econômico planejado no pós-1964.

[2] A agroecologia pode ser tomada, na atualidade, como um conceito em construção, ou mesmo em disputa. Há um intenso debate em torno do conceito e seria temeroso apresentar um conceito definitivo. No entanto, enquanto enfoque científico, a agroecologia toma como unidade de estudo os agroecossistemas; e estes como resultado da co-evolução da natureza e dos grupos sociais que nela intervêm, com suas distintas formas de conhecimento, organização, tecnologias e valores. Estes, portanto, são sistemas onde os ciclos minerais, as transformações de energia, os processos biológicos e as relações socioeconômicas, devem ser investigados e analisados com um todo (ALTIERI, 1992).

Durante o período em que ocorreram de forma mais intensa as políticas de modernização da agricultura, a percepção e a interpretação de práticas políticas diversas, a definição social dos interesses dos agricultores e o desenvolvimento de políticas foram reduzidos e governados pelo paradigma da modernização. Nas palavras de Ploeg (2008):

> [...] "Um dos *buracos negros* criados pela ciência tem ocultado a forma como os camponeses atuam no mundo moderno. Isto significa que o fenômeno camponês[3] tem sido relegado para lugares remotos, escondidos na história e na periferia" (PLOEG, 2008, p.33).

Tornou-se necessário, no entanto, desenvolver novas abordagens que superem a modernização como enquadramento teórico e prático. A literatura especializada nos informa que faltam teorias adequadas para compreender e desvendar a natureza dos distintos "grupos agrários" [4] contemporâneos; e esta falta de entendimento teórico se reflete negativamente não só na formulação de políticas, como na forma como os novos movimentos sociais se relacionam com o campo (PLOEG, 2008).

Este trabalho de pesquisa objetivou analisar as estratégias de reprodução sócio-econômica da agricultura familiar nos municípios de Araponga e Espera Feliz, conferindo visibilidade[5] a um tipo de agricultura familiar camponesa e identificando possíveis contribuições das propostas agroecológicas implementadas nestas estratégias.

Esta pesquisa se justifica por buscar analisar como, em uma dada realidade empírica, as estratégias de reprodução social e econômica dos agricultores se atualizam em um novo contexto atual de ameaças e privações, revelando a coexistência de uma diversidade de tipos de agricultura familiar. A utilização do conceito genérico de "agricultura familiar" traz dificuldades e limitações para aqueles que procuram apoiar tais famílias de agricultores, em suas trajetórias de sobrevivência e busca de melhores condições de vida, uma vez que ficam obscurecidas as diferentes estratégias de reprodução socioeconômica adotadas, por vezes divergentes.

Justifica-se também por analisar as possibilidades das propostas agroecológicas contribuírem na reprodução sócio-econômica da agricultura familiar em contextos específicos. A agroecologia tem sido amplamente debatida e disputada em diferentes espaços públicos ou privados, como alternativa mais adequada para o desenvolvimento da agricultura familiar. Mafra (2006) argumenta que a agroecologia deixou de ser um tema marginal nos debates sobre

---

[3] O autor utiliza o termo camponês, enfatizando mais "a forma camponesa de fazer as coisas", ou seja, mais do que em identidades presumidas, seu interesse está nas atividades, práticas, processos e no padrão de evolução de relações em que estão envolvidos (PLOEG, 2008)

[4] Ploeg (2008) argumenta que os grupos agrários de hoje constituem uma mistura diversificada de diferentes "modos de se fazer a agricultura".

[5] Visibilidade no sentido de ser reconhecido como um setor importante da agricultura brasileira e da necessidade de elaborar políticas públicas específicas que possam apoiá-lo.

desenvolvimento rural, passando a ganhar visibilidade, inclusive sendo objeto de políticas do Estado, e tem se revelado, a cada momento, um campo rico de possibilidades de investigação social.

1.1. Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Agroecologia

O debate acerca do papel e da importância da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro ganhou força a partir dos anos 1990, impulsionado pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda e desenvolvimento local. A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a ampliação do número famílias assentadas pela política de reforma agrária refletiram e alimentaram este debate na sociedade (GUANZIROLI & CARDIN, 2000).

No entanto, a análise de políticas públicas implementadas pelo Estado como, por exemplo, o caso do Pronaf, até o final dos anos noventa, nos permite afirmar que a ação do Estado foi seletiva, beneficiando principalmente agricultores do Sul e Sudeste do Brasil (ABRAMOVAY & VEIGA, 1999). Para Almeida (1997), é possível afirmar que mesmo se considerada a agricultura familiar como foco das políticas, estas tenderão a favorecer as unidades produtivas familiares mais "avançadas", ou seja, as mais capitalizadas e integradas a mercados convencionais, em detrimento das mais "atrasadas", pouco "tecnificadas", menos capitalizadas e que combinam uma produção para o mercado com a produção para o consumo familiar.

Pode-se mencionar também o fato de que o aumento da produtividade, associado ao consumo de tecnologia, que têm fundamentado a ação e o discurso modernizadores até hoje, permaneceu, desde as origens do Pronaf, como eixo orientador da ação pública. A noção de sustentabilidade que acompanha esta ação não tem implicado opção por tecnologias alternativas ao padrão que vem sendo adotado até então. Carneiro (1997, p.73), em uma análise desenvolvida em relação ao Pronaf, afirma que "(...) torna-se difícil reconhecer a real possibilidade do governo em romper efetivamente com as práticas desenvolvimentistas do passado, pautadas na tecnificação, para se orientar na direção de um 'novo paradigma de desenvolvimento rural".

Por outro lado, a partir de 2003, o Estado brasileiro introduziu inovações nas políticas para a agricultura familiar, como por exemplo, na nova Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), que propõe a adoção do enfoque da agroecologia na extensão rural; ou na criação de linhas de financiamento específicas do Pronaf, visando apoiar a transição agroe-

cológica de agricultores familiares. Mas se considerarmos que o crédito rural continua sendo o principal instrumento de política para a agricultura familiar e que o volume de recursos aplicados no Pronaf Agroecologia foi insignificante diante do volume de crédito aportado pelo governo federal nas demais linhas de financiamento, pelo menos em termos do volume de recursos aportados pelo Estado chega-se à conclusão que o eixo principal das políticas segue na direção da "modernização" da agricultura familiar. Foram somente 223 contratos até o ano de 2005, no valor total de R$ 2.301.528,00, algo em torno de 0,01 % do volume total de crédito para a agricultura familiar, no mesmo período (FERRARI & ABRAÃO, 2008).

No mesmo sentido argumenta Dias (2006) ao afirmar que o grande peso da linha de financiamento da produção em relação às demais linhas de ação é revelador do viés produtivista das políticas federais para a agricultura familiar. Sendo a produtividade e a rentabilidade noções básicas que orientam estas políticas e adotando a capacidade de acesso às novas tecnologias e aos mercados como critérios para a seleção dos beneficiários e construção de metas, em certo sentido, essas políticas revivem o modelo básico da modernização da agricultura, que busca o aumento da produção por meio da tecnificação dos processos produtivos (DIAS, 2006).

São políticas que não deixaram de suscitar polêmicas tanto pelo papel que se supõe que a agricultura familiar possa desempenhar no contexto brasileiro na atualidade, como pela delimitação do público objeto destas políticas, que em sua diversidade são enquadrados pela categoria "agricultores familiares". Revigora-se assim o debate sobre a permanência, ou diferenciação social, das formas familiares de produção no meio rural. E esta não é uma discussão recente, nem tampouco próxima a um consenso.

Por outro lado, são também motivos de uma crescente conscientização e crítica da sociedade os impactos da modernização da agricultura, especialmente no que tange à desigualdade social e à sustentabilidade econômica e ecológica da produção agrícola no longo prazo. Segundo Almeida (1997) é fácil de se perceber, nas recorrentes e diferentes manifestações atuais, que os termos agricultura e desenvolvimento sustentáveis indicam o anseio por um novo paradigma tecnológico que não agrida o meio ambiente, explicitando a insatisfação com a agricultura "moderna" (ALMEIDA, 1997).

É aí que emerge também o debate, ainda polêmico, que diz respeito às possibilidades de que enfoque da agroecologia seja o mais adequado para a promoção da sustentabilidade e fortalecimento da agricultura familiar. A agroecologia surge neste contexto não necessariamente como uma solução genérica para a reprodução social e econômica da agricultura familiar, uma

vez que o processo seletivo da modernização possibilitou a emergência de uma agricultura familiar de tipo empresarial. Talvez este processo parcial e seletivo de modernização tenha deixado mais claro a existência de outros tipos de agricultura familiar, para os quais a incorporação de sistemas produtivos de base tecnológica sofisticada, dependente de insumos químicos e mecânicos externos e a forte integração e dependência de mercados, etc. não sejam os meios adequados para manter sua reprodução socioeconômica. Mais promissoras seriam as intervenções orientadas por princípios agroecológicos.

É na articulação destes dois debates, sobre as possibilidades da agricultura familiar enquanto modo de produção no contexto atual, e da agroecologia, como uma nova proposta que poderia se constituir em importante ferramenta para a promoção das complexas transformações sociais e ecológicas necessárias para assegurar a sustentabilidade, que se buscou construir o problema de pesquisa.

1.2. A Construção do Problema de Pesquisa

É preciso reconhecer de imediato que a construção do problema de pesquisa é contextualizada e influenciada por minha inserção profissional em uma organização que atua na promoção da agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável: o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM)[6]. Durante cerca de vinte anos, nos quais atuei em programas de desenvolvimento rural nesta organização, pude perceber uma diversidade enorme de estratégias de reprodução social e econômica adotadas pelas famílias de agricultores e, ao mesmo tempo, talvez pela formação tecnicista que tive no curso de graduação em Agronomia, vivenciei também enorme dificuldade em compreender mais profundamente as motivações destas famílias ao adotarem estas estratégias, dentre as quais aquelas propostas pelo CTA-ZM, a partir dos princípios da agroecologia.

Nos últimos anos foi se tornando mais evidente, para mim, a limitação que esta dificuldade de compreensão e interpretação da realidade traz não só para a minha atuação profissional em particular, mas também para outros profissionais e organizações que procuram apoiar tais famílias de agricultores, em suas trajetórias de reprodução social e busca de melhores condições de vida.

[6] Organização que presta assessoria a agricultores familiares e suas organizações na Zona da Mata de Minas Gerais.

A adoção de uma definição genérica e imprecisa de "agricultores familiares" [7] como público para o qual profissionais e organizações direcionam suas ações, e o qual pretende apoiar, é insuficiente, podendo ocultar a perspectiva de que algumas dessas ações têm a possibilidade de incluir apenas uma parcela de agricultores, que reúne as condições objetivas em um dado momento histórico, mas uma inclusão parcial, pequena, e que inclusive pode provocar uma diferenciação de relações de poder entre os mesmos.

A definição de fortalecimento do sujeito "agricultor familiar" pelo Estado, por organizações (inclusive pelo CTA-ZM) e movimentos sociais pode não estar incluindo, em cenários futuros, segmentos camponeses que fazem parte desta categoria genérica de "agricultores familiares". Pode contribuir para que se fortaleçam somente os empreendedores, aqueles especializados e integrados ao complexo do capital agroindustrial, que convive perifericamente com o agronegócio exportador.

Do ponto de vista teórico, para alguns autores, somente uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais é que tem perspectivas de futuro no mundo (capitalista) atual, e esta não poderia, nem de longe, ser caracterizada como "camponesa". Esta é a posição assumida claramente por Abramovay (1992), por exemplo. Para outros, a "forma camponesa" de agricultura familiar, longe de estar condenada ao desaparecimento, dada sua peculiar resistência, tem representado uma promessa de continuidade (PLOEG, 2006). Mesmo tendo perdido a significação e importância que tinha nas sociedades pré-modernização, a agricultura familiar camponesa continua a se reproduzir nas sociedades atuais integradas ao mundo moderno (WANDERLEY, 1999).

Wanderley (1999)[8] propõe o campesinato tradicional como uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que na agricultura camponesa, tal como na categoria genérica de agricultura familiar, a família ao mesmo tempo que é proprietária dos meios de produção assume também o trabalho no estabelecimento produtivo, mas que, no entanto, tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar. Particularidades que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global. Por outro lado, assume também a hipótese de que multiplicaram-se outras formas não camponesas de agricultura familiar. Aquelas que tentam

[7] As aspas são utilizadas nestes parágrafos para realçar a imprecisão dos termos "agricultura familiar" e "agricultor familiar".

[8] Citando MENDRAS apud WANDERLEY (1999) e apoiando-se na reflexão sobre o tema produzida pelo "Groupe de Sociologie Rurale", nos anos 70.

adaptar-se ao novo contexto de reprodução, impactado pelas transformações de caráter mais geral[9].

Há muitas pesquisas e estudos realizados que permitiram a caracterização da agricultura familiar em diferentes regiões; e que permitiram também que se teorizasse a respeito de suas tendências e perspectivas futuras. Mas, como interpretar realidades específicas, como por exemplo a dos diferentes municípios da Zona da Mata Norte[10], no estado de Minas Gerais?

Atuando como mediador na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, senti a necessidade de uma reflexão teórica a respeito desta "forma camponesa" de agricultura familiar em particular. É neste contexto de indagações e experiências pessoais e institucionais que o problema de pesquisa pôde ser definido a partir das seguintes questões: afinal, quais são as características dos agricultores familiares que estão implementando as propostas agroecológicas nestes municípios da Zona da Mata de Minas Gerais? Como podemos interpretar as estratégias de reprodução social e econômica destas famílias? Que conceitos e teorias nos ajudam a interpretar a heterogeneidade destas estratégias, das escolhas feitas pelas famílias? As propostas agroecológicas promovidas junto a estas famílias contribuem e/ou ampliam suas possibilidades de reprodução social e econômica? Para que formas de agricultura familiar as propostas agroecológicas deveriam estar direcionadas?

Resumidamente, o problema de pesquisa foi formulado da seguinte forma: estão em curso programas e projetos de desenvolvimento rural que visam o "fortalecimento" da agricultura familiar na Zona da Mata de Minas Gerais, mas não se conhecem – ou não se confere visibilidade – às diferentes formas de agricultura familiar presentes nesta região e nem mesmo existe uma reflexão teórica a este respeito, de forma a subsidiar a análise das propostas contidas em tais programas e projetos e mesmo a construção de cenários futuros para o desenvolvimento desta agricultura familiar.

A partir da minha vivência profissional nesta região e da reflexão teórica que me permitiu o Curso de Mestrado em Extensão Rural, foram formuladas as seguintes hipóteses para esta pesquisa:

- Em diferentes municípios da Zona da Mata há situações diversas em termos da integração dos agricultores familiares no processo de modernização da agricultura, que

[9] Transformações relacionadas com o aumento da importância da cidade e da cultura urbana, centralidade do mercado, globalização da economia, etc.

[10] "Zona da Mata Norte" se refere a uma subdivisão da macro-região administrativa da Zona da Mata de Minas Gerais, onde está a maior parte dos municípios onde o CTA-ZM atua.

nos permite dizer que o processo de modernização foi mais intenso em uns do que em outros.

- É possível se caracterizar a presença de uma "forma camponesa de agricultura familiar" na Zona da Mata de Minas Gerais e esta presença reflete a capacidade deste tipo de agricultura familiar continuar se reproduzindo, atualizando seu papel nas sociedades atuais integradas ao mundo moderno;
- As propostas agroecológicas que estão sendo construídas na região estão contribuindo para a reprodução sócio-econômica desta forma camponesa de agricultura familiar;

1.3. A Realidade Social Estudada: A Agricultura Familiar nos Municípios de Araponga e Espera Feliz

Os municípios de Araponga e Espera Feliz, ambos localizados na Zona da Mata de Minas Gerais, foram escolhidos como base empírica desta pesquisa por representarem situações diversas em termos da integração dos agricultores familiares no processo de modernização da agricultura. Também influiu nesta escolha o fato de serem municípios onde atuei por vários anos, a partir do trabalho realizado pelo CTA-ZM, o que me permitiu conhecer as pessoas e estabelecer com elas a colaboração necessária no desenvolvimento dessa pesquisa. Foi este contato com a realidade destes dois municípios que me levou a levantar a hipótese de que o processo de modernização foi mais intenso em Espera Feliz do que em Araponga, configurando-se como uma base empírica adequada para a comparação que almejava realizar. A análise de alguns dados secundários e daqueles levantados no trabalho de campo vieram a confirmar esta hipótese inicial. Finalmente, outro motivo para a escolha destes municípios foi o fato de existirem aí dezenas de famílias de agricultores que, há mais de dez anos, vem implementando propostas agroecológicas, orientadas pela intervenção de programas de extensão de universidades, de organizações não governamentais e mesmo pela ação das próprias organizações dos agricultores.

2 AGRICULTURA FAMILIAR, MODERNIZAÇÃO E AGROECOLOGIA

2.1. Modernização e Agricultura Familiar

Para Navarro (1992) o processo de modernização da agricultura foi produto de um conjunto de desenvolvimentos teóricos no campo da economia que conferiu ao setor agrário um papel relevante no crescimento econômico. Especialmente após a segunda guerra mundial, a modernização da agricultura passou a ser considerada como passo prévio ou necessário para a industrialização. A agricultura deveria viabilizar uma produção crescente de alimentos; a transferência de mão de obra para a indústria; recursos para o desenvolvimento industrial; criação de mercados e ingressos pela exportação e cooperação internacional. Almeida (1997) acrescenta que difundiu-se em todo o mundo a idéia, influenciada por economistas de diferentes matizes ideológicos, de que a agricultura tinha este papel funcional e subsidiário ao setor industrial.

Vários países latino-americanos, a partir de meados da década de 1960, se engajaram, por meio de suas elites governantes, em processos de modernização a partir dos pressupostos da "Revolução Verde", ou seja, baseados na busca do aumento da produtividade por meio do uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, da irrigação e da mecanização. O cenário mundial na época, onde a conjunção de uma crise no mercado de grãos alimentícios com o aumento do crescimento demográfico ameaçava originar convulsões sociais em certas regiões do mundo, justificaram os objetivos então estabelecidos (ALMEIDA, 1997).

Brum (1988) propõe uma definição do fenômeno da modernização da seguinte forma:

> "O processo através do qual ocorrem modificações na base técnica da produção. Assim, a agricultura moderna (ou modernizada) é a fase agrícola que se caracteriza pelo uso intensivo, a nível das unidades produtoras, de máquinas e insumos modernos, bem como para uma maior racionalização do empreendimento e pela incorporação de inovações técnicas, quer dizer, a utilização de métodos e técnicas de preparo e cultivo do solo, de tratos culturais e de processos de colheita mais sofisticados. Neste sentido, o grau de modernização avalia-se pelo índice de máquinas, equipamentos, implementos e insumos modernos utilizados. Pode ser definido ainda como sendo um processo de modificação nas relações sociais de produção. Neste caso, implica numa maior integração do produtor e da produção no mercado e na racionalidade do lucro. O objetivo principal da produção agrícola ou agropecuária, então, passa a ser o lucro, através do qual se dá a acumulação. A produção destina-se antes de tudo ao mercado, no qual vai ter atuação privilegiada o segmento que controla a comercialização" (BRUM, 1998, p.60).

Segundo Brum, outra característica importante da modernização é a transformação capitalista da agricultura. Com o avanço do processo de modernização, a agricultura tende à especialização, orientando-se para um ou dois produtos em cada região. Por um lado, esta ten-

dência, que favorece a monocultura, cria, ao mesmo tempo, dificuldades e estrangulamentos à pequena propriedade rural e aos produtores autônomos e, por outro lado, viabiliza e estimula a empresa rural, grande e média, onde os proprietários dos meios de produção (terras, máquinas, etc.) assumem o papel de patrões e os trabalhadores diretos, destituídos dos meios, assumem a condição de assalariados rurais, estabelecendo-se assim relações capitalistas de produção.

Ainda hoje, a existência de uma agricultura camponesa no Brasil é contestada por alguns economistas rurais (SILVA, 1980; RANGEL, 2000), que insistem na tese de Kaustsky e Lênin da dissolução do campesinato no capitalismo, onde os camponeses se tornam assalariados ou pequenos produtores capitalistas. Como no exemplo norte-americano, este é um modo de produção ultrapassado e fadado ao desaparecimento.

Por outro lado, a relação entre a agricultura e o meio ambiente foi se debilitando com o avanço da modernização, na medida em que princípios ecológicos foram ignorados ou não considerados. Segundo Guzmán (2002), foi acentuada a artificialização dos ciclos e processos físico-químicos e biológicos da natureza e os processos de privatização, mercantilização e cientifização dos bens ecológicos da humanidade (ar, terra, água e biodiversidade). A consequência deste processo levou um grande número de pessoas a se preocupar com a sustentabilidade em longo prazo dos sistemas de produção agrícolas atuais.

Entre os críticos da "agricultura moderna" cresce uma percepção de que ela está confrontada com uma grave crise ambiental, e que esta se relaciona com o fato do processo de modernização favorecer a especialização da produção, o monocultivo, a mecanização e as grandes propriedades. Ao integrar cada vez mais os agricultores no mercado global, desaparecem os estímulos à diversificação e se premia o monocultivo com as economias de escala. A ausência da diversificação e rotações de cultivos elimina mecanismos de auto-regulação ambientais fundamentais, transformando os monocultivos em agroecossistemas ecologicamente muito vulneráveis, dependentes de insumos externos de origem química industrial (ALTIERI, 1992).

A diversidade e a diferenciação das formas de produção tradicionais são consideradas como entraves para a modernização, justificando, por um lado, a sustentação (técnica, financeira, política, etc.) das unidades produtivas mais "avançadas" e por outro lado a eliminação das mais "atrasadas", aquelas sem condições de incorporação das inovações tecnológicas e inserção competitiva nos mercados. O êxodo rural passa a ser admitido não só como inexorável, mas necessário para permitir ao setor mais "dinâmico" se desenvolver em boas condições (ALMEIDA, 1997). Para Ploeg (2006) a modernização implicou aumentos significativos da escala de produção e reduções na absorção de trabalho agrícola. Ao mesmo tempo ocorreu um

abrupto e multifacetado processo de mercantilização, tanto como resultado como pré-requisito do aumento de escala e intensificação produtiva.

Ao mesmo tempo em que se avolumavam as críticas ao processo de modernização da agricultura brasileira, foi ganhando espaço, aos poucos, a tese de que é fundamentalmente sobre a base de unidades familiares de produção que se constitui a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações de capitalismo mais avançado (ABRAMOVAY, 1992). Segundo Veiga (1996), com pelo menos um século de atraso, a promoção da agricultura familiar como linha estratégica de desenvolvimento rural entrou na agenda política do Brasil. Talvez por ter sido considerada a forma mais adequada para o fornecimento de produtos a preços constantes ou decrescentes e por não criar nenhuma dificuldade à intensificação da produção e à incorporação das inovações tecnológicas, conciliando a regulação dos preços alimentares e a remuneração dos agricultores (VEIGA, 2007).

Dentre os elementos explicativos para a permanência e predominância da agricultura familiar na estrutura social do capitalismo avançado, Abramovay (1992) destaca as particularidades naturais da agricultura, ou seja, em sua perspectiva, a agricultura opõe obstáculos intransponíveis ao avanço da divisão do trabalho por operar com base em elementos vivos. Os limites da natureza impedem que a agricultura siga os mesmos rumos de outros segmentos econômicos no mundo contemporâneo. Enquanto depender de sua base biológica, a agricultura jamais será uma indústria.

Outros levantam também a hipótese de que a persistência da agricultura familiar pode ser explicada pelo fato de que existem formas de agricultura familiar que adotam uma racionalidade técnica e econômica que leva em conta o longo prazo. Isto se explica por conta da busca por equilíbrio entre produção econômica e reprodução social nestes sistemas agrícolas familiares, permitindo que eles se sustentem, operando com baixas taxas de remuneração monetária, desde que possam assegurar taxas endógenas relativamente elevadas de reprodução ecológica, técnica e social (PETERSEN, 2006).

Há ainda aqueles que concebem a agricultura familiar, no seu sentido histórico e antropológico, como unidade de reprodução social da família, regulada por valores da tradição familiar, e não como uma economia reduzida ao agrícola e limitada ao rural. Seu marco de referência não é somente interno; e não é fixo, ele se situa em uma sociedade em transformação. A agricultura familiar está confrontada, e responde através de diferentes estratégias de reprodução, com as novas necessidades e desafios continuamente gerados pelas transformações econômicas e sociais. Nas palavras de Martins (2003):

> "A redução da economia familiar à sua dimensão econômica deixa claro o caráter auxiliar da economia em relação à estrutura social e aos valores da organização patriarcal da família rural, mesmo quando esta se expande e dissemina na cidade. Essa estrutura e esses valores têm funções sociais autoprotetoras em face de uma sociedade que desenraiza e exclui. Tem sido esse o meio de forçar a integração rápida dessas populações residuais no ritmo e nas relações próprias das novas estruturas de referência que a cada momento se propõem em consequência do desenvolvimento econômico. A agricultura familiar, além da produção agrícola propriamente dita, inclui as retribuições rituais dos filhos e netos em relação aos pais e avós e dos pais e avós em relação aos filhos e netos. Isso quer dizer doações periódicas e remessas econômicas oriundas de ganhos obtidos em outros setores da economia. Sem contar subsídios compartilhados pela família com base nos deveres da reciprocidade e da dependência pessoal, desde a aposentadoria ou pensão até a bolsa-trabalho. Isso vale tanto para as famílias de origem colonial no Nordeste quanto as de origem européia no Sul. Todas socializadas nas tradições da cultura camponesa" (MARTINS, 2003, p.162).

Portanto, é necessário ainda considerar na explicação da continuidade da agricultura familiar, por um lado, a permanência de práticas e regras relacionadas à reciprocidade e à redistribuição e não somente à troca mercantil[11]. E, por outro lado, a pluriatividade na agricultura familiar, que resulta justamente da especificidade em conjugar as atividades produtivas às relações familiares, conferindo a esta forma de organização da agricultura uma capacidade de se adaptar a diferentes situações, incorporando na sua dinâmica de reprodução socioeconômica as potencialidades locais, tanto no trabalho extra-agrícola, como na diversificação produtiva, e até mesmo na oferta de serviços (CARNEIRO, 1997).

2.2. Agricultura familiar: para além de uma categoria genérica

O conceito de agricultura familiar definida como aquela em que a família ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção assume também o trabalho no estabelecimento produtivo é genérico, uma vez que a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais (WANDERLEY, 1999). Citando Hugues Lamarche "(...) a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda a diversidade" (LAMARCHE, 1993, p.18).

Para Abramovay (1992, p.127), em função do processo mais intensivo de desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira no período pós-64, houve um processo de "metamorfização" das formas camponesas do passado, dando origem à agricultura familiar de hoje. Estas transformações foram fortemente impulsionadas pela política de modernização da agricultura patrocinada pelo Estado brasileiro. Para Wanderley (1999, p.24), estas transformações do cha-

[11] Retomando aqui a contribuição de Karl Polanyi (1994) que define a reciprocidade e a redistribuição como modos de integração social e de alocação das prestações econômicas diferentes da troca mercantil, cada qual gerando formas de mercado diferenciadas.

mado “agricultor familiar moderno” não produzem necessariamente uma ruptura total e definitiva com as formas anteriores, “(...) gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa, o que lhe permite, precisamente, adaptar-se às novas exigências da sociedade”.

Desta forma, alguns autores, mesmo concordando que a mercantilização, especialmente na matriz de insumos da agricultura, caminhando lado a lado com a reestruturação do processo de produção, tornou-se o núcleo de um novo modo empresarial de produção agropecuária, constituído pela e através da modernização, não estão de acordo que a emergência deste novo modo de produção fez (ou fará) desaparecer o modo camponês de produção. Argumentam que há novos e relevantes processos de “recampesinização”[12]. Nas palavras de Ploeg (2006):

> “Recampesinização é, de fato, a segunda importante tendência histórica que moveu o mundo rural para além do dualismo entre capitalistas e camponeses. O camponês não é mais o lado da equação que vai desaparecendo: a recampesinização expressa a formação de novas robustas e promissoras constelações – que se apresentam cada vez mais, superiores aos demais modos de produção” (PLOEG, 2006, p.17).

Esta argumentação indica não apenas uma contradição central (mas pelo menos três) e que existem interfaces complexas entre as diferentes formas de fazer a agricultura. Em cada uma das interfaces haverá sobreposições consideráveis e movimentos contraditórios, mas combinados, de uma parte a outra da constelação.

Os três grupos díspares, porém inter-relacionados, que compõem esta constelação, na visão de Ploeg (2008), são a agricultura capitalista, a agricultura empresarial e a agricultura camponesa. Para ele, a agricultura capitalista, ou corporativa de grande escala, emerge sobre a égide do modelo agroexportador. Este grupo, que engloba uma rede extensa de empresas agrícolas de grande mobilidade, utiliza mão de obra basicamente de trabalhadores assalariados e tem sua produção voltada para a maximização do lucro, ou seja, se organiza em função desta.

O segundo grupo, que corresponderia a uma agricultura de tipo empresarial, mesmo utilizando-se preponderantemente da mão de obra familiar, tem seus objetivos também centrados na maximização de lucros. É essencialmente (embora não exclusivamente) um modo de produção baseado em capital financeiro e industrial (sob a forma de crédito, insumos industriais e tecnologias), onde a produção é especializada e completamente orientada para as atividades mais rentáveis, seguindo a lógica do mercado. Os agricultores empresariais tornam-se assim ativamente dependentes dos mercados.

[12] “Recampesinização” é definida como o processo no qual uma agricultura não camponesa, empresarial ou mesmo capitalista, tende a se tornar uma agricultura do tipo camponesa. Este conceito será retomado mais adiante no texto, a partir das contribuições teóricas de Ploeg (2008).

O terceiro grupo se refere à agricultura camponesa, que se baseia principalmente no uso sustentado do capital ecológico e se orienta para a defesa e melhoramento das condições de vida dos camponeses. A produção é orientada para o mercado, mas também para a reprodução da unidade agrícola e da família[13]. A mão de obra é familiar (ou mobilizada dentro da comunidade rural através de relações de reciprocidade), assim como também pertencem à família os meios de produção (PLOEG, 2008). Às vezes, tem ainda como uma característica importante a pluriatividade (CARNEIRO, 1997).

Para Ploeg (2006), as diferenças básicas entre os modos de produção residem nas diferentes inter-relações entre agricultura e mercado e no ordenamento associado ao processo de produção agrícola. Existem diferenças claras e fundamentais entre estes modos de produção, em termos típicos e ideais, mas "em situações reais existem zonas cinzentas extensas – juntamente com expressões empíricas claras destes tipos ideais – que ligam essas expressões e, ao mesmo tempo, demonstram a natureza gradual de suas ligações" (PLOEG, 2008, p.53). Flutuações importantes também ocorrem ao longo do tempo podendo desencadear tanto processos de descampesinização como de recampesinização[14]. É possível, de acordo com os argumentos teóricos deste autor, assim identificar *graus de campesinidade* nessas zonas cinzentas.

Desta forma, apesar dos esforços, do enorme volume de recursos investidos para promover a modernização (ou até mesmo a "industrialização") da agricultura, a agricultura chamada de moderna está longe de ter conquistado todo o mundo. Outras formas de agricultura permanecem e continuam a ocupar parcelas significativas da população ativa, principalmente dos países em vias de desenvolvimento. Certamente muitas destas "agriculturas" foram e continuam sendo eliminadas pela concorrência globalizada com outras formas de agricultura mais produtivas e mais favorecidas; mas outras continuam se mantendo e se desenvolvendo não por via do processo de modernização, mas por vias que lhes são próprias. Desta forma, estas "agriculturas" não podem ser consideradas tradicionais e imutáveis, pois estão em transformação

[13] Ao argumentar que a produção camponesa além de estar voltada para a reprodução da unidade agrícola e da família também se orienta para o mercado, este autor, em certa medida, se contrapõe a autores da sociologia rural que definem os camponeses como "lavradores cuja produção é orientada para a subsistência, o que os distingue dos agricultores, cuja produção ao contrário é orientada para o comércio dos gêneros produzidos" (QUEIROZ, 1976, p.35)

[14] Para Ploeg (2008), a recampesinização implica em um movimento duplo. De um lado, pelo aumento do número de camponeses através de um influxo exterior e/ou através de uma reconversão de agricultores empresariais em camponeses, por exemplo. Por outro lado, a recampesinização implica em uma mudança qualitativa, onde a autonomia é aumentada e a lógica de organização das atividades produtivas se distancia dos mercados. Em suas palavras (...) "na recampesinização a gramática camponesa é mais articulada, e de forma mais coerente e abrangente. (...) A descampesinização diz respeito à tendência oposta: a um enfraquecimento, erosão ou até desaparecimento de praticas camponesas e da racionalidade associada a elas. Tanto a descampesinização como a recampesinização podem ser introduzidas a partir do exterior ou emergir do interior" (PLOEG, 2008, p.52)

permanente e participam, também elas, na criação da modernidade (MAZOYER & ROUDART, 2001).

2.3. A "Agricultura Familiar Camponesa"

A agricultura camponesa, enquanto uma categoria analítica capaz de definir um modelo de funcionamento bem particular de atividade agrícola foi descrita e analisada por muitos autores. Chayanov, citado por Lamarche (1993), define o "modelo camponês" a partir dos princípios: i) de que há inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo; ii) o trabalho é familiar e não pode ser avaliado em termos de lucro, pois seu custo objetivo não é quantificável; e iii) os objetivos da produção são os de produzir valores de uso e não valores de troca.

Henri Mendras, também citado por Lamarche (1993), identifica como traços característicos das sociedades camponesas: i) uma relativa autonomia face à sociedade global; ii) a importância estrutural dos grupos domésticos; iii) um sistema econômico de autarcia relativa; iv) uma sociedade de inter-conhecimentos e v) a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global. Admite ainda que, em função da exploração agrícola ser o próprio fundamento desse tipo de sociedade, essas características são inteiramente transponíveis para as unidades agrícolas que a estruturam.

Para Ploeg (2006), o modo de produção camponês articula-se com as relações sociais mais gerais que definem a posição do campesinato na sociedade (isto é, a "condição camponesa"). Enquanto princípio ordenador o modo de produção camponês tem como características principais: i) uma base de recursos limitada, o que leva aos camponeses buscar o melhor resultado possível com uma dada quantidade de recursos, mas sem que ocorra uma deterioração destes recursos; ii) como na composição relativa desta base de recursos o trabalho é mais abundante que os objetos de trabalho (terra, animais, etc.), a produção camponesa tende a ser intensiva e o seu desenvolvimento moldado como um processo de intensificação contínuo; iii) os recursos sociais e materiais são possuídos e controlados por aqueles diretamente envolvidos no processo de trabalho e as regras que governam as inter-relações entre os atores envolvidos são tipicamente derivadas e vinculadas a relações de gênero e repertórios culturais; iv) a centralidade do trabalho, na medida em que quantidade e a qualidade do trabalho definem seus níveis de intensidade e seu desenvolvimento ulterior; v) o processo de produção é estruturado sobre

uma reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida, onde cada ciclo de produção é construído e reproduzido a partir dos ciclos anteriores, permitindo não só produzir mercadorias como a própria reprodução da unidade de produção; vi) finalmente, o modo de produção camponês é basicamente orientado para a busca de criação de valor agregado e empregos produtivos (PLOEG, 2006).

Portanto, é importante refletir até que ponto o modelo camponês clássico pode ser generalizado a todas as sociedades em todos os momentos históricos e em particular nas sociedades modernas (WANDERLEY, 1999). Sabourin (2009), citando Chayanov (1990), Mendras (1976, 2000) e Ellis (1988), menciona que os modelos científicos da economia camponesa, da sociedade camponesa e da agricultura camponesa foram construídos, desde a origem até a expansão do capitalismo, no contexto da Europa.

> "Ainda que se possa aplicar, aos camponeses do Brasil, diversas características deste modelo camponês de sociedade parcial, subalterna e inserida no capitalismo agrário, os tempos atuais, de urbanização e globalização, impõem tanto a busca por soluções pós-formalistas, pós-capitalistas, quanto soluções pós-substantivistas, para retomar a terminologia alternativa de Polanyi em relação à economia formal (SABOURIN, 2009, p.31)".

Sabourin (2009) comenta que este foi um dos problemas na retomada de um novo projeto camponês para o Brasil, em torno da autonomia do acesso à terra, aos mercados e à gestão do trabalho familiar, segundo princípios de qualidade de vida, tal como proposto por Carvalho (2005), a partir das críticas do paradigma do fim do campesinato ou de metamorfose do campesinato em agricultura familiar. O outro problema é que, mesmo reconhecendo a legitimidade de emprego do campesinato como categoria política, muitas organizações que a empregam no Brasil (o Movimento dos Sem Terra em particular) não fundamentam este projeto produtivo alternativo na intensificação do trabalho, nem debatem claramente temas chaves como a autonomia das unidades familiares, sua necessidade de recorrer à ajuda mútua ou ainda a sua necessária articulação com mercados diversificados (SABOURIN, 2009).

Mesmo assumindo estes limites, não se pode negar que grande parte das unidades de produção da agricultura familiar brasileira apresenta características camponesas, em função da sua origem e, sobretudo, da sua diferenciação, ou até mesmo de sua oposição com os modelos do empreendimento agrícola ou da empresa capitalista (SABOURIN, 2009). Da mesma forma, Wanderley (1999) considera que continua importante no Brasil esta agricultura familiar do tipo camponês, correspondendo a uma das formas particulares de agricultura familiar que se constituí a partir de modalidades específicas de produzir e viver em sociedade, inclusive no âmbito da modernização de uma agricultura de tipo familiar, e que mantêm a maioria das cinco características das sociedades camponesas identificadas por Mendras.

Como, apesar do amplo reconhecimento dos impactos negativos decorrentes do processo de modernização da agricultura, o paradigma que lhe dá sustentação persiste como principal modelo nas políticas, se assume como conseqüência que os camponeses desapareceram ou vão desaparecer e se produz uma visão que negligencia as possibilidades deste modo de produção no contexto atual.

É neste sentido que Ploeg (2008) atualiza o debate, ao desenvolver uma nova definição de "condição camponesa", que situa os camponeses nos dias atuais e reconhece sua condição de agente, a partir da qual explica o "modo camponês de fazer a agricultura"[15], o qual se centra nas fórmulas múltiplas e internamente coerentes como os camponeses determinam o processo de produção. Nas palavras de Ploeg (2008) uma definição abrangente de "condição camponesa" pode ser assim formulada:

> "A luta por autonomia que se realiza em um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza na criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite formas de co-produção entre o homem e a natureza viva que interagem com o mercado, permitem a sobrevivência no futuro e se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia e, desta forma, reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações" (PLOEG, 2008, p.40).

A idéia de diferentes formas de produção mercantil[16] também abre possibilidades para entendermos que, mesmo que o projeto modernizante tenha sido capaz de promover a mercantilização do mundo rural por meio de alterações nos processos de trabalho, isso não significa que somente as unidades de produção mercantilizadas, ou plenamente mercantilizadas, possuem condições de reprodução. O baixo nível de mercantilização da produção camponesa não deve ser compreendido como um obstáculo para o desenvolvimento e para a mudança social.

Como as características do modo de produção camponês, anteriormente descritas, não se basearam na análise da agricultura familiar no Brasil, Wanderley (1999) argumenta ainda sobre a necessidade de se refletir sobre como o patrimônio sócio-cultural que alimenta as estratégias dos agricultores familiares brasileiros exerce influência no modo de funcionamento desta

---

[15] Estas definições podem ser estudadas em detalhe no livro "Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização", de sua autoria e recentemente (2008) publicado no Brasil.

[16] O modo de produção camponês se constituindo como uma "pequena produção mercantil" (PPM), uma vez que se baseia numa integração parcial a mercados; o modo de produção empresarial enquadrado como "produção simples de mercadoria" (PSM), onde todos os recursos (com exceção do trabalho) entram no processo de produção como mercadoria; e a produção capitalista de mercadoria (PCM) onde o trabalho também entra como mercadoria (PLOEG, 2008).

agricultura familiar (LAMARCHE. 1993; WANDERLEY, 1999). No mesmo sentido podemos citar Lamarche (1993):

> "A agricultura familiar foi profundamente marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileiras, com suas três grandes características: a grande propriedade, as monoculturas de exportação e a escravatura. Na esteira das monoculturas, situam-se os ciclos econômicos sucessivos que correspondem à evolução do mercado internacional. A fragilidade e a dependência social e política dos produtores do campo são reforçadas em toda parte por mentalidades forjadas pelas antigas relações do tipo senhor/escravo" (LAMARCHE, 1993, p.179).

A precariedade[17] estrutural, na maioria dos casos, sob a qual se efetuou a construção de um espaço camponês no Brasil, o torna incapaz de desenvolver todas as potencialidades do próprio sistema clássico de produção e vida social, o que a diferencia da estrutura européia (WANDERLEY, 1999). Esta mesma autora cita, por exemplo, como a migração para a fronteira agrícola no Brasil se inscreve na lógica interna da reprodução da agricultura camponesa. Para Wanderley (1999) esta reprodução social, muito freqüentemente, gera a expectativa da instalação de cada filho em um novo estabelecimento, o que difere da agricultura camponesa de muitos outros lugares do mundo, onde a reprodução camponesa significa a reprodução do estabelecimento familiar, e não necessariamente a alocação de todos os filhos na agricultura.

2.4. Estratégias de reprodução socioeconômica da agricultura familiar

Como a reprodução da agricultura familiar, segundo Oliveira (2007), é um tema clássico, há muito já debatido na sociologia rural, gerando uma grande diversidade de abordagens, que o analisam a partir de diferentes aspectos e relações; e, nesta pesquisa, as estratégias de reprodução socioeconômica da agricultura familiar são adotadas como um foco organizador da análise, é oportuno neste momento esclarecer os conteúdos que se atribui a esta noção.

Em um estudo sobre mercados e reprodução social de agricultores familiares no Rio Grande do Sul, Oliveira (2007) parte da noção de que é possível analisar as famílias rurais não só como unidades produtivas funcionais ao desenvolvimento do capitalismo, mas também a partir das estratégias que estabelecem para a reprodução da própria unidade de produção. Isto ocorre a partir do diálogo e da relação entre os fatores internos das famílias e dos fatores que lhe são externos, como por exemplo, as políticas macroeconômicas e setoriais incidentes. Desta forma, esta autora assume como estratégias de reprodução da agricultura familiar:

[17] Lamarche (1993) faz referencia à precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e produção, especialmente da terra; caráter rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção; pobreza das populações engajadas nestas atividades.

> "[...] um processo dinâmico de modificações e adaptações que objetivam a perpetuação de uma entidade coletiva e que ocorrem em função de alterações nas características e nas necessidades internas das famílias e de transformações na sociedade em que esta entidade coletiva se insere. Assim sendo, os padrões de herança estabelecidos, as migrações de membros das famílias, a incorporação de tecnologias, a intensificação do trabalho, a pluriatividade, as alianças entre famílias, entre outros recursos de curto e longo prazo, são consideradas a síntese possível entre as necessidades familiares e os condicionantes sociais, culturais, econômicos e ambientais que exercem pressões sobre as unidades familiares num determinado momento" (Oliveira, 2007, p.21; Apud Schneider, 2003, p.115).

Assim, a economia das unidades de produção familiares tem características e funções produtivas e reprodutivas próprias, que se incorporam aos processos econômicos de gestão dos recursos socialmente disponíveis. A agricultura familiar constitui, igualmente, sistemas de relações organizados em torno a conhecimentos e valores culturais que integram também suas estratégias de reprodução econômica. São valores, conceitos e práticas que fundamentam relações sociais e estratégias peculiares de gestão dos recursos produtivos e de regulação dos processos socioeconômicos e técnicos de reprodução micro-econômica. São estratégias que podem explicar a enorme capacidade de resistência e de mobilização de mecanismos de auto-defesa que tem demonstrado a agricultura familiar face à ação permanente de poderosas forças desestruturadoras, organizadas, sobretudo, no Estado e nos mercados (FERRARI & ALMEIDA, 2005).

Ocorreram também mudanças na agricultura familiar, proporcionadas pelo processo de modernização da agricultura, que, segundo Ploeg (1992), fizeram que a sua reprodução social passasse de um tipo de reprodução relativamente autônoma para uma reprodução dependente do mercado, na medida em que se multiplicaram as relações mercantis na esfera da produção. Os instrumentos, os insumos e mesmo a força de trabalho passam a se inserir no processo de produção como mercadorias, ficando as famílias dependentes da renda monetária e de fatores externos para reiniciar os ciclos de produção e para se reproduzir enquanto famílias de agricultores.

Mas esta mercantilização não ocorre de forma homogênea, sendo estabelecidas distintas formas de relações com os mercados onde certas esferas da produção e do consumo são mantidas fora dos circuitos mercantis, o que deve ser visto como uma das formas de resistência camponesa (OLIVEIRA, 2007; LAMARCHE, 1993; WANDERLEY, 1999). A reprodução socioeconômica da agricultura familiar estaria assim condicionada às estratégias de alocação de recursos e do trabalho no interior das unidades de produção e das famílias (OLIVEIRA, 2007). A busca de um afastamento sistemático, estratégico e gradual dos mercados de insumos; a diversificação das fontes de renda e das formas de inserção profissional das famílias e de seus mem-

bros (inclusive através da pluriatividade); e a vinculação estrategicamente organizada aos mercados de produtos, são as estratégias de produção e reprodução destacadas por Ploeg (2006).

Portanto, a questão da autonomia dos agricultores assume uma importante dimensão na análise da reprodução socioeconômica da agricultura familiar na presente pesquisa. Se, na atualidade alguns agricultores/as vão assumindo padrões empresariais de produção, a partir de intensos processos de mercantilização, [...] "outros evoluem no sentido de reconstruir crescentes graus de autonomia técnica, econômica e cultural por meio da refundamentação da agricultura no território" (SILVEIRA, 2010, p.4).

Por outro lado, a reprodução socioeconômica da agricultura familiar nos territórios, além da troca mercantil, está condicionada à permanência de práticas e regras características de comunidades camponesas, relacionadas à reciprocidade e à redistribuição, tal como as teorizou Polanyi (1980). Sabourin (2009) destaca que estas práticas e estruturas podem ser vistas em vários níveis: na produção, no manejo do trabalho e dos recursos naturais, na organização dos agricultores e suas atitudes frente às intervenções externas, nos mecanismos de inovação, na comercialização e valorização econômica dos produtos e serviços, e mesmo na negociação de políticas públicas. Neste sentido a resistência dos camponeses se expressa na permanência, reprodução ou adaptação de práticas e estruturas que desafiam a lógica da troca mercantil, buscando autonomia através não somente do autoconsumo, da produção diversificada associada a uma inserção diferenciada em mercados locais e regionais, mas também de práticas de redistribuição local e interfamiliar. Nas palavras de Sabourin (2009):

> "[...] Nas comunidades camponesas no Brasil, a reciprocidade não exclui o interesse (individual ou coletivo) e a troca. No Brasil e no exterior, as sociedades indígenas também recorrem à troca e as sociedades camponesas desenvolveram relações comerciais mercantis de troca, paralelamente aos mercados de reciprocidade e mercados mistos. Evoca-se sua integração parcial com o mercado capitalista e o peso das relações de proximidade e interconhecimento justamente porque a redistribuição familiar ou local da produção é tão importante e estruturante quanto a necessidade material de aquisição de bens e produtos diversificados em vários tipos de mercados" (SABOURIN, 2009, p.248).

Sabourin (2009) ainda acrescenta em sua análise das regras ancestrais de reciprocidade camponesa, as relações que estabelecem com a sociedade mais ampla, para além do espaço estritamente local, através da sua participação em organizações e movimentos sociais, que se configuram como redes sociopolíticas e sociotécnicas, que justamente favorecem a atualização do processo de expansão da reciprocidade. São estas lógicas de resistência e de reprodução socioeconômica que permitem aos camponeses enfrentar a situação de acesso precário a recursos, principalmente à terra, mas também a recursos monetários, e fazer face às exigências dos mercados nos quais estão, indiscutivelmente, inseridos.

2.5. Agroecologia e Agricultura Familiar Camponesa

O uso contemporâneo do termo agroecologia data dos anos 1970. No entanto, o conhecimento e a prática da agroecologia remontam às origens da agricultura. Na medida em que pesquisadores exploravam as agriculturas indígenas – as que são relíquias modificadas de formas agronômicas mais antigas – ficava notório que muitos sistemas agrícolas desenvolvidos a nível local incorporavam mecanismos para acomodar os cultivos às variáveis do meio ambiente natural. O estudo das chamadas agriculturas tradicionais, indígenas ou camponesas, revelou sistemas agrícolas complexos, porém adaptados às condições locais, ou seja, agroecossistemas estrutural e funcionalmente muito próximos (em termos de similaridades) às características dos ecossistemas naturais (HECHT, 2002). Estes processos revelam estratégias adaptativas dos cultivos às variáveis ambientais com base em conhecimentos tradicionais gerados durante muitos e muitos ciclos produtivos, transmitidos entre gerações.

Com o avanço do conhecimento sobre estas culturas tradicionais foi perdendo força a idéia, preconcebida pela sociedade industrial-urbana, de que suas práticas agrícolas eram primitivas e insuficientes. Afirma-se, em contraposição, a idéia do caráter adequado e sofisticado dos mesmos em relação ao manejo do ecossistema e sua importância para melhorar os sistemas atuais (ALTIERI, 2002). Estando fortemente vinculada a fontes ancestrais de conhecimento, a agroecologia re-valoriza o saber popular (tradicional ou indígena) como fonte de inspiração para modelos que possam ter validade nas condições atuais. A valorização destes conhecimentos não desautoriza os achados do método científico e, ao contrário, considera a grande importância das duas fontes e a relação positiva entre elas.

Miguel Altieri, um dos primeiros autores que tiveram livros sobre agroecologia publicados no Brasil[18], exercendo grande influencia junto aos que atuavam em torno da temática da agricultura alternativa, define a agroecologia da seguinte maneira:

> "É a ciência ou a disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade. A Agroecologia proporciona, então, as bases científicas para apoiar o processo de transição para uma agricultura sustentável nas suas diversas manifestações e/ou denominações" (ALTIERI, 1998, p.18).

A agroecologia tem assim se desenvolvido como um novo paradigma, de integração interdisciplinar, constituindo-se importante ferramenta para a promoção das complexas transfor-

[18] Aqui se refere ao livro "Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa" publicado, no Rio de Janeiro em 1989, pela FASE.

mações sociais e ecológicas necessárias para assegurar a sustentabilidade. Para alguns, entretanto, ela não faz sentido apenas como marco teórico e para que cumpra seu papel são necessárias mudanças que fundamentem seus alicerces em uma gradual transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais. Apesar da noção de agroecologia ter sido apresentada no Brasil como uma disciplina científica, ela deixou de ser entendida como tal, tornando-se também uma prática agrícola propriamente dita, ou um largo "guarda chuva" conceitual que permite abrigar várias tendências alternativas no país.

Guzmán (1997, p.29) propõe uma definição para a estratégia agroecológica, assim formulada:

> "O manejo ecológico dos recursos naturais que, incorporando uma ação social de caráter participativo, permita projetar métodos de desenvolvimento sustentável. Isso se realiza através de um enfoque holístico e uma estratégia sistêmica que reconduza o curso alterado da evolução social e ecológica, mediante o estabelecimento de mecanismo de controle das forças produtivas para frear formas de produção degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade, causadoras da atual crise ecológica. Em tal estratégia, desempenha o papel central da dimensão local como portadora de um potencial endógeno que, através da articulação do conhecimento camponês com o científico, permita a implementação de sistemas de agricultura alternativa potencializadores da biodiversidade ecológica e sociocultural".

O caráter local, portanto, é que dá a feição concreta aos princípios emanados do referencial teórico da agroecologia, que servem como orientação para as experiências de agricultura. É a realidade socioeconômica e ecológica local que define a melhor forma de aplicação da teoria, exigindo ajustes finos a cada situação. De outra forma, o conceito corre o risco de se tornar mera abstração. A realidade pode inclusive colocar em xeque certos princípios, ponderando sua importância e enriquecendo os próprios fundamentos da agroecologia.

Para Almeida (2003) a agroecologia pode ser entendida como uma noção nova, frequentemente associada às noções de agricultura e desenvolvimento sustentáveis. No entanto destaca que, ainda que se tenha intensificado o debate em torno da agroecologia, ela é até agora superficialmente definida. Compreensões e entendimentos diferentes surgem dependendo da posição social do "agente" que a define: "é uma atividade, uma prática, uma área do conhecimento (ciência agroecológica), ou tudo isso ao mesmo tempo?" (ALMEIDA, 2003, p.504). O uso normativo e ampliado da noção, através de grandes contornos de definição, acarreta problemas ao confundir, por exemplo, agroecologia com desenvolvimento.

Apesar de levantar várias questões sobre as debilidades e a capacidade de generalização da proposta agroecológica, Almeida (2003) constata que sua influência encoraja modos de desenvolvimento agrícola e rural pouco hierarquizados, que escapem da forte influência estatal sobre o "social". "Pelo menos, a proposição agroecológica é capaz de servir eficazmente como

instrumento de resistência e de reprodução de grupos sociais no respeito de sua diversidade" (ALMEIDA, 2003, p.511).

Por outro lado Guzmán & Molina (2005) argumentam que os primeiros passos da construção teórica da agroecologia estão relacionados à evolução dos estudos camponeses, quando a ecologia é incluída como dimensão essencial nas pesquisas. Destacam que o marco conceitual da "ecologia dos pobres", de Juan Martinez Alier, supõe o contexto em que se move a corrente central, e em sua opinião a mais rica da agroecologia (GUZMÁN & MOLINA, 2005). Sua origem então deve ser atribuída a dois lócus intelectuais, no México e na Espanha, através de autores como Angel Palerm, Victor M. Toledo, Stephen R. Gliessman, Alba Gonzáles Jacome, Joan Martinez Alier, José M. Neredo e dos trabalhos empíricos do Instituto de Sociologia e Estudos Camponeses. Guzmán também destaca a sistematização e sintetização realizada por Miguel Altieri, nos Estados Unidos (GUZMÁN, 1997).

Guzmán & Molina (2005) fazem inclusive uma relação direta da agroecologia com o campesinato, ao defini-lo, desde uma perspectiva agroecológica:

> "O campesinato é, mais que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando-se assim distintos graus de campesinidade (GUZMÁN & MOLINA, 2005, p.78)".

Desde a sua consideração como um segmento social integrado por unidades domésticas de produção e consumo, que apesar de sua mudança histórica mantinha algo genérico, o conceito de campesinato evoluiu até essa conceituação agroecológica atual (GUZMÁN & MOLINA, 2005). Ou seja, o campesinato surge em uma forma de relacionamento com a natureza ao considerá-lo como parte dela em um processo de coevolução (NOGAARD, 1989), configurando um modo de uso dos recursos naturais ou uma forma de manejo de natureza socioambiental. Neste sentido "[...] o campesinato é uma categoria histórica por sua condição de saber manter as bases da reprodução biótica dos recursos naturais" (GUZMÁN & MOLINA, 2005, p.82). Assim, nesta perspectiva, é possível falar em grau de campesinidade em relação aos grupos sociais de produtores.

Evidentemente não se pode dizer que os camponeses praticam uma agricultura ambientalmente sustentável em qualquer circunstância. Como já foi ressaltado anteriormente, uma das características que distingue a agricultura camponesa é que a base de recursos disponível para cada unidade familiar de produção é escassa e está sob crescente pressão, seja de caráter inter-

no, como a redução das áreas disponíveis a partir da partilha por herança, seja de caráter externo, como a usurpação de recursos por interesse de grandes proprietários ou corporações.

Mas, como argumenta Martinez-Alier (2002), citado por PLOEG (2009, p.28), "na distribuição dos conflitos ecológicos, os pobres estão frequentemente do lado da conservação dos recursos e de um ambiente limpo". Para PLOEG (2009), isso se deve aos meios pelos quais os camponeses vão construindo espaços de autonomia. Um dos argumentos utilizados por este autor, que explica porque os camponeses podem criar arranjos produtivos ambientalmente mais sustentáveis é justamente o fato de os espaços de produção serem organizados em termos de co-produção, ou seja, se baseiam no encontro , na interação e na mútua transformação do ser humano e da natureza viva, alinhando a produção aos ecossistemas locais. Diferente das formas mais padronizadas e industrializadas de organização da produção que levam a muitos tensionamentos. Outro argumento é que as estratégias de resistência apontam em direção a novos padrões de sustentabilidade, na medida em que os camponeses aumentam o enraizamento dos processos produtivos no uso e reprodução da natureza quando confrontados com mercados que cada vez mais impõem custos de produção mais elevados e preços finais baixos. Ademais, quando se considera um mercado onde cada vez mais os consumidores valorizam produtos livres de agrotóxicos e estão dispostos a remunerar os agricultores que produzem de forma mais sustentável (PLOEG, 2009).

São justamente estas novas formas de resistência, intervindo na alteração dos processos produtivos e no trabalho, numa ampla gama de práticas heterogêneas e crescentemente interligadas que, na opinião de Ploeg (2009), estão presentes no florescimento da agroecologia e se constituem na principal força motriz de muitas formas de desenvolvimento rural autóctone presente em várias partes do mundo. De certa forma é o mesmo sentido que Silveira (2010) dá à agroecologia, ao afirmar que "as dinâmicas sociais de inovação agroecológica podem ser compreendidas como processos de recampesinização dos territórios rurais" (SILVEIRA, 2010, p.4).

3 METODOLOGIA

Partindo da hipótese de que, apesar das diferenciações na agricultura familiar presente nos municípios da Zona da Mata, há elementos comuns que permitem caracterizar a presença de diferentes formas de agricultura familiar na região, buscou-se utilizar o método comparativo. Segundo Schneider & Schmitt (1998):

> "A comparação, enquanto momento da atividade cognitiva, pode ser considerada como inerente ao processo de construção do conhecimento. É lançando mão de um tipo de raciocínio comparativo que podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais". Para alguns autores, a impossibilidade de aplicar o método experimental às ciências sociais, reproduzindo, em nível de laboratório, os fenômenos estudados, faz com que a comparação se torne um requisito fundamental em termos de objetividade científica. É ela que pode nos permitir romper com a singularidade dos eventos, formulando leis capazes de explicar o social" (SCHNEIDER & SCHMITT, 1998, p.49)

A aplicação do método comparativo busca explicar as semelhanças e diferenças que se apresentam em pelo menos duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos. Esses meios sociais podem ser sociedades distantes no tempo e no espaço, ou podem ser sociedades contemporâneas, vizinhas no espaço, e que possuem um ou mais pontos de origem comum (SCHNEIDER & SCHMITT, 1998). A comparação foi utilizada tanto para entender as diferentes formas de agricultura familiar presentes nos municípios de Araponga e Espera Feliz, como para entender as possíveis contribuições das propostas agroecológicas nas estratégias de reprodução social da forma camponesa de agricultura familiar.

Em um primeiro momento se lançou mão de uma revisão de literatura e da consulta a fontes secundárias para a caracterização da agricultura familiar e o contexto de seu desenvolvimento, nos municípios de Araponga e Espera Feliz. Esboçou-se desta forma um primeiro quadro comparativo que permitiu identificar contextos ao mesmo tempo distintos e semelhantes para a possível existência de um gradiente de "graus de campesinidade" entre agricultores familiares nos municípios.

Com este primeiro quadro comparativo foi realizada uma pesquisa a partir de uma adaptação da técnica de "grupos focais" [19]. Gondim (2002) define grupos focais como:

> [...] uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador. Como técnica, ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. Pode ser caracterizada também co-

[19] As aspas colocadas nos "grupos focais" são justamente para destacar que se trata de uma adaptação desta técnica de pesquisa,

> mo um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos" (GONDIM, 2002, p.152).

Morgan (1997) apud Gondim (2002) distingue uma das modalidades de grupo focal como uma proposta multi-métodos qualitativos, que integra seus resultados com os da observação participante e da entrevista em profundidade. A associação dos grupos focais com a observação participante e entrevista em profundidade permite comparar o conteúdo produzido no grupo com o cotidianos dos participantes em seu ambiente natural.

Para definir os participantes dos grupos focais foi realizada uma conversa com o técnico local do CTA-ZM e um agricultor (liderança), em Araponga, e outro agricultor (também uma liderança do STR) em Espera Feliz. Nesta conversa foram explicados os objetivos da pesquisa, assim como a metodologia que se pretendia utilizar; e solicitada a colaboração destas pessoas na identificação e mobilização daqueles que poderiam participar do "grupo focal". A princípio, os critérios para esta escolha estavam relacionados à possibilidade de se obter diferentes "olhares" sobre a agricultura no município (diferenciação de gênero e de inserção nas comunidades e nas organizações locais). Durante a realização dos "grupos focais" se percebeu que estes colaboradores da pesquisa utilizaram também como critério para convidar os participantes aqueles que poderiam participar da etapa seguinte da pesquisa, através de entrevistas em profundidade.

Foram assim constituídos dois "grupos focais", um em cada município, composto por agricultores e agricultoras, em sua maioria lideranças de organizações locais. Em Espera Feliz participaram do "grupo focal" dois agricultores e duas agricultoras, que já fizeram parte da diretoria do sindicato dos trabalhadores rurais, e uma agricultora aposentada. Em Araponga participaram cinco agricultores, também lideranças que já ocuparam ou ainda ocupam cargos na diretoria do sindicato, uma agricultora que, além de cuidar de sua propriedade, também atua em uma Escola Família Agrícola do município, e uma jovem filha de agricultores de Araponga, que também atua na mesma escola. Portanto, faz-se necessário considerar que no geral, em ambos os municípios, os participantes dos "grupos focais" são informantes que já têm experiência na gestão das organizações locais, assim como em discussões relacionadas às formas de organização dos agricultores, às políticas públicas em apoio à agricultura familiar, etc.

Faz-se necessário também reiterar que, em realidade, foi feita uma adaptação da metodologia de grupos focais, na medida em que em alguns momentos acabei exercendo um papel mais diretivo das discussões, me aproximando mais do método das entrevistas grupais. Mas por outro lado, em outros momentos, procurei facilitar a discussão entre os membros do grupo, me apropriando do conjunto de opiniões fornecidas por esta interação grupal, aproximando do

grupo focal utilizado como técnica para a exploração de um tema pouco conhecido para mim até aquele momento, qual seja: as percepções dos agricultores e agricultoras sobre a diferenciação da agricultura familiar nos dois municípios.

Assim, inicialmente os participantes dos "grupos focais" foram estimulados a falar sobre possíveis diferenciações que percebiam na agricultura familiar do município. A partir desta questão mais aberta colocada, outras questões iam sendo formuladas, de acordo com o andamento do debate em cada um dos "grupos focais", no sentido de especificarem melhor as diferenças inicialmente apontadas, caracterizando tanto quanto possível os diferentes modos de produção.

Os participantes também foram orientados para uma reflexão sobre o seu entendimento sobre agroecologia. Na seqüência, a partir da explicitação dos objetivos da pesquisa, os participantes foram convocados para me auxiliar na identificação de famílias que poderiam ser entrevistadas na fase seguinte de aprofundamento da pesquisa, na medida do possível incluindo famílias que utilizam práticas agroecológicas em seus sistemas de produção, com o objetivo de construir um outro quadro comparativo que identificasse de um lado famílias "mais agroecológicas" e de outro famílias "mais convencionais"[20].

Inicialmente se pretendia montar um quadro comparativo, a partir do qual se definiria a amostra para as etapas seguintes da pesquisa, com a seguinte composição: i) famílias que praticam uma "agricultura camponesa" e que vêm utilizando, há mais de 10 anos, práticas de manejo fundadas predominantemente na agroecologia; ii) famílias que praticam uma "agricultura camponesa", mas que não utilizam praticas de manejo fundadas na agroecologia, ou a incorporação destas práticas é ainda muito recente e pontual; iii) famílias que praticavam uma "agricultura empresarial" e que vêm utilizando, há mais de 10 anos, práticas de manejo fundadas predominantemente na agroecologia; iv) famílias que praticam uma "agricultura empresarial"

[20] Em estudo realizado anteriormente, no município de Araponga, percebemos que, apesar de serem encontrados casos típicos onde se poderia caracterizar sistemas de produção "agroecológicos" e sistemas de produção "convencionais", o mais comum é encontrarmos diferentes escalas na utilização de práticas agroecológicas, que vão desde a utilização de uma tecnologia pontual a uma estruturação de todo o sistema de produção em bases agroecológicas. Neste estudo adotamos a categoria "famílias de agricultores/as mais agroecológicas" como aquelas que vêm utilizando, nos últimos 10 anos, práticas de manejo fundadas predominantemente na agroecologia, tais como: manejo e cobertura do solo; adubação verde e orgânica; manejo que evite o uso de agrotóxicos; diversificação com espécies de múltiplas funções nos sistemas de produção de café; sistemas agroflorestais; resgate, conservação, avaliação e uso de variedades locais; recuperação de nascentes com árvores nativas e frutíferas, dentre outras. De outro lado, as famílias cujos sistemas de produção podiam ser caracterizados como "mais convencionais", ou seja, bastante característicos dos agricultores que adotaram - mesmo que parcialmente - o pacote tecnológico da "revolução verde", com a utilização intensiva de insumos químicos e especialização da propriedade na monocultura do café (FERRARI & ALMEIDA, 2005).

mas que não utilizam praticas de manejo fundadas na agroecologia, ou a incorporação destas práticas é ainda muito recente e pontual.

Apesar do debate nos grupos focais terem permitido a identificação de diferentes tipos de agricultura familiar nos dois municípios, como não poderia deixar de ser, a situação real trouxe muitas dificuldades para compor a amostra, tal como havia se pensado inicialmente. Em Espera Feliz, a partir da identificação de dois tipos de agricultura familiar pelos participantes do grupo focal, que a princípio poderia corresponder a uma agricultura familiar mais empresarial e outra mais camponesa, foi possível compor uma amostra com três famílias, duas mais empresariais e uma que seria mais do tipo camponesa. Mas em Araponga, para o que seria o tipo mais empresarial de agricultura familiar, não foi possível identificar famílias dispostas a participar da pesquisa. Para que isto fosse possível seria necessário um tempo maior para a pesquisa, que me permitisse uma aproximação com estas famílias, de modo a criar as condições de confiança necessária para que se realizasse as entrevistas em profundidade pretendidas. No decorrer das entrevistas com as famílias, que se mostraram bastante complexas e trabalhosas, optei por não entrevistar a família do tipo mais camponesa em Espera Feliz, fazendo a comparação entre os dois municípios, compondo o meu quadro comparativo com duas famílias do tipo mais empresarial em Espera Feliz e três famílias do tipo mais camponesa em Araponga.

Dados os objetivos e as características do estudo proposto, assim como o tempo exíguo disponível para a pesquisa, foram assim definidas algumas poucas famílias/explorações em cada um dos municípios, como universo empírico para a comparação. Por outro lado, foi utilizado um número elevado de variáveis, compensando a reduzida amostragem com um aprofundamento e detalhamento nos casos.

As famílias foram então escolhidas com a contribuição dos participantes dos “grupos focais”, buscando identificar aquelas que poderiam se constituir como referência dos diferentes tipos de agricultura familiar presentes nos dois municípios. No entanto, esta escolha acabou ficando restrita àquelas famílias que mantinham uma relação com as organizações de agricultores/as, das quais eram integrantes os participantes dos “grupos focais”. A justificativa para tal escolha foi de que estas famílias se disporiam mais facilmente a colaborar na pesquisa, dispondo das informações e do tempo necessário para obtê-las. Desta forma não podem ser consideradas como representativas do conjunto da agricultura familiar dos municípios estudados, senão de um subconjunto desta, que mantêm relação mais freqüente com as organizações formais dos agricultores familiares destes municípios.

Na etapa seguinte da pesquisa, junto a estas famílias, foi utilizada principalmente a técnica de entrevistas em profundidade. Nas entrevistas em profundidade, na qual o pesquisador interage constantemente com o informante, a principal função é retratar as experiências vivenciadas por pessoas, grupos ou organizações. Elas permitem que o informante retome sua vivência de forma retrospectiva, fornecendo relatos densos para análise, onde se encontram o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual (BONI & QUARESMA, 2005).

Para Martins (2004), o que caracteriza o uso de metodologias qualitativas, como a entrevista em profundidade, é o estudo em amplitude e em profundidade, que tem como objetivo a elaboração de uma explicação válida para o caso em estudo, reconhecendo que os resultados das observações são sempre parciais. A validade e a sustentação desses estudos derivam do rigor, a solidez dos laços estabelecidos entre nossas interpretações teóricas e nossos dados empíricos. Ainda segundo esta autora:

> [...] as chamadas metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, da análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais. Realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade, os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador. Neste caso, a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la (MARTINS, 2004, p. 292).

O que se buscou nesta etapa da pesquisa foi obter informações sobre a trajetória histórica das famílias, no que se refere às estratégias de reprodução socioeconômica adotadas, das escolhas feitas ao longo do tempo. O foco principal de atenção, e que foi adotado para operacionalizar uma análise comparativa dos diferentes tipos de agricultura familiar, foi o ordenamento associado ao processo de produção agrícola, como os cultivos são ordenados, a partir de uma base de recursos limitada, e as relações estabelecidas com os mercados. Por outro lado, se buscou observar também a permanência de práticas e regras relacionadas à reciprocidade e redistribuição, que afetam a própria produção, o manejo do trabalho e dos recursos naturais, as inovações, a organização dos agricultores/as e suas atitudes frente às intervenções externas, assim como os padrões de herança e as migrações de membros das famílias ou a incorporação da pluriatividade.

Na pesquisa junto às famílias foram entrevistadas dezessete pessoas. Somadas às outras nove pessoas diferentes que participaram da primeira etapa, nos grupos focais, tem-se um total de vinte e seis pessoas entrevistadas. Deste total, quatorze eram homens adultos, nove eram mulheres adultas, mais uma jovem e dois jovens filhos de agricultores. Para a obtenção de informações mais ricas e fecundas e uma imagem mais próxima da complexidade das situações,

fenômenos ou acontecimentos, foi importante buscar identificar as percepções das diferentes pessoas que compõem as famílias, assim como o uso da flexibilidade das técnicas utilizadas, exigindo cuidado e prudência por parte do pesquisador.

4 A AGRICULTURA FAMILIAR NA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS E NOS DOIS MUNICÍPIOS FOCALIZADOS

Para situarmos o contexto da pesquisa nos dois municípios focalizados, assim como a origem da sua agricultura familiar, faz-se necessário retomar o processo de ocupação do território hoje designado como Zona da Mata de Minas Gerais, assim como as políticas públicas que se voltaram para a promoção da modernização da agricultura na região. Nas palavras de Ploeg (2008, p.285) [...] "a especificação do contexto é importante, precisamente porque as particularidades do contexto tem um impacto na forma que as respostas camponesas são articuladas", ou seja, as estratégias de reprodução socioeconômica são construídas a partir dos diferentes contextos.

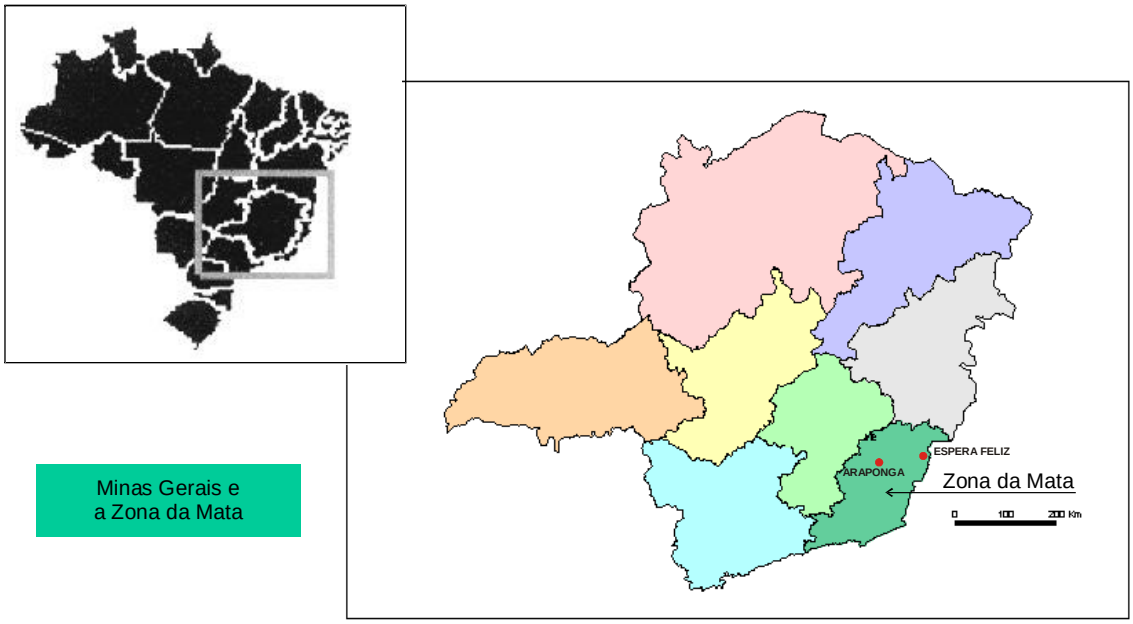
4.1. Um pouco da história da ocupação da Zona da Mata

A Zona da Mata constitui-se em uma das oito mesoregiões (na classificação do IBGE) de Minas Gerais e está localizada no sudeste do estado, fazendo divisa ao leste com os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Limita-se com a região Sul de Minas em sua extremidade inferior e com o Rio Doce ao norte. No oeste limita com a região Metalúrgica/Campo das Vertentes (Figura 1). Constituí-se de 142 municípios organizados numa superfície de 35.748,7 mil Km^2, correspondendo a cerca de 6.09 % da área do Estado. (IBGE, 2000). Está situada entre 42º 30" e 44º 10" de longitude oeste e entre 20º 08" e 22º 08" de latitude sul, aproximadamente.

A Zona da Mata recebeu tal designação por ter sido originalmente coberta por Mata Atlântica. Sua ocupação não pode assim ser dissociada da destruição da densa floresta tropical semidecídua, que formava um todo contínuo com a floresta do médio Paraíba ao Sul e a do Vale do Rio Doce, ao norte. A oeste limitava-se aos campos naturais do centro e do sul de Minas (VALVERDE, 1958). Sua população originária era constituída por índios Cataguás e Puri, povos nômades que viviam mais da caça do que da agricultura (HALFELD & TSCHUDI, 1998).

Até as primeiras décadas do século XVIII era uma região periférica às regiões extrativas de ouro em Minas Gerais, e há aqueles que afirmam que a coroa portuguesa teria impedido sua colonização com o objetivo de manter a floresta como uma barreira natural que dificultasse o contrabando de ouro em direção ao litoral (VALVERDE, 1958). É por este motivo que a Zona da

Mata, posicionada entre o distrito minerador de Ouro Preto e a Costa Atlântica, foi tratada como "sertões proibidos" pelos colonizadores portugueses (CAMPOS, 2006). Sua ocupação mais efetiva se deu a partir do ano de 1830, quando as minas auríferas se esgotaram, e não existia mais o perigo do "descaminho do ouro". A população que abandonou as minas iniciou uma migração centrífuga, em busca de novas terras para lavoura, indo povoar além da Zona da Mata as regiões de Franca e Batatais, em SP, no vale do Paraíba.



Fonte: Adaptado do site http://www.geominas.mg.gov.br/ - 2002 (microrregiões de planejamento de 1996)

A necessidade de encontrar outra exploração comercial que gerasse renda para a coroa, aliada ao aumento na demanda mundial do café foi o estímulo para o surto cafeeiro na Zona da Mata. Esta cultura mudou o perfil da economia mineira, transformando-a na grande força econômica da Província. A criação de gado também sempre esteve presente, mas era uma atividade secundária; criava-se gado apenas para os serviços da fazenda e para abastecê-la de carne e leite (VALVERDE, 1958). A grande devastação da floresta se deu, preponderantemente, com a introdução das lavouras de café, nos meados do século XIX. Com a cultura do café veio o crescimento demográfico, a construção de ferrovias, a urbanização, a industrialização e a necessidade de derrubar mais a floresta para a plantação de gêneros alimentícios, para o uso da madeira e também para a agricultura. Segundo Dean (1996), na atualidade restam apenas 7,6 % da cobertura florestal original.

Segundo Cintrão (1996) foi em grandes propriedades que o café se estabeleceu inicialmente, a partir da mão de obra escrava de populações vindas do centro minerador, do sul de Minas e da província fluminense. Após a abolição da escravatura o campesinato desempenhou um papel importante na viabilização da mão de obra para o café. Comerford (2003), no entanto, salienta que desde o início da ocupação da região estas fazendas foram implantadas ao lado de áreas ocupadas por sitiantes de poucos recursos. As famílias de mais posses obtinham doações de sesmarias, consolidando domínios relativamente extensos, e famílias de menos recursos também se aposseavam de terrenos e estabeleciam suas lavouras e roças, o que frequentemente gerou intensas disputas pela posse de terras.

Com a abolição da escravatura, em 1888, a falta de mão de obra abre caminho para o estabelecimento de novas formas de relações de trabalho, em alguns casos permitindo o acesso parcial ao uso da terra pelos trabalhadores. Campos (2006), citando Lanna (1989), destaca que o regime de trabalho nas lavouras de café de Minas seria diferente das formas de organização do trabalho desenvolvidas pelos fazendeiros paulistas, que adotaram o colonato, pois a Zona da Mata não teria as mesmas condições para a atração de imigrantes como São Paulo. As duas principais formas de relação de trabalho estabelecidas nesta região e que possibilitaram a continuidade da exploração do café foram os trabalhadores fixos, moradores das fazendas (geralmente chamados de colonos) que cuidavam das lavouras de café à meia, e os assalariados temporários, a partir da migração sazonal de outras regiões do estado. Segundo Lanna (1989):

> "O parceiro denominado de colono pelos contemporâneos, era responsável por partes previamente demarcadas dos cafezais. Devia realizar as carpas e a colheita. Recebia metade dos lucros auferidos com a venda do produto. O trabalhador que migrava de outras regiões do estado, em geral do Norte, era contratado por determinado período do ano agrícola para auxiliar na realização da colheita" (LANNA, 1989, p.108).

Ainda segundo esta autora, sempre houve uma gama variada desses arranjos, mas que, no entanto, não era solução definitiva para aquilo que, sob o ponto de vista dos fazendeiros, se constituía o problema da "falta de braços" para as lavouras. No início do século XX, houve inclusive algumas tentativas de implantação de colônias de imigrantes estrangeiros, principalmente italianos e espanhóis[21], todavia iniciativas muito tímidas (LANNA, 1989).

Desta forma, a origem do campesinato na Zona da Mata está associada aos migrantes que vieram das regiões de mineração ou de outras regiões do estado, ou mesmo de outros países, para trabalharem nas lavouras de café, que com o tempo foram tendo acesso ao seu próprio pedaço de terra (aqui se inclui a população negra antes escravizada tanto nas áreas de minera-

[21] Na pesquisa de campo em Espera Feliz, identifiquei também a presença de migrantes portugueses, que vieram para a região nesta mesma época.

ção como na agricultura). Está associada aos sitiantes que vieram ocupar espaços entre as fazendas de café, se dedicando a culturas alimentares e criação de animais, mas também trabalhando nas fazendas de café e gado. Está também associada ao próprio desmembramento progressivo das antigas fazendas de café, que foram sendo divididas em propriedades cada vez menores em função da perda do dinamismo econômico e da fragmentação pela herança. Finalmente, está associada aos descendentes das populações originárias dos índios Puri e Cataguás. Embora a população indígena da Zona da Mata tenha sido dizimada, o município de Araponga é uma das áreas isoladas em que os agricultores tem suas raízes na herança dos índios Puri, influenciando ainda hoje seus modos de vida[22].

Mas, voltando ao processo de ocupação do território e de expansão da lavoura cafeeira, a parceria foi a relação de trabalho predominante e estes trabalhadores, camponeses, vão ter importância para os grandes proprietários não apenas como força de trabalho, mas também enquanto sustentação política da oligarquia ligada à lavoura cafeeira. Segundo Muls (1990), citada por Cintrão (1996) os camponeses se constituíram também em contingente de força militar, para os confrontos entre fazendeiros, e como eleitores em respaldo para confrontos com grupos políticos e governos. Comerford (2003) destaca o peso considerável que a região teve na política estadual e nacional durante o período da República Velha.

No início da expansão do cultivo do café na região a cultura ocupava quase todas as micro-regiões da Zona da Mata, o solo fértil após a derrubada das matas garantia a produção inicial do cafezal. Com o tempo se percebeu a melhor adaptação e longevidade da produção das lavouras nas partes mais elevadas, onde a altitude variava entre 800 a 1.200 m acima do nível do mar. De certo modo o clima passou a definir a alocação dos cultivos na região e outras atividades começaram a substituir o café nas regiões com menores altitudes (VALVERDE, 1958). No entanto, embora a dinâmica social, econômica e política da região sejam profundamente marcadas pelo café, desde o início a ocupação da região não se deu exclusivamente com ele (CINTRÃO, 1996). As oscilações do preço do café no mercado sempre implicaram em variações na área plantada, sendo que nas fazendas e sítios, junto ou ao lado do café, sempre se produziu feijão, milho, arroz, cana de açúcar e gado, para o consumo e para a comercialização. No início do século XX algumas partes da Zona da Mata já se firmavam como regiões leiteiras ou de pecuária de corte (COMERFORD, 2003).

[22] Em recente tese de doutorado defendida na UFSC, Barbosa (2005) buscou, através do seu trabalho, "entender o processo de re-emergência étnica Puri" no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, que tem grande parte de sua área no município de Araponga, com 5.420 hectares, o que equivale a 41% da área total do parque dentro dos seus limites.

Em meados do mesmo século, VALVERDE (1958) elaborou uma classificação da Zona da Mata a partir da tipificação dos sistemas de utilização de terras na região, originando alguns tipos de paisagem. Em sua classificação, o município de Araponga está localizado na *Zona dos Cafezais*, que inclui também os municípios de Coimbra e a subzona de Ervália. A região era caracterizada, naquela época, pela presença de latifúndios, grandes produtores de café e a ausência de sitiantes. Embora seja uma região de ocupação relativamente velha, o café permanecia como a principal cultura. Já o município de Espera Feliz, em sua classificação, está situado na *Faixa de Laticínios*, que inclui todas as terras do sul e do leste da Zona da Mata e que abastecia direta ou indiretamente o Rio de Janeiro. Espera Feliz estaria à época rodeada de pastos de capim gordura, com gado leiteiro mestiço, e os cafezais, em geral pequenos, ocupavam apenas algumas encostas. Neste município predominavam as propriedades de tamanho médio.

Foi a partir dos anos 30 que teve início a redução da importância relativa da Zona da Mata na economia mineira. Dentre os motivos, pode-se citar a decadência da economia cafeeira, e a estagnação do processo industrial, que estava centrado nos setores de bem de consumo, principalmente na indústria têxtil, que nessa época não era considerada prioridade tanto para o governo federal quanto estadual. Outras regiões do Estado passaram a representar a política e a economia estadual (BDMG, 2000).

Mas foi na década de sessenta que se acentuou o desequilíbrio entre a oferta e a demanda mundial de café, resultando na superprodução que motivou o estabelecimento de um Acordo Internacional entre os países produtores e consumidores, visando o ajuste entre a produção e o consumo mundiais deste produto. Foi, portanto neste período que se acentuou a decadência da Zona da Mata, associada ao surgimento de regiões alternativas para investimentos dentro do estado, especialmente as regiões do Sul e o Triângulo, e às condições de relevo desaforáveis à mecanização da agricultura (BDMG, 2000).

4.2. As políticas públicas de modernização da agricultura na Zona da Mata

A recuperação da cultura cafeeira na região veio, segundo Campos (2006), a partir dos programas governamentais de erradicação e renovação das lavouras de café, no período entre 1962 e 1967, culminando em 1970 com a instituição do Plano de Renovação e Revigoramento dos Cafezais. Com estes planos Minas Gerais passa a ser o primeiro produtor nacional de café, ficando à frente dos principais produtores da época, que eram Paraná e São Paulo (ANDRADE,

1994). Desta forma, a partir do final da década de 1970 até os dias atuais, o café voltou a ser o principal produto para geração de renda nos municípios de Araponga e Espera Feliz, tanto para os grandes, quanto também para os médios e pequenos proprietários.

Foram os técnicos do Instituto Brasileiro de Café (IBC) que atuaram nos Planos de Erradicação e de Revigoramento dos Cafezais. No Plano de Erradicação foram oferecidos incentivos financeiros para a erradicação de cafezais de baixo rendimento, destinando a terra para outros usos, e ao mesmo tempo modernizando as plantações (Nabuco, 1990). No Plano de Revigoramento, através do crédito rural subsidiado, se difundiu um "pacote tecnológico" compulsório, que influenciou substancialmente o perfil tecnológico do parque cafeeiro nacional. No "pacote" que os agricultores tinham que adotar destacava-se as recomendações referentes ao espaçamento, adubação e agrotóxicos, e foram as mesmas para todo o Brasil, independentemente da região e do tipo de agricultor (Gomes, 1986).

Mas a atuação do estado não se deu somente a partir do IBC, a assistência técnica e extensão rural oficial já estava estruturada em Minas Gerais desde a década de 1950, através da ACAR, que tinha escritórios em vários municípios da Zona da Mata. Posteriormente a ACAR deu origem a EMATER-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) que, atualmente tem escritórios em grande parte dos os municípios da região (CINTRÃO, 1996).

Na década de 1970 a Zona da Mata era considerada uma área problema, sendo uma das primeiras regiões do Brasil onde se implementou um Programa de Desenvolvimento rural Integrado, o PRODEMATA. Este programa definia a modernização tecnológica como a base para o processo de desenvolvimento da agricultura e para a melhoria dos níveis de renda no meio rural. Considerava a oferta de serviços e infra-estrutura social como um fator limitante, prevendo investimentos em eletrificação rural, saúde e educação, mas o crédito associado à extensão rural eram tidos como principal meio para se alcançar esta modernização (CINTRÃO 1996). Finalizado este programa se iniciou outro nos mesmos moldes (MG-2), porém abrangendo outras regiões do estado.

Segundo Meyer (1997), neste período de 1970/1985 a pesquisa agrícola e o crédito ficaram concentrados nas culturas para exportação como a soja e o café, deixando as chamadas "culturas de subsistência" em segundo plano. Argumenta ainda que esta política de modernização desconsiderou as diferentes condições sócio-econômicas e ambientais do estado, incentivando a adoção de um pacote tecnológico inflexível, definido pelos objetivos da industrialização. Além de não garantir o desenvolvimento rural este processo de modernização acabou por intensificar ainda mais o processo de degradação ambiental na Zona da Mata (MEYER, 1997).

O “pacote tecnológico” incentivado pelo Estado através do seu projeto de modernização, baseado no melhoramento genético, uso intensivo de irrigação, agroquímica e mecanização, só foi adotado parcialmente na Zona da Mata, em virtude de restrições de ordem ambiental, onde o relevo acidentado não permite a mecanização de grandes áreas, e de natureza socioeconômica da agricultura familiar da região.

No entanto, há que se considerar que, apesar do incentivo do crédito subsidiado e de toda a estratégia difusionista adotada pela extensão rural, os agricultores não adotaram passivamente o “pacote”, o que também explica a sua adoção parcial. Cintrão (1996) observa que a incorporação de tecnologias pelos agricultores se dá a partir de uma lógica própria destes agricultores e não a partir da lógica que orientou a pesquisa daquelas tecnologias. Sua percepção durante a pesquisa que realizou na Zona da Mata é de que as técnicas agrícolas praticadas pelos agricultores são objeto de constantes conversas, discussão e reflexão, e a incorporação de inovações é parte do dia-a-dia daqueles agricultores. Além do exemplo dos pais, suas fontes de informação, que alimentam as decisões sobre como produzir, vêm dos vizinhos, dos vendedores (de insumos), dos técnicos dos órgãos governamentais, mas também dos técnicos de agroindústrias e de organizações não governamentais. As trocas de dias de serviço também são momentos ricos de discussões sobre as técnicas (CINTRÃO, 1996)[23].

De toda forma, a introdução destes elementos na agricultura camponesa tem significado uma forte deterioração do meio ambiente, a perda da identidade cultural e o debilitamento da sua economia. Enquanto “pacote”, este novo padrão tecnológico não levou em consideração a lógica de produção camponesa, valorizando o que há de positivo nela. Nesta proposta, está implícita a necessidade de uma crescente vinculação ao mercado e o desestímulo da produção para o autoconsumo, tendências que podem ser contrárias à reprodução continuada da produção camponesa.

4.3. Focalizando a agricultura familiar nos municípios de Araponga e Espera Feliz

O município de Espera Feliz foi fundado em 1938. Com uma área territorial de 325,43 km^2, possui 20 835 habitantes, sendo 40% residentes na zona rural (Tabela 1). Situado no en-

[23] Cintrão (1996), no entanto, não considera que a "modernização da agricultura" na Zona da Mata tenha levado a uma diferenciação tecnológica entre os estratos de agricultores, e que as diferenças se dão mais em função de variações micro-regionais. Admite que haja diferentes apropriações das tecnologias modernas entre os diferentes agricultores, mas relaciona esta apropriação somente às características culturais, ao tamanho da propriedade, ao momento no ciclo familiar, e não a relaciona a diferentes estratégias de reprodução socioeconômica.

torno do Parque Nacional do Caparaó, faz divisa com os municípios de Caparaó, Divino e Caiana em Minas Gerais, e Alto Caparaó e Dores do Rio Preto, no estado do Espírito Santo.

Uma das principais atividades produtivas do município é a cafeicultura, com 9.735 hectares de área plantada. Destaca-se também a pecuária com um rebanho bovino de 8.634 cabeças e 2.231 vacas ordenhadas[24]. Em relação à cafeicultura, predomina o sistema de cultivo em monocultura e a utilização intensiva de agrotóxicos. A predominância deste sistema de cultivo pode ser explicada em parte por ser um município onde a assistência técnica e o crédito rural foram acessados de forma intensa nas últimas décadas. Na década de oitenta foi criada uma cooperativa de produtores de café (Cooperativa Agropecuária do Vale do Paraíso - COAVAP), que atuou de forma bastante intensa não só na comercialização do café como na venda de insumos para os agricultores. Outro fator que pode ter conferido características particulares à agricultura familiar do município foi a presença significativa de descendentes de migrantes europeus, principalmente italianos e portugueses.

O arraial de Araponga originalmente surgiu por causa da descoberta de minas de ouro, mas foi emancipado a município somente em 1962. Araponga possui uma área de 305,2 km², está situada no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e tem como vizinhos os municípios de Carangola, Miradouro, Ervália, Canaã, Jequeri, Sericita e Abre Campo. A população do município é composta por 8 029 pessoas, sendo que 5 245 (65%) residem na área rural e 2 784 (35%) na área urbana (Tabela 1).

A economia local de Araponga também é centrada na produção do café, tanto em grandes quanto em pequenas propriedades. A área colhida com esta cultura em 2001 foi de 2.712 ha. A pecuária leiteira e a produção de grãos para a subsistência das famílias são também importantes componentes da economia. O consórcio do café com milho e feijão é muito comum, principalmente nas pequenas propriedades. Em Araponga, como já mencionado anteriormente, há uma presença marcante de agricultores que tem suas raízes na herança dos índios Puri.

Tabela 1. População Residente em 1970, 1980, 1991, 2000 e 2005[25]

ANOS	URBANA	RURAL	TOTAL
Araponga			

[24] Dados do IBGE, Censo 2000.

[25] O aumento significativo da população rural de Espera Feliz na década de 1980 parece coincidir com a expansão da lavoura cafeeira no município, ocupando áreas antes destinadas às pastagens, como resultado do Plano de Renovação e Revigoramento dos Cafezais iniciado na década de setenta e fortalecido com o PRODEMATA e MG-2 na década seguinte, tal como abordado anteriormente neste capítulo.

1970	925	5.429	6.354
1980	1.081	5.488	6.569
1991	1.631	6.243	7.874
2000	2.537	5.374	7.911
2007	2 784	5 245	8 029
Espera Feliz			
1970	3.242	7.395	10.637
1980	4.670	6.793	11.463
1991	7.953	11.590	19.543
2000	11.261	9.275	20.536
2007	12 530	8 305	20 835
Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)			

A Tabela 2 nos permite visualizar a distribuição fundiária nos dois municípios analisados, demonstrando que apresentam um perfil fundiário bastante similar. A discrepância das informações nos dois levantamentos torna muito arriscada qualquer tentativa de verificação de tendências.

Tabela 2 - Estabelecimentos Rurais – Araponga E Espera Feliz (1996-2006)

ARAPONGA						
Tamanho das propriedades	**Número de propriedades**		**Área**		**%**	
	1996	**2006**	**1996**	**2006**	**1996**	**2006**
Menores de 10 há	263	1073	1215	3281	5,8	20,62
De 10 a menos de 50 ha	281	285	6626	6176	32	38,82
De 50 a menos de 100 ha	45	29	3082	2025	14	12,73
De 100 a menos de 200 ha	30	14	4096	1912	19,6	12,02
De 200 a menos de 500 ha	12	8	3538	2515	17,1	15,81
De 500 a menos de 1000 ha	3	1	2208		10,5	
Total	**634**	**1410**	**20738**	**15909**	**100**	**100**
ESPERA FELIZ						
Menores de 10 há	266	666	1434	2897	5,45	17,33
De 10 a menos de 50 ha	353	294	8156	6030	30,98	36,08
De 50 a menos de 100 ha	80	45	5619	3147	21,34	18,83
De 100 a menos de 200 ha	39	19	5173	2632	19,65	15,75
De 200 a menos de 500 ha	17	8	4866	2009	18,49	12,02
De 500 a menos de 1000 ha	2		1076		4,09	
Total	**757**	**1032**	**26324**	**16715**	**100**	**100**

Fonte: IBGE - 1996-2006

Estes dois municípios estão localizados na Zona da Mata de Minas Gerais e foram escolhidos como base empírica desta pesquisa por representarem situações diversas em termos da integração dos agricultores familiares no processo de modernização da agricultura. A análise das informações disponíveis nos leva a crer que o processo de modernização foi mais intenso em Espera Feliz do que em Araponga.

As propriedades com menos de 100 ha somam 699 em Espera Feliz e 589 em Araponga. Se considerarmos, por exemplo, o acesso dos agricultores à assistência técnica, em Espera Feliz 66% dos proprietários com menos de 100 ha declaram receber assistência técnica, ao passo que em Araponga somente 4% declararam recebê-la[26]. Levando em conta o acesso ao crédito rural, em 2001, foram realizadas 540 operações de crédito em Espera Feliz, mobilizando R$ 1.801.202,34, ao passo que em Araponga foram apenas 68 operações, com um valor total de R$ 150.963,44[27].

Tabela 3. Número de Estabelecimentos por Estratos de Área Familiares por Grau de Especialização[28].

Categorias	Total	Menos de 5 Ha		Entre 5 e 20 Há		Entre 20 e 50 Há		Entre 50 e 100 Ha		Mais de 100 Há	
	Número	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Araponga											
Total Familiar	569	153	26,9	225	39,5	138	24,3	37	6,5	16	2,8
Muito Especializado	18	5	27,8	6	33,3	6	33,3	1	5,6	0	0,0
Especializado	133	26	19,5	51	38,3	41	30,8	14	10,5	1	0,8
Diversificado	282	78	27,7	109	38,7	63	22,3	21	7,4	11	3,9
Muito Diversificado	136	44	32,4	59	43,4	28	20,6	1	0,7	4	2,9
Espera Feliz											
Total Familiar	383	100	26,1	199	52,0	64	16,7	17	4,4	3	0,8
Muito Especializado	85	34	40,0	40	47,1	9	10,6	2	2,4	0	0,0
Especializado	233	53	22,7	126	54,1	42	18,0	9	3,9	3	1,3
Diversificado	43	8	18,6	25	58,1	7	16,3	3	7,0	0	0,0
Muito Diversificado	2	0	0,0	0	0,0	2	100,0	0	0,0	0	0,0

Fonte: *Censo Agropecuário 1995/96, IBGE*. Adaptado a partir da elaboração feita no âmbito do *Convênio INCRA/FAO*.

O grau de especialização na produção de café dos agricultores familiares de Espera Feliz é muito superior aos de Araponga, onde é mais forte a diversificação produtiva. Em Espera Feliz, 83% do total de estabelecimentos familiares são considerados especializados ou muito especializados, ao passo que em Araponga se verifica o inverso, com 73 % do total dos estabelecimentos familiares são considerados como diversificados ou muito diversificados (Tabela

[26] Dados do IBGE, obtido em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuária/censoagro/1995_1996/31/d31_t03.shtm, em 15/05/2008.

[27] Dados do Pronaf.

[28] O Grau de Especialização foi calculado como a relação percentual entre o valor da produção do produto principal e o valor total da produção colhida/obtida (VBP) do estabelecimento (PERCPROD = % Valor da produção do produto principal / VBP). Os diferentes graus são assim definidos:
Super especializado ⇒ PERCPROD = 100%
Especializado ⇒ 65% ≤ PERCPROD < 100%
Diversificado ⇒ 35% ≤ PERCPROD < 65%
Muito diversificado ⇒ PERCPROD < 35%

3). Como se pode verificar ainda na Tabela 3, esta maior especialização em Espera Feliz, comparada a Araponga, se verifica em todos os extratos de área dos agricultores familiares. Este também pode ser outro indicador importante a ser considerado, corroborando a tese da maior intensidade do processo de modernização em Espera Feliz[29].

Por outro lado os dois municípios também representam situações muito semelhantes em termos dos recursos naturais (tipos de solo, clima etc.) e da agricultura praticada (nos dois casos a produção de café é o "carro chefe" dos sistemas de produção). Considerou-se que estas semelhanças e diferenças contribuiriam para identificar e analisar diferentes tipos de estratégia de reprodução social e econômica da agricultura familiar.

4.4. As "Agriculturas Familiares" de Araponga e Espera Feliz

Espera Feliz

Os dados secundários existentes não nos permitem fazer uma distinção de diferentes tipos de agricultura familiar, tal como se preconiza nesta pesquisa. No entanto, quando perguntados sobre as diferenças na agricultura familiar do município de Espera Feliz, agricultores e agricultoras que participaram do grupo focal afirmaram que, na sua percepção, elas existem. Para alguns, as diferenças estão relacionadas à origem da família. Tem família que é descendente de migrantes italianos e portugueses; outras dos negros trazidos com a escravidão, e outras ainda com descendência das populações originárias dos índios Puris. Na fala de um dos entrevistados: [...] "Eu acho que a necessidade e a cultura faz você ter uma relação diferente na terra".

Mas o consenso mais amplo foi em torno das diferenças entre famílias que residem em comunidades mais próximas da sede do município, comparadas com aquelas que vivem em comunidades mais distantes, de difícil acesso. Neste caso, as diferenças são de várias ordens, sendo muitas delas relacionadas às diferenciações nos modos de reprodução socioeconômica das famílias. Uma delas se refere à preservação da "cultura camponesa", expressa nas festividades, nos hábitos alimentares, como se pode depreender da fala dos entrevistados no grupo focal de Espera Feliz:

[29] Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE. Elaboração: Convênio INCRA/FA. http://200.252.80.30/sade/municipios.asp.

> *[...] "Estava vendo outro dia, no Taboão, um monte de carro de boi passando, indo para a festa do carro de boi de Divino. Comunidades como a do Taboão ainda preservam muito destas coisas. Quem tá aqui na beirada da cidade fala destas coisas com saudosismo, como se fosse coisa do passado, mas aquele tempo ainda está aqui perto da gente. Os pratos tradicionais, de polvilho, etc., isso é muito presente ainda hoje. Em termos da alimentação isto é muito visível: quando um pai chega com um pão de padaria é aquela novidade. Existe uma diferença grande das comunidades que estão lá no alto das montanhas das que estão aqui perto da rua... já urbanizadas".*
>
> *[...] "Para fazer os trabalhos do núcleo, a gente anda muito, e observamos a fartura no Taboão, lá tem muita variedade. O povo preserva a merenda feita em casa: broa, mandioca, mingau de milho verde, biscoito de polvilho. Quando andamos em outras comunidades se nós não pedisse água... nem água a gente não bebia[30]".*

A "urbanização" aparece associada à perda de hábitos alimentares e, de certo modo, de uma cultura e seus valores. A preservação da "merenda" feita em casa – a broa, mandioca cozida, milho verde, biscoito de polvilho, etc. – também é resultado e implica sistemas de produção mais diversificados, que mantêm certos cultivos tradicionais. Mesmo que a cultura do café tenha se expandido no município como um todo, relatam que é nas comunidades mais distantes onde se mantêm uma produção mais diversificada:

> *[...] "Tem lugar que você vê de tudo, vê fruta, boi... Por exemplo, na região do Taboão, lá tem de tudo, milho, feijão, mandioca, batata doce, em alguns lugares o arroz. E mais pra baixo você vê mais é café. Agora tem banana também, mas é mais café."*

As diferenças também se expressam no jeito das pessoas se vestirem, no jeito de falar, "na cara do sertanejo"[31]. Afirmam que ao se viajar no ônibus que faz o transporte dentro do município é possível ainda hoje, distinguir, por exemplo, quem é do Taboão e quem é do Paraíso. As pessoas das comunidades mais distantes também sofrem influência da cidade, através da televisão, por exemplo, que a maioria hoje tem acesso, mas segundo os agricultores, preservam muito mais o jeito de ser do que outras comunidades. E por isso sua cultura é de certa forma negada e sofrem mais o preconceito social na cidade:

> *[...] "Eles têm influências também, mas preservam muito mais o jeito de ser do que outras comunidades. Eles também sofrem mais o preconceito social da cidade. O pessoal tem um jeito de falar que ainda é muito discriminado na cidade. Existe uma negação de nossa cultura, de nosso jeito de falar."*

A distância da sede do município acaba por trazer também mais dificuldade de acesso às políticas públicas de assistência técnica e extensão rural, e mesmo ao crédito do Pronaf, sendo este mais um fator que explica as diferenças. Membros da diretoria do STR de Espera feliz, participantes do grupo focal, relatam que a assistência técnica só chega até estas comunidades

---

[30] Dando a impressão que se perdeu este costume e valor, de oferecer comida para os visitantes.

[31] Expressão utilizada por um entrevistado querendo dizer que só de se olhar na cara da pessoa se vê que ela é da roça.

mais distantes, quando aí existem grupos organizados de agricultores/as, mas que geralmente há menos acompanhamento nestes lugares.

> *[...] "Tem o Projeto do MDS[32], via o CONSAD[33], onde cada município da bacia tem o direito de ter cinco famílias atendidas pelo projeto, para construção de horta, galinheiro... Para fazer parte do projeto é preciso ter a documentação da terra, ser de baixa renda e tem que estar dentro do Bolsa Família. O STR[34] indicou o Wilson, que está lá no alto do Taboão, a trinta e dois quilômetros da cidade, em estrada de chão. Mas o Wilson foi excluído por que estava há mais de vinte e cinco quilômetros, que era a distância máxima que podiam dar assistência."*

A distância não chega a ser um critério de exclusão de todas as políticas, mas relatam que a maior dificuldade de acesso das comunidades mais distantes pode ser verificada também no Programa Luz para Todos[35], no número de contratos de financiamentos do Pronaf, etc. Explicam que a distância "dos que vendem as novas tecnologias" contribui para a forma de agricultura que esse povo tem: "[...] Nós, que estamos mais próximos, somos mais vítimas dos pacotes que são vendidos". Não há aqui uma negação das novas tecnologias, mas um alerta para que muitas coisas que são hoje socialmente vistas como atraso, são importantes na sustentabilidade da agricultura familiar:

> *[...] "Se quiser fazer da roça um sustento, tem que ter um planejamento muito grande e uma liderança de alguém da família. Tem uma coisa do jeito que os outros (pais) trabalhavam que é muito certa também. A tecnologia hoje traz mais vantagens, que dá para a gente pegar um pouco dela também. Hoje, uma roça bem planejada, bem esquematizada, ela pode produzir não para ficar rico, mas para viver razoável".*

Outro fator que contribui na diferenciação, na visão dos entrevistados, é a maior possibilidade de trabalhar na cidade, para aqueles que estão mais perto. Um entrevistado relata que a maior parte das mulheres da comunidade de São Felipe[36] trabalha na cidade, principalmente como domésticas e faxineiras; e isto acontece mais nas comunidades "da Água Espalhada pra baixo".

A fala de alguns dos entrevistados, justamente os que moram em comunidades mais próximas da cidade ou que já moraram um bom tempo na cidade e depois retornaram é reveladora de como a visão sobre a agricultura familiar vai mudando nestas pessoas:

> *[...] "A roça é boa, mas não é muita gente que faz dela a forma de viver. Se a roça for um hectare ou dez, tem que ser tratado como empresa, tem que ter planejamento para tudo, tem que ter*

---

[32] Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

[33] Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad) do MDS.

[34] Sindicato de Trabalhadores Rurais de Espera Feliz.

[35] Programa de Eletrificação Rural do Governo Federal.

[36] Este aspecto será retomado em capítulo seguinte, pois foram justamente desta comunidade de São Felipe as famílias entrevistadas em Espera feliz.

tecnologia, saber o que vai investir e o que vai voltar. Tem que haver essas coisas, como uma empresa também tem que ter"

[...] "Os agricultores não plantam de acordo com um projeto ou planejamento da propriedade. Não fazem um projeto definindo do que se vai plantar: vou plantar tanto, vou gastar tanto, vou ganhar tanto. Plantam qualquer coisa em qualquer lugar. Trabalham como os pais trabalhavam. Esse tipo de agricultura que os nossos pais faziam é que deve acabar, precisa ser uma empresazinha".

Sem diferenciar quem está perto ou quem está longe da cidade, na visão dos entrevistados no grupo focal de Espera Feliz, o êxodo rural[37] ainda é muito grande neste município: "Tem muita gente indo para o interior de São Paulo ou do Rio de Janeiro". E não são apenas filhos/as de agricultores familiares, são famílias inteiras que vão embora[38]. "Tem até pessoas que faziam parte do movimento e que estão indo embora. Tem alguns que eram meeiros, mas desiludiram, acharam que a roça era inviável".

Araponga

O mesmo se verificou com os agricultores e agricultoras entrevistadas no grupo focal realizado em Araponga que, igualmente, identificaram muitas diferenças na agricultura familiar, dentro do próprio município.

Surgiram também relatos que vinculam esta diferenciação à origem étnica e social das famílias. A comunidade de Praia D'Anta, por exemplo, onde afirmaram já ter tido "um negro que era fazendeiro", tinha uma terra que não era muito cobiçada pelos grandes fazendeiros, "então foi uma terra que sobrou para o pequeno agricultor" [39]. Não há dados históricos que identificam nesta comunidade um reduto de descentes Puris, mas pelas feições das pessoas é fácil perceber esta descendência em grande parte dos moradores do lugar. Contam que nesta comunidade, diferente de todas as outras do município, tem uma história de agricultores que trabalhavam fazendo valos de divisa nas grandes fazendas, mas que tinham suas próprias ter-

[37] No sentido de uma migração de caráter definitivo.

[38] Esta informação parece encontrar alguma correspondência nos dados de populacionais de Espera Feliz (Tabela 1), que indicam uma redução de 970 pessoas na população rural (12% da população rural), com um aumento de apenas 299 pessoas na população urbana, no período de 2000 a 2007, indicando a migração de pelo menos 671 pessoas para fora do município. Uma situação não verificada em Araponga no mesmo período, onde a população rural diminuiu em apenas 129 pessoas (2,5% da população rural) ao mesmo tempo em que a população urbana aumentou em 118 pessoas, indicando a possibilidade de não ter havido migração significativa para fora do município neste período (Tabela 1). É necessário dizer que aqui não estão consideradas as taxas de natalidade e mortalidade no período, que também interferem na evolução dos dados populacionais, tratando-se desta forma apenas de uma indicação que os números anteriores nos permitem, caso estas taxas sejam equivalentes nos dois municípios mencionados.

[39] Numa clara referência à constituição de um campesinato nos interstícios das grandes fazendas de café que predominaram na ocupação do território.

ras, onde produziam para sua subsistência. Esta condição de pequenos proprietários, que lhes permitiu certo grau de autonomia, segundo os entrevistados, conferiu ao povo do lugar uma característica de "convivência mais fácil", e um modo de pensar diferente de outros lugares:

> *[...] "A Praia D'Anta nos ofereceu essa condição de raciocinar diferente. Por causa da convivência a gente conseguiu discutir isso, passar essa possibilidade pra outros, porque a nossa convivência foi assim: apesar de trabalhar às vezes pra eles, é possível viver sem a dependência dos fazendeiros[40]. Por exemplo, Córrego dos Pereiras, que é um pouco a terra é deles [se referindo a agricultores familiares desta comunidade], mas eles têm em mente é trabalhar na terra dos outros, é diferente. Nem ligar pra documento, nunca ligaram, eles não tinham, nem podiam ter essa preocupação de morar na terra própria. A Praia D'Anta nos mostrou essa característica, nos levou a raciocinar e a discutir isso, que virou a compra de terras. Não é porque eu sou de lá não, mas ela nos ofereceu a condição diferente de ver as coisas e enxergar as coisas."*

Em outras comunidades do município, dizem que as pequenas propriedades de hoje se originaram preponderantemente de grandes fazendas que se dividiram, ao longo do tempo, pela herança. E nestes lugares ficou muito marcada a relação patrão/empregado. Citam que este é o caso das comunidades de Salazar, São Caetano, Vargem Alegre, São Domingos e mesmo em Estevão Araújo, onde há ainda hoje um "coronelismo muito forte".

> *[...] "Existe essa diferença... quando você vai mais fundo, você percebe um ramo ali de patrão / empregado, dependendo do peão. E em outros não, você percebe uma liberdade maior das famílias. Há aquelas família que é mais estável, é diferente da agricultura familiar aonde tem um ramo de patrão / empregado, até na questão de finanças. Pra você ter uma idéia, existe espaços no município que o pessoal paga melhor que em outra parte, a gente viu isso lá no sindicato. Tem região no município que paga mais, e às vezes são aqueles que tem pior condição financeira é que pagam mais."*

Do outro lado do município, em um lugar denominado Estouro, para frente ainda de Estevão Araújo, afirmaram que o "coronelismo" também sempre foi muito forte, mas há muitas histórias que explicam uma grande diferenciação entre as comunidades deste lugar. Na comunidade dos Pereiras, como o próprio nome indica, os moradores descendem de uma só família, que não era de fazendeiro, mas que toda a vida conviveram e trabalharam com fazendeiros, o que imprime uma característica diferente de agricultura familiar: "(...) diferente da Praia D'Anta que tem uma história de uns valeiros".

Já em Tromba D'Anta e na Mutuca, mesmo estando sobre a influência dos "coronéis"[41] do Estouro, disseram que o povo de lá nunca os acompanham nas eleições, por exemplo. E são também as comunidades que mais abrigam descendentes dos Puris.

---

[40] Fazendeiros, na fala dos entrevistados, sempre se refere a grandes ou médios proprietários claramente representantes de uma agricultura patronal.

[41] Os entrevistados se referem como coronéis os grandes fazendeiros que exercem também grande poder político no município.

[...] "Toda vida teve problema com aquela comunidade lá (Tromba D'Anta). Nunca foi de ir com o resto não, tá! Outra coisa que tinha lá perto também, na Mutuca, é a terra do cangaço, dos jagunço, matando, jagunços dos coronéis que moravam lá. O povo que matava pra ganhar, era os cangaceiros da época. Mas até hoje aquilo lá é diferente nesse sentido, quando chega a época de eleição eles ainda não comunga com o restante não. E é um lugar que encostou um povo de menas renda, que encostou naquele canto lá. É tão forte esta questão lá que a primeira ponte, a ponte da lage lá, só foi feita quando o Nico Cadete foi candidato a prefeito, que foi feito aquilo lá, não tinha nem ponte lá. Aí eles ainda conta que o pai deles punha eles nas costas, passava o rio a nado quando o rio enchia, com eles na cacunda, que nem macaquinho. Amarrava a roupa na cabeça e atravessava o rio a nado. Então aquela indiaiada do canto de lá, ali é que concentrou mais índio. Portanto até o cemitério dos índios, perto de Margarida ali, ali é que era o cemitério dos índios. Os restos dos nossos Puris do mato ficou mais naquele canto. Eu acho que isso que faz a diferenciação, até nos dias de hoje".

Outra comunidade do Estouro com características específicas é a comunidade do Boné, que sofreu muito a influência da Companhia Belgo Mineira, que lá se instalou, nos anos sessenta, para a exploração de carvão nas matas da Serra do Brigadeiro. Por muitos anos a Companhia contratou os homens do lugar para trabalhar no corte da madeira e no carvoejamento, o que influenciou para que as mulheres assumissem mais o trabalho na agricultura:

[...] "Lá é uma comunidade de agricultoras, não de agricultores. Lá as mulheres são as agricultoras, quem coordena a agricultura é a mulher. É isso: tem aquela história da Belgo Mineira que passou por lá, aquela coisa toda, os homens tudo bóias frias, mão de obra, buscando dinheiro fora e as mulheres produzindo na terra. Isso não acabou até no dia de hoje, ainda tem um estoque de mulher boa na enxada e trabalho. E brincalhona demais da conta, a mulherada até exagera. Lá você tem que estar preparado para entrar no meio delas, elas falam o que vêm na boca, chega lá, você têm que se virar no meio delas, é a forma daquele povo, eu considero como cultura mesmo."

Os entrevistados identificam como decorrência dessa diferenciação o fato de algumas comunidades comprarem mais mercadorias de fora do que outras:

[...] "Tem um povo que compra muito, tem outras regiões que vende mais do que compra, tem de tudo, tem essa diferença. Tem gente que pega aquelas coisas saudáveis que a gente tem aqui, apura um dinheirinho para pegar um macarrão numa venda. Na região do Estouro chega é muito caminhão carregado de arroz, frango... caminhão cheio, que desse pra lá. Isso lá no São Domingos durou mais, o povo ainda segurou mais a agricultura de subsistência".

Esta relação cada vez mais forte com o mercado, tanto para a compra de insumos como para o consumo da própria família foi se configurando, de acordo com os dados coletados durante a realização do grupo focal em Araponga, como uma das diferenciações entre agricultores familiares do município, independente das características particulares de uma ou outra comunidade. Estas diferenças acabam influenciando também o modo e o tipo de produção:

[...] "Tem família aqui (em São Joaquim) que muita gente fala que fulano de tal aperta o carro pra poder produzir tudo o que ele precisa. Diferente, a gente vai no Estevão Araújo, o cara vem da roça comprando cebolinha, tomate... Aqui na nossa região é um pouco diferente, o pessoal sai para comprar, mas com bem menos freqüência".

"[...] o Josimar, que mora um pouquinho pra dentro, ele trabalha como agricultor familiar, mas a agricultura familiar dele é café. Tudo dele é comprado, milho, arroz, feijão, tudo dele é com-

prado. Prefere trabalhar a jornal pra comprar as coisas pra casa. E no meio do café não planta mais nada. Então, tem muito isso, que é agricultura familiar, mas que parte pra monocultura".

Consideram que esta especialização produtiva, onde os produtos de consumo da família deixam de ser produzidos, decorre de uma pressão muito forte no sentido da modernização da agricultura. Em alguns lugares a resistência foi menor e a diversificação acabou mais rápido, dando lugar à monocultura. Essa pressão veio, por exemplo, com a oferta de crédito subsidiado, mas condicionado ao uso de pacotes tecnológicos, e que acabou levando ao endividamento e à perda de patrimônio de muitas famílias de agricultores. Por outro lado, falam das experiências de outras famílias que, mesmo sem fazer empréstimos, conseguiram adquirir a terra e trabalhar nela para o sustento da família.

[...] "O pai dele tinha terra e ele começou a negociar com o banco lá, não soube administrar, teve que vender mais da metade da terra. Aí o outro, ele veio trabalhando na roça, comprou a terra, sem pegar dinheiro emprestado... Hoje, além dele comprar terra, tem dinheiro no banco também. É o contrário."

Alertam, no entanto, que não é o acesso ao crédito rural que diferencia as famílias, mas que uma parte delas mudou a forma de trabalhar, de administrar a propriedade, a partir do acesso ao crédito, tornando-as mais dependentes de agentes externos. Esta dependência se refere tanto às empresas vendedoras de insumos e compradoras dos produtos da agricultura familiar, como dos técnicos que passam a fornecer a assistência técnica.

[...] "Quer dizer, o cara tá todo feliz que tem uma granja de quinze mil frangos, mas o cara é empregado da Pif Paf[42]. O dia que a Pif Paf puxar o tapete dele... tá entendendo... Ele tem lá quinze a vinte vacas, dando não sei quantos litros por dia, ou por mês, mas ele é empregado do laticínio."

[...] "Mas eu queria chegar num ponto, que o que está se entendendo, que querem ensinar para as pessoas, é que tudo quanto há vai funcionar em torno do governo, vai funcionar amarrado no governo. Que o técnico é que vai ditar as regras, obedecer o ponto de vista do técnico. Tem que pôr isso, tem que pôr aquilo... E com chuva com sol.... é isso, não interessa, não tem desculpa, tem que fazer. E na cabeça dele [do técnico] este agricultor é um cara bem sucedido. Só que é um cara que faz o que alguém manda, ele não tem capacidade de raciocinar. Eu por exemplo, o dinheiro vinha pra plantar o milho. Eu plantava o milho sim, eu já ia plantar mesmo. Mas usava o dinheiro pra outra coisa. Essa é a nossa diferença, da nossa indiaiada, que nós quer pensar na terra, junto com o técnico, mas a gente quer dar opinião, quer dar palpite."

Atualmente, um grande número de agricultores familiares acessa o credito rural em Araponga. A própria forma de lidar com o crédito, acessando o recurso, mas utilizando-o com finalidades distintas daquela para o qual é oferecido, mas coerentes com a estratégia de reprodução socioeconômica das famílias, é que demonstra as diferenças entre elas, as diferentes estratégias que são adotadas:

[42] Pif Paf é uma agroindústria do ramo da avicultura que vem, ao longo das duas últimas décadas, integrando agricultores em vários municípios da região.

[...] "Eu acho que o conceito de agricultura familiar que este pessoal do governo tem por aí é aquela que especializa numa produção. O agricultor familiar vai lá e pega dois, três, cinco, dez mil e canaliza tudo para as empresas. Isso é um tipo de agricultura familiar recursiva. Mas tem outra. Eu acho que agricultura familiar pra mim, que nasci plantando milho, feijão e café... eu tenho que ir lá no Banco do Brasil, pegar três, quatro, cinco mil pra plantar milho, feijão e café? Peraí! Eu fico imaginando, pô ... eu nessa idade que eu tô, será que eu tenho que fazer isso ainda? Agora veja bem, eu pego, o nosso pessoal pega, só que não faz isso não. Nosso pessoal pega, mas compra é terra, investe em outras coisas, pra isso que nosso pessoal pega. Se tivesse essa flexibilidade desse dinheiro dava muito mais resultado. Que é agricultor familiar, o cara tem que comprar solução pra café, tem que investir só na granja? É aquilo ó: é cavalo de charrete... E é essa agricultura familiar que é reconhecida. Mas tá errado, não é só essa que existe. Eu não vou dizer que não é agricultura familiar, mas ela tá mais do tipo patrão / empregado."

[...] "Hoje a abertura do governo Lula, existe dinheiro pra agricultura familiar. Na verdade o agricultor familiar, ele não quer pegar dinheiro emprestado. O povo busca dinheiro no banco, mas o agricultor familiar tem que ter a terra, é uma coisa complicada. O agricultor familiar, o cara gostaria é de mais ser valorizado naquilo que ele faz, do que o dinheiro, porque o dinheiro vem junto com um pacote. Eu vejo por mim mesmo, outro dia chegou uma carta do Banco do Brasil aí dizendo pra mim movimentar a conta. Eu não tenho dívida vencida, tenho ainda duas prestações do Pronaf agroecológico, só que eu não fiz mais financiamento. Eu entendi que o que está na carta é que eles querem que eu vá buscar dinheiro, é o que eles querem. Eu tenho possibilidade de trabalhar, então eu não tô querendo fazer dívida no banco. Porque o dinheiro se for para pagar os outros pra trabalhar, não vale porcaria nenhuma".

[...] "Você pega aqui outros que o pai dele não teve condição, de pagar as coisas dele, o que eles tinha... E não foi dinheiro de banco que fez com que ele melhorasse não, aí que você entende essa diferença. Pega um outro que negociou com banco... Tinha que arrumar um que toda vida foi assim, e fazer uma comparação de uma coisa com a outra. Uma coisa é trabalhar e produzir e arrumar dinheiro. E outra coisa é pegar dinheiro pra produzir. Eu acho que pode encontrar diferença."

[...] "Agora veja bem, essa agricultura familiar que nos faz parte dela, ela tem que tomar um rumo, a gente vai ter que discutir isso muito, com todos os cuidados, vai ter que tomar um rumo diferente. Se a gente tem um mínimo de organização, mas tem que organizar muito mais, pra chegar com outra estratégia, a esse nível, de vender e de comprar, mas não de uma forma que vem de lá pra cá, imposto".

Não são somente as políticas de crédito e de assistência técnica e extensão rural que aparecem nas falas como causadoras desta pressão para as mudanças na agricultura familiar. Mesmo políticas atuais, potencialmente promissoras para o fortalecimento de uma produção mais diversificada na agricultura familiar e uma inserção estratégica no mercado local, como o Programa de Aquisição dos Alimentos (PAA) e a nova lei da Alimentação Escolar, que reserva 30% deste mercado institucional para a agricultura familiar, são vistas com desconfiança:

[...] "A agricultura familiar que vocês estão falando dela, que é a nossa, ela tá com desafio da questão da comercialização. Aí o governo abre a possibilidade de mercado, vender pra escola, um monte de entidade que pode comprar da agricultura familiar. Aí vem a questão: mas fornecer esse feijão pra escola, você mantém o ano inteiro? Aí você acaba tendo que entrar naquele esquemão, que é considerado na agricultura familiar. Não discute a questão: Vão pegar o que tem? Você não tem o feijão o ano inteiro, você vai ter uma fruta, você vai ter o fubá? O esquema que tá aí que é considerado agricultura familiar, vai comprar da agricultura familiar, você vai manter? Gasta "x" por ano... então discute aquele produto. Aí você vira empregado, você fica especializado na granja, no café, não é uma agricultura familiar sustentável. Você chega lá e acha produto perdendo, você chega na casa e vê meio saco de feijão perdendo, você vai na outra... abacate, limão, laranja. Produto perdendo a rodo, é desse jeito e não é considerado. Pra esse tipo de coisa não tem mercado, esse é o nosso desafio hoje."

Um entrevistado sugere que para entender a agricultura familiar é preciso considerar o que normalmente não é contabilizado, não é quantificado como produção econômica das famílias:

> *[...] "Agora o que a gente quer comparar, todas estas pessoas que a gente tá discutindo, financeiramente tiveram avanço e isso emprega muita gente nesta história, uma coisa que eles não aceitam é uma troca que acontece na agricultura familiar. E isso não é considerado porque eles querem é número e troca nunca tem. Boi, feijão, milho... esse negócio é trocado diariamente, de um pro outro, de tudo. É umas barganha aí, que não vai pro bico do lápis. Isto não é aceito, mas agora que isto funciona e que ajuda, ajuda. Tem negócio que os caras fazem que os caras podem achar que é prejuízo, mas..."*

Depreende-se das falas dos entrevistados nos dois grupos focais que, na visão destes, há diferenciações dentro da agricultura familiar em cada um dos municípios. Estas diferenciações estão relacionadas à origem étnica das famílias, à própria origem das comunidades, ao modo que organizam seus sistemas de produção, mantendo ou não cultivos alimentares, aos tipos de relações de produção, ao modo com que se relacionam com o mercado e especialmente com as políticas públicas. Pelo menos no caso de Espera Feliz, estas diferenciações estão relacionadas à maior proximidade ou não da sede do município. No âmbito desta pesquisa, nos interessa aqui destacar é que estas diferenciações estão também relacionadas a diferentes estratégias de reprodução socioeconômica das famílias, que poderiam indicar diferentes tipos de agricultura familiar.

Diferentes tipos de agricultura familiar, não necessariamente em termos típicos e ideais, como nos alerta PLOEG (2006), uma vez que em situações reais existe o que ele chama de "zonas cinzentas", que demonstram a natureza gradual das inter-relações entre agricultura e mercado e no ordenamento associado ao processo de produção agrícola. Ploeg (2006) argumenta que é possível identificar *graus de campesinidade* nessas zonas cinzentas, ou seja, identificar agricultores (ou famílias) cujas estratégias se aproximam mais de uma agricultura camponesa que de uma agricultura empresarial, e vice e versa.

Desta forma, uma comparação entre famílias que poderiam representar diferentes tipos de agricultura familiar, poderia ser feita dentro de cada um dos municípios, seguindo as pistas levantadas pelos participantes dos grupos focais. Mas, como já foram mencionadas anteriormente, as limitações de tempo e de contatos para esta pesquisa me fizeram optar por estabelecer uma comparação entre famílias de Araponga, cujas estratégias se aproximam mais de uma

agricultura camponesa[43], com famílias de Espera Feliz, cujas estratégias se aproximavam mais de uma agricultura do tipo empresarial. A aproximação de um tipo ou de outro se baseou especialmente nas contribuições teóricas de Ploeg (2008), relacionadas com o ordenamento associado ao processo de produção agrícola e o consequente nível de autonomia relativa das famílias; e de Sabourin (2009), sobre a permanência de práticas e regras relacionadas à reciprocidade em comunidades camponesas.

[43] Embora uma das famílias indicadas pelos participantes do grupo focal de Araponga, na visão destes se diferenciava das demais, no sentido de representar uma agricultura do tipo mais empresarial, considerei que esta mantinha características ainda muito fortes de uma agricultura camponesa, mesmo tendo esta uma trajetória que possa indicar uma mudança neste sentido, empresarial.

5. AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS

A trajetória das famílias, reconstruídas por meio das histórias pessoais de seus membros, foi reveladora das diferentes estratégias de reprodução socioeconômica nos dois municípios estudados. A metodologia adotada na pesquisa, com as entrevistas em profundidade, aliada ao conhecimento prévio de grande parte das pessoas entrevistadas, permitiu que aflorasse uma riqueza de relatos, às vezes de caráter muito pessoal. Foi feita, então, a opção por colocar nomes fictícios aos personagens que aqui aparecem. Mas, igualmente, são nomes de agricultores e agricultoras da região, com os quais mantive contato em anos anteriores, buscando desta forma preservar este aspecto da cultura que também expressa sua originalidade. Dentro do possível, em um texto desta natureza, procurei preservar também o modo de expor as idéias, mesmo quando não são as falas dos próprios personagens, porque neste modo de expor também está expressa a cultura desse povo, a qual este trabalho procura dar visibilidade.

5.1. Em Araponga, histórias de resistência camponesa

Uma das famílias entrevistadas em Araponga foi a de Zé Branco e Elvira. Zé é um agricultor que conseguiu adquirir sua própria terra a partir do trabalho em parceria em lavouras de café. É filiado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Araponga, já tendo ocupado vários cargos de direção nesta organização. Mesmo antes de se filiar ao STR já participava das comunidades eclesiais de base (CEBs). Participou de várias atividades realizadas pelo CTA-ZM em Araponga e, atualmente, acompanha as atividades de um projeto de extensão da Universidade Federal de Viçosa (UFV), coordenado por um professor desta instituição, projeto este também realizado em parceria com o CTA-ZM. Elvira é filha de agricultores familiares da comunidade de Salazar, em Araponga, formada em pedagogia através do Programa Veredas, implementado pelo governo do Estado de Minas gerais em parceria com a UFV[44] e é atualmente contratada pela Prefeitura de Araponga, como professora de uma escola municipal deste município. Zé atualmente está com 38 anos de idade e Elvira 41.

Zé e Elvira compraram a propriedade onde moram hoje, na comunidade de Salazar, há dez anos atrás. A propriedade de seis hectares foi denominada “Sítio Salazar”. Elvira ainda tem

[44] Programa destinado à formação (graduação) de professores, em exercício nas redes de escolas públicas estadual e municipal.

uma parte na herança de sua mãe. Moram no sítio com seus quatro filhos, dois casais, de idades que variam de zero a oito anos. O casal dispõe de uma casa boa, toda reformada, um carro e uma moto, com muitos anos de uso, mas bem conservados. E têm também quase seis mil pés de café em produção.

Foi uma longa caminhada para chegar à situação que estão hoje. Zé costuma dizer que sua primeira conquista individual foi o rádio que adquiriu com a venda do primeiro feijão "do tempo" [45] que produziu à meia, [...] "pra escutar o jogo à noite, jogo do Atlético é claro". Depois a moto, em 1994, que era "tipo a onda do momento". Como diz o Zé: "[...] eles sempre falava que o cara compra uma moto, arruma uma namorada. Por coincidência eu mais Elvira, começando a namorar [...] daí a trinta dias que eu comprei a moto. Se a gente começa a namorar trinta dias depois da moto, ia ficar que era a moto." Em 1997 trocou a moto e noivaram. Em 1999 casaram e compraram o terreno.

Para a compra da terra usaram todas as economias que cada um tinha de solteiro e ainda ficaram devendo. Foi a produção no próprio terreno que os ajudou a pagar o que faltava. Já em 2002 deram uma pequena ampliada na casa e conseguiram colocar a luz na propriedade. E foi neste ano que mudaram-se para o sítio. Em seguida fizeram o terreiro de café e dois anos mais tarde, em 2004, compraram o carro. Fizeram a tulha, plantaram mais um pouco de café e aí fizeram a reforma da casa. Antes disso ainda compraram uma antena parabólica, com dinheiro de feijão e uma parte do salário que Elvira recebe como professora de uma escola municipal.

O salário de Elvira, como professora, tem um papel importante na estratégia econômica da família, mas na afirmação de Zé foi o trabalho na agricultura que permitiu a constituição do patrimônio atual da família: [...] "Hoje, é claro, a Elvira trabalha, mas se eu encostasse só nela, acho que não ia chegar a lugar nenhum. Talvez se tivesse só na agricultura eu ia passar um aperto danado. Agora o que me manteve mesmo na coisa, o grosso, é a agricultura familiar".

Desde que o Zé iniciou o plantio das lavouras em sua propriedade houve várias mudanças na forma de trabalhar. No início pulverizava, capinava e às vezes plantava milho no meio do café, até que a lavoura fosse fechando e não desse mais para plantar o milho. Aí resolveu trabalhar no sistema de roçadeira. Antes de comprar a roçadeira, utilizavam a roçadeira do núcleo da Associação dos Agricultores Familiares de Araponga em sua comunidade, que gerenci-

[45] As aspas serão utilizadas daqui em diante quando forem utilizadas expressões típicas das falas das pessoas do lugar.

ava um conjunto de roçadeiras adquiridas com recursos do Pronaf Infra-estrutura[46]. A sua própria roçadeira também foi comprada com recursos do Pronaf, em um projeto de crédito que havia feito. Ele começou a roçar para diminuir um pouco a mão de obra, pois o espaçamento de sua lavoura era muito largo, e para "não agredir tanto a terra", para evitar a erosão, a formação de enxurradas. Começou a roçar e parou de pulverizar, percebendo já uma melhora no estado geral das lavouras.

Diz o Zé, que as mudanças na forma de trabalhar foram influenciadas pelas conversas com [...] "o pessoal dos movimentos: Sindicato, Associação, CTA..." Sempre participou de reunião das CEBs e desde 1994 participa do sindicato dos trabalhadores rurais. Nunca teve acompanhamento da EMATER e afirma que também aproveita das coisas que vê na televisão. Comenta ainda que, ultimamente, tem trocado idéias com produtores de outros municípios, no Sul de Minas, em Espera Feliz, a partir de intercâmbios organizados por um projeto de pesquisa e extensão da UFV, em parceria com o CTA, ressaltando que não há receita pronta para a solução dos problemas.

Observa também que outra coisa que mudou na propriedade foi a água, que aumentou muito depois que começou a trabalhar nesse sistema de proteger o mato lá em cima, roçar ao invés de capinar, jogando a enxurrada no meio da lavoura, mas "cortando ela pertinho, para ficar toda aberta" no meio da lavoura: [...] "Então isto tudo foi aumentando ela, tanto que igual você vê ali, são tantas minas, antes não tinha mina pro terreiro afora aqui do lado, ficou isso que você tá vendo, uma coisa comprovada, que aconteceu."

Para esta família, assim como muitas outras na Zona da Mata mineira, o café é a principal fonte de renda para se fazer investimentos. O salário de professora de Elvira, além de cobrir muitas das despesas do dia a dia da família, em vários momentos também ajudou nos investimentos, mas o volume maior vem do café. O café também tem que cobrir seus custos de produção, principalmente o adubo químico, que é o maior. O crédito rural, mesmo o de custeio, também é utilizado nos momentos de se fazer os investimentos, mas no fim, é a renda do café que tem que segurar.

Não é à toa que a comercialização do café e a compra do adubo para a lavoura são considerados, pelo Zé, dois momentos difíceis. Neste ano, por exemplo, quando foi vender o café

[46] Até 2002 esta era uma linha de financiamento do Pronaf, destinada a implantação de infra-estrutura e compra de equipamentos em apoio a agricultura familiar, normalmente acessado por prefeituras, a partir de um plano de desenvolvimento rural para o município. A partir de 2003 os recursos com esta finalidade passaram a ser aplicados através do Programa de Desenvolvimento Territorial, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento territorial do Ministério do desenvolvimento Agrário.

para comprar o adubo, desistiu, porque o adubo até tinha abaixado o preço, mas o café tinha abaixado ainda mais. Considera que não será possível fazer o trato da lavoura do jeito que queria.

Um ponto crítico que identifica hoje no seu sistema é o transporte do café da lavoura. Já teve perdas muito grandes na qualidade do café produzido e, em decorrência, no preço de venda do café, por depender de outras pessoas para "puxar" o café para ele. "Costuma" o café tomar chuva depois de colhido na lavoura e aí ele fermenta e perde a qualidade e o preço. Mas não é só a dependência do serviço de outros para transportar o café, é também a condição para secar bem o café, pois às vezes é o tempo que não contribui. E suas limitações também com o armazenamento do café são outro agravante no momento da comercialização. Sua tulha é muito bem feita, mas o local onde foi construída tem muita umidade.

A colheita do café é feita no sistema de troca de dias com um grupo de agricultores da comunidade. Mas tem um compadre seu, Joaquim, que sempre quando fazem a troca de dias o fazem "a molhado", quer dizer, quem recebe a ajuda do companheiro é responsável por sua alimentação. Mas isso acontece quando são apenas os dois trabalhando; quando vão trabalhar para outros é "à seco" (cada um leva seu próprio alimento). Zé e Joaquim combinaram que enquanto agüentarem vão trabalhar assim, "à molhado", porque se não este sistema corre risco de acabar.

É possível observar muito claramente na trajetória desta família o papel central da lavoura de café na estratégia econômica, com uma produção voltada para o mercado. Mas a forte relação com o mercado de café não fez desaparecer características marcantes de uma agricultura tipicamente camponesa. Na própria comercialização do café, quando têm que lidar com as incertezas e flutuações de preço deste mercado de *commodities*, que foge totalmente ao controle dos produtores, buscam desenvolver estratégias que lhes garantam um mínimo de autonomia, como se pode observar na fala do Zé:

> *[...] "Eu vendi pro dono de uma máquina, em Araponga bastante tempo. Vendi antes pro Café Toko*[47]*, depois vendi pra ele, voltei agora a negociar pro café Toko. Até falei com o cara lá hoje: ano que vem não sei se vou negociar aqui não. O café Toko começa a dominar o mercado e começa a fazer hora com a cara da gente".*

A aversão ao risco, o cálculo mais preciso possível para não perder patrimônio, principalmente a terra, e evitar a fama de mal pagador é também evidente. Se, por um lado, o crédito é visto como uma oportunidade para investir, por outro, pensa-se muito antes de fazer dívidas.

[47] Empresa do ramo de torrefação de café, que compra o produto de agricultores em vários municípios da região.

[...] "Porque às vezes isso pode me apertar. Se eu tiver uma coisa em mente pra fazer, que for me dar retorno... Simplesmente pegar ele, por pegar, eu não pego. Porque às vezes é uma quantidade que não dá pra mim fazer o que eu quero, então eu vou endividar e não vou fazer o que eu quero. Dívida, eu não tenho medo de fazer uma dívida não, mas é assim: eu faço ela, eu tenho uma previsão de quando eu vou pagar e aonde eu vou tirar dinheiro pra pagar. Ai eu faço. Eu assumo um compromisso sabendo aonde que tá, se eu não souber... É igual a luz aqui, o cara veio colocar pra mim, meu sonho era colocar um transformador de vinte e cinco KVA, eu coloquei um de quinze, porque eu não tinha o dinheiro, por causa de trezentos reais. E no dia que ele veio fazer o serviço pra mim eu já tinha condição de pagar os trezentos reais, isso era trinta dias depois, mas aí não tinha jeito, o papel já tinha ido. Aí o cara falou: você podia ter assumido pra mim aquele dia. Eu falei: não, eu só assumo aquilo que eu sei que vou dar conta, hoje eu tenho pra te pagar mas se naquele dia eu tivesse assumido com você e eu não tivesse? Eu estaria passando mais vergonha, então..."

[...] "Meu cunhado falou pra mim o seguinte: você assume uma dívida, metade do seu terreno. Se salvar a metade dele. Eu falei: esse conceito seu pra mim tá errado, porque a minha dívida é a moto e o carro. Se puder ser só a moto melhor ainda, ou só o carro. Se for os dois ainda vai, porque o meu carro eu vendo e compro outro, a moto eu vendo e compro outra, e a terra? Onde que eu vou trabalhar pra comprar outra? Eu vou enfrentar meeiro de novo? Patrão outra vez? Pro cara me humilhar, igual eu te contei, só porque eu troquei de moto o cara me tomou a lavoura e ainda arrastou, riu da minha cara e falou: quero ver o cara trocar de moto, neguinho andar de moto nova. Quer dizer, isso é muita humilhação pra gente. Então aqui na terra, se eu não tirar aqui pra fazer da minha vida, comprar mais nada, pelo menos pra subsistência eu vou conseguir tirar. Eu posso passar apertado, não ter dinheiro pra comprar um remédio que eu precisar, pra fazer um passeio, correr o risco do meu filho pedir uma coisa, um brinquedo, um negócio qualquer, eu não ter pra dar. Mas pelo menos um feijão, um angu, eu planto um milho, colho e faço um feijão com angu pra ele. Eu planto uma couve, uma mandioca aí, eu tenho isso pra mim, eu tendo uma terra, eu sei que... Deus abençoando, ele dando uma chuva, o tempo direitinho, eu dependo dele... aí eu tendo uma vontade, de fome eu não vou morrer. Agora se eu não tivesse e tiver que depender de alguém, aí na cidade? Não é desfazer de quem mora na cidade, mas pra mim ali não serve."

Quando vão realizar algum investimento, como na compra de um veículo para resolver a dificuldade que têm no transporte do café e insumos na lavoura (um sonho do Zé é conseguir um meio adequado para fazer este transporte), nota-se o cuidado com que realizam os cálculos na sua estratégia econômica.

[...] "Porque às vezes hoje, eu tenho um pastinho pequeno aqui. Se eu falasse procê: eu vou arrumar uma junta de boi e uma carroça pra puxar o café. Mas no lugar dessa junta de boi eu poderia tá tendo duas vacas e aproveitando o leite. Aí o que eu fico pensando: eu coloco uma junta de boi aqui, não é muito amorrado, mas prá descer daquele café do alto ali com uma carroça de café, ela vem trazendo mais ou menos umas vinte caixas de café. Eu tenho que estar com uma junta de boi, eles tem que pesar mais ou menos de quatorze a dezesseis arrobas cada um deles, pra trazer umas vinte e três, vinte e cinco caixas de café. Tem que ser boi bão. Esses bois... eles não vai vender pra mim no peso, vai vender pra mim no valor de... em torno de dois mil reais num boi desses. Cada boi, então são quatro mil de boi, mais mil de uma carroça, cinco mil. E eles ficando à toa no pasto, e eu não tenho serviço pra eles, porque é só na safra do café. Se eu tiver duas vacas, elas vão me dar dois bezerros por ano, eu vou aproveitar o leite delas, vou vender os bezerros delas, quer dizer, é um extra que entrou no meu bolso. Serve pra mim comprar um porco, comprar uma ração, pra tá fazendo um capado em casa. Então eu tô trocando um boi por um capado. Se eu tiver um carro, um saveiro, seja um outro carro, não pode ser um carro gastador também demais, eu posso puxar o meu café, eu posso puxar o café do meu vizinho, é um extra que tá entrando, uma ajuda a mais que eu tô tendo."

Ao mesmo tempo em que Zé admite que possa ganhar dinheiro fazendo serviços para outros, como o de realizar serviços de transporte com um veículo que venha a adquirir, ele não

vê aí uma possibilidade de mudança de ofício. A racionalidade camponesa não demora a se exprimir quando ele analisa os serviços que faz com a roçadeira.

> *[...] "O caso da roçadeira: eu trabalho com a roçadeira, roço o meu café, eu gasto, se eu não plantar nada, se eu comprar o feijão, por exemplo, e comprar o milho, eu vou só roçar o meu café, todo. Eu pego lá em cima, eu gasto em torno de quatro dias e meio pra limpar meu café todinho, deixar no ponto de adubar. Aí sobra tempo pra mim trabalhar pros outros ganhando dinheiro. Só que aí eu acho que não vale a pena. Eu vou comprar o feijão que o cara fez de que jeito? Aí a qualidade que eu quero, que eu gosto de consumir? O cara não tem, que ele vai plantar pra vender, ele vai plantar o que tiver mais caro. Então eu mesmo planto o meu, aí eu como aquilo que eu quiser, aí ele ainda sobra pra mim vender, sobra pra passar pro meu pai, passo pra minha irmã, dou de presente pra um amigo que chegou na minha casa. Sempre deixo uma sobra, eu dou um litro de feijão pra ele, eu sinto bem com isso. Mas a roçadeira sobra um tempo pra mim ganhar um dinheiro com ela também. Eu fiquei sem capado aqui, eu trabalhei com a roçadeira e comprei um capado com um dinheiro que eu ganhei com a roçadeira. Roçando pros outros, trabalha por hora, então aquele dinheiro que entrou eu fui lá e paguei o capado. Comprei de pessoas, vizinhos que vendeu pra mim."*

Mesmo tendo em perspectiva obter um retorno financeiro com a venda de serviços com a roçadeira, não abre mão da autonomia de obter os produtos necessários para a alimentação da família em sua propriedade. Isto lhe permite não só um alimento de qualidade conhecida como também ter os produtos necessários para a doação (ou redistribuição) para familiares ou amigos, o que lhe permite ampliar as relações sociais e afetivas. O forte vínculo com os mercados, portanto, não fez desaparecer uma racionalidade que tem um valor para o Zé, que não se reduz ao cálculo econômico condicionado pela troca mercantil. Ela revela um modo de pensar, uma visão de mundo, ou mesmo um modo de vida, que escapa à lógica econômica empresarial.

A permanência de relações de reciprocidade constitui-se como estratégia fundamental na viabilização do sistema de produção desta família. Sem o sistema de troca de dias de serviço com outros agricultores da comunidade, seria impossível cultivarem uma lavoura de café do tamanho que eles cultivam. Trabalhando praticamente sozinho na lavoura, Zé não daria conta de fazer toda a colheita, que precisa ser feita com rapidez para se garantir um bom processo de secagem do café e consequentemente uma boa qualidade do produto. Também não seria viável o pagamento de mão de obra assalariada, não só pelo custo impeditivo, mas pela dificuldade de contratar um grande número de pessoas necessário para uma colheita rápida, e mesmo pela qualidade do trabalho realizado por estes trabalhadores, que na opinião do Zé é inferior em relação ao trabalho realizado pelos membros do grupo de troca de dias.

De acordo com Ploeg (2008) as relações de reciprocidade podem se tornar mais vantajosa quando comparadas com a alternativa de mercado, mesmo quando não faltam os recursos financeiros para o pagamento de mão de obra assalariada, justamente porque a reciprocidade

funciona como um mecanismo para manter a qualidade do trabalho. [...] "Através do mercado, esse tipo de qualidade é muito mais difícil de alcançar e manter" (PLOEG, 2008, p.67).

Quando perguntado por que o sistema de troca de dias "à molhado" está acabando, ele responde, novamente evidenciando a presença de valores relacionados à reciprocidade e também o desejo de uma autonomia relativa em relação ao mercado:

> *"Eu acho que é a influência da cidade muito no campo, porque você vê que na cidade, todo mundo trabalha, o cara já contrata, ele não tá preocupado com alimento do cara. Ele vai pagar pra ele e ele vai fazer e simplesmente ele se vira, aonde que ele vai comer. Se ele deixou de comer é um problema dele. Então na roça também tá muito isso, a juventude hoje com uma cabeça diferente, tem muito isso. É aquilo que eu te falei. A questão da roçadeira. Se eu falar assim: eu vou só trabalhar com a roçadeira, roçar meu café e trabalhar com ela pros outros, quando não for roçadeira, eu vou trabalhar a jornal, como se diz... a jornal o cara só vai me pagar, aí eu vou começar a comprar tudo pra casa. Eu compro milho, capado, frango, tudo comprado. Isso também influencia, aí eu viro um assalariado de agricultura familiar. Eu tenho a terra eu tô produzindo alguma coisa na terra, mas de uma certa forma eu sou mais assalariado do que agricultura familiar."*

A liberdade que passaram a ter depois que adquiriram a sua própria terra é também muito valorizada por Zé e Elvira, assim como de outras pessoas entrevistadas, evidenciando ainda mais este desejo de autonomia.

> *"Eu sempre trabalhei à meia, eu sei como é que é trabalhar à meia. O patrão não tem paciência não. O dele pode ficar sem fazer, o do meeiro, não. Então ele leva o adubo e coloca lá e fala: eu quero que você joga amanhã. Ele deixou de saber se você tá com filho doente, se você tá com outro problema. Ele deixou lá... simplesmente ele quer que você faz. Aí se você não faz, ele sai falando seu nome no botequim em qualquer lugar: ele não é um bom meeiro, não é bom de serviço... Eu peço a Deus pra não precisar de voltar num negócio desse, a gente vai ficando mais velho, vai ficando sem paciência, então..."*

Percebe-se muito claramente que a busca da autonomia é parte fundamental na estratégia de reprodução socioeconômica desta família. E esta autonomia não significa uma estratégia produtiva voltada para a subsistência, com a venda somente dos excedentes. A economia da família está integrada a um mercado de *commodities*, do café, que gera a maior parte dos recursos financeiros para os gastos da família, especialmente para os investimentos. Mas a lógica da relação com os mercados, do café, de insumos, dos bens de consumo da família, é sempre delimitada pelo desejo maior de não se perder a autonomia, conquistada a duras penas, até que estruturaram o seu próprio sítio, a sua própria terra.

Outra característica que podemos observar nesta família é o recurso à pluriatividade como estratégia de reprodução socioeconômica. Mesmo com a relativização da importância do trabalho de Elvira como professora, feita pelo Zé, não se pode analisar a estratégia econômica da família, e de sua unidade produtiva, sem esta contribuição. Ou seja, a pluriatividade aparece

neste caso como contribuinte na viabilização da unidade de produção. Como afirma Carneiro (1997, p.78):

> [...] "a especificidade em conjugar as atividades produtivas às relações familiares resulta na plasticidade dessa forma de organização da agricultura e lhe confere a capacidade de se adaptar a situações regionais distintas, incorporando na dinâmica de sua reprodução as potencialidades locais, quer de trabalho extra-agrícola, quer na diversificação produtiva e até mesmo na oferta de serviços".

A participação nas organizações e a inserção da família no que chamamos de redes sociopolíticas e sociotécnicas aparecem também influenciando na criação de oportunidades de melhoria nas condições de trabalho e de manejo no sistema de produção, como no caso da utilização da roçadeira da Associação. As mudanças na forma de trabalhar também aparecem influenciadas pelas relações de parentesco, compadrio e vizinhança, como demonstram as falas de Zé a seguir:

> *"[...] comecei a caminhar pra esse lado, influência dos colegas que me levou pra lá, que é compadre João Bosco, Joaquim, comadre Terezinha, alguém da família também mais ligado. Aí foi me levando, tanto que eu fui presidente do grupo jovem, eu fui tesoureiro da comunidade, sou um dos diretores do sindicato, fui tesoureiro de sindicato, sempre participei em reunião do CTA. Você começa a trocar idéia, as pessoas defendendo a questão do meio ambiente, então eu vi que ali, a coisa não pode ter muito meio termo, ou é um lado ou é o outro, ou eu partia tipo, pequeno com cabeça de grande e começava a soltar veneno a torto e a direito, jogar Roundup[48]... Aí eu vi que aquilo não funcionava."*
>
> *[...] "Mas no sapé, se for preciso eu jogo o Roundup. Já joguei na minha propriedade, no sapé, porque não tinha recurso, se precisar fazer de novo... Agora, não faço isso sem também trocar idéia com os companheiro. Não é porque a propriedade tá no meu nome, que eu tenho o título dela, que eu posso fazer o que eu quero aqui. Eu acho que eu devo respeito aos meus companheiros, se eu fizer um negócio errado, uma coisa que eu bagunçar, tipo eu ir ali naquele mato e começar a destruir tudo ali, quer dizer, eu vou estar cuspindo no prato que eu comi. Então, os meus próprios companheiros vai ver, o cara falava uma coisa e na verdade ele faz outra. Então quando eu vou fazer isso eu troco idéia, tanto que eu plantei um eucalipto ali, pra ter estaca, pra não ficar tirando do mato. Aquela lavoura lá da capitinga[49], como ela não sai dos lados, a minha intenção é plantar eucalipto lá, mas eu tô trocando idéia com um montão de gente. Um dá conselho pra sim, outro dá pra não. Eu vou juntando opinião pra ver quem tá mais a favor e quem tá mais contra. Porque eu vou respeitar, não é porque é meu , que eu enfiei aquela idéia na cabeça, que eu vou fazer não."*

Apesar da referência de Zé Branco de que "a coisa não pode ter muito meio termo, ou é um lado ou é o outro" fica claro que ele e incorpora em seu sistema de produção todos aqueles artefatos ou tecnologias que de alguma forma se ajustam às suas estratégias de reprodução socioeconômica, como, por exemplo, os adubos químicos, a adubação verde, o manejo com a roçadeira motorizada, etc.

---

[48] Herbicida, normalmente utilizado na região para eliminar plantas invasoras das lavouras de café.

[49] Planta nativa, invasora de pastagens e lavouras próximas a áreas de mata.

Mas o desejo de liberdade e autonomia é expresso, em toda a sua plenitude, na história do agricultor Pedrinho, que passo a relatar a seguir.

▪▪▪

Encontrei Pedrinho e sua esposa Dulcinéia na comunidade de São Joaquim, onde moram há 15 anos, juntos com seus filhos Joel e Paulo, em uma propriedade que denominaram "Sítio da Nascente". Pedrinho, atualmente com 44 anos de idade, tem uma longa experiência como liderança do STR de Araponga. Já foi presidente do sindicato e participou ativamente de outras gestões desta organização e atualmente, mesmo não fazendo parte da diretoria, é uma liderança de referência no município. Teve, e ainda tem uma destacada participação no processo de organização dos agricultores voltado para a "conquista da terra" como se verá a seguir na sua trajetória. Participa também de outras organizações de agricultores e agricultoras de Araponga, como a Associação e a Cooperativa de Crédito dos Agricultores Familiares. Já esteve à frente de uma organização de abrangência regional, a Associação Regional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Zona da Mata. Dulcinéia, com 35 anos, não tem a mesma experiência de militância em movimentos. Uma pessoa recatada, de pouca conversa, mas que não deixa de assumir um papel protagonista nas estratégias de reprodução socioeconômica da família. Joel, atualmente com 15 anos, estuda, mas já trabalha junto com Paulinho nas diferentes atividades realizadas.

O pai de Pedrinho, João Paulo, foi nascido no mesmo município de Araponga, na comunidade Serra das Cabeças, vizinha ao atual Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Lá também nasceu sua mãe, Zulmira, em uma propriedade onde hoje funciona a mais renomada pousada de Araponga. Esta fazenda, hoje pousada, pertenceu ao avô de Zulmira que, no entanto perdeu tudo o que tinha, não deixando herança alguma para Zulmira, seus irmãos e irmãs. Mas com João Paulo já foi diferente. Ele tinha um pedacinho de terra, só que tinha mais irmãos, e o avô de Pedrinho doou tudo para pra um só filho ("[...] na época podia..."), e também largou ele sem nada, não teve herança. Só herdou mesmo o nome Lopes, que na verdade nem era o nome do bisavô negro de Pedrinho, mas como seu avô foi criado com um tal "Pai Lopes", que era branco e rico, acabou herdando esse nome.

Os pais de Pedrinho se casaram e foram morar e trabalhar como meeiros em um "Córrego[50]" denominado Garampina, no município de Ervália. Mas toda vida seu pai "tinha a cabeça de ter um pedacinho de terra, de ser livre". Trabalhou e comprou lá na Pedra Redonda, em

[50] "Córrego" é a denominação usual de lugares dos municípios, geralmente delimitados por uma micro-bacia.

Araponga, um terreno de dois alqueires e um pouquinho, onde se pode ver um pasto com árvores. Foi onde nasceu Pedrinho e onde seu pai e sua mãe criaram todos os seus filhos. E até hoje aquele terreno que ele comprou, na parceria, está lá.

Neste terreno o pai de Pedrinho tinha uma lavoura de café, milho e feijão, e diversificava ao máximo. Junto com a lavoura tinha cana ([...] " tá lá até hoje"), numa lavoura de café antigo plantava milho e feijão no meio. Também plantava arroz, naquele pedacinho e às vezes, para inteirar, plantava a meia, "nas vagas que ele tinha". Ele também gostava muito de serrar nas "vagas", mas não queria nem saber daquele negócio de bater pasto para os outros. Segundo Pedrinho, o terreno de seu pai hoje virou uma verdadeira "agrofloresta"[51]. Hoje, lá ainda tem um pouco de café, tem um pouco de milho, batata doce, mandioca, cana, muita árvore. O terreno é todo arborizado. Plantou muitas árvores na divisa, no pasto "afora", muito palmito, muita fruta.

Segundo Pedrinho, sua mãe é uma eterna apaixonada pelo "terreninho". Mesmo morando atualmente na "rua"[52], para onde se mudou por ter ficado com medo depois que arrombaram a casa dela à noite (só moravam na casa a mãe, uma filha e um filho com necessidades especiais). Ela vai lá à pé toda semana: [...] "hoje ela mora na rua, mas sem querer acostumar, ela véve mais lá, dia inteiro ela tá lá na roça, de noite ela vai e dorme na rua e volta de novo, enquanto ela agüenta, aí dois dias, três dias por semana ou quatro até, eles mesmo é que mexe." Pedrinho e outros irmãos vão de vez em quando ajudar, fazer cerca, "bateção" de pasto[53], serviço mais grosseiro: [...] "Por exemplo, eu trabalhei lá quinze dias fazendo cerca, eu e aquele outro irmão, nós trocamos a cerca todinha da divisa, agora tem uma coberta que caiu um pedaço, aí é Tonico que tá fazendo."

Pedrinho não saiu da casa dos pais direto para o sítio onde mora hoje no São Joaquim. Quando ainda morava lá trabalhava com seus irmãos como assalariados na fazenda da Mundial. Mas antes disso Pedrinho conta que, ainda criança, foi morar com um amigo de seu pai, no mesmo lugar de onde vieram seu pai e sua mãe, carreando boi[54], ajudando este amigo a cuidar das vacas de um sítio grande onde tomava conta.

---

[51] Pedrinho usa o termo "Agrofloresta", que designa um sistema de produção que combina produção florestal e agrícola e/ou animal, em função de ter participado de projetos de intercambio e experimentação realizados pelo CTA-ZM, onde esta terminologia era adotada.

[52] "Rua" designando a sede do município de Araponga.

[53] "Bater o pasto" é roçá-lo, normalmente com foice, para eliminar plantas invasoras.

[54] Conduzindo juntas de boi usados para tração.

Neste período houve momentos marcantes na vida de Pedrinho, que ainda era muito novo, trabalhando e morando fora de casa. Era um trabalho forçado mesmo. Lembra que tinha apenas treze anos, pesava menos de trinta quilos, ainda era bem fraco, trabalhava na roça junto com homens adultos e era obrigado a fazer tudo o que eles faziam. Não tinha força suficiente, mas tinha que ir junto.

Neste mesmo ano Pedrinho plantou um feijão do tempo, à meia, em uma área que disponibilizaram para ele, mas sem avisar que era à meia. Só soube quando teve que partir os quinze litros de feijão produzidos com os dois quilos que plantou. Contudo, Pedrinho ia para Araponga todos os dias até tirar a quarta série, quando seu pai falou: "Agora chega. Você tá lá, mas você está indo pra tal de escola..." Pedrinho então voltou para casa e logo começou a trabalhar na fazenda da Mundial[55], onde ficou aproximadamente oito anos.

Na Mundial o serviço era de todo tipo: bater pasto, fazer cerca, depois começou a plantar café, trabalhar no pomar. Mas, depois de trabalhar uns tempos no meio da turma, o encarregado, de nome Severo, o escolheu para trabalhar no viveiro, porque ele já era "um pouco estudado". Pretendiam fazer duzentas mil mudas de café e precisavam de alguém que pudesse ler as medidas etc. Foi neste trabalho no viveiro que Pedrinho tomou consciência da exploração por que passavam os trabalhadores, principalmente as mulheres. Relata que um encarregado, responsável pela contagem dos saquinhos de muda enchidos de terra pelas mulheres, sempre contava a menos para beneficiar o patrão.

Neste período Pedrinho também tentou fazer o ginásio, queria "tirar a oitava série". Quando trabalhava no viveiro, combinou com o encarregado de chegar ao serviço uma hora mais cedo e largar também mais cedo, para dar tempo de chegar à escola no início do período da noite. Mas o pensamento de Pedrinho era sempre em sair de lá, da Mundial, mas seus irmãos o acompanharam para lá, e para ele sair e deixar os irmãos lá, ele não queria.

Só que nesse período em que Pedrinho e seus irmãos trabalhavam como assalariados, o trabalho era só de segunda a sexta feira, o sábado era livre e a Mundial dava "uns par de roça" para quem quisesse plantar a meia[56], e aí eles plantavam roça de milho, feijão e arroz, no sábado, domingo, dia santo, feriado... Depois de uns sete ou oito anos conseguiram juntar um "dinheirinho". Pedrinho até comprou um lote na rua. Então não ficavam só no salário. Mas aí seu pai também falou: [...] "agora a despesa é tudo por suas conta, vocês se vira...". Aí eles leva-

[55] A Mundial é uma empresa com sede em Viçosa, que atua em vários ramos do comércio e que na época tinha esta fazenda em Araponga.

[56] É interessante notar que mesmo em uma empresa como a Mundial, a proletarização não é completa; são mobilizadas, ao mesmo tempo, outro tipo de relação com os empregados, como a parceria em áreas ociosas da fazenda.

vam tudo para dentro de casa, estavam mais velhos e tiravam algum dia pra ajudar também. Levavam milho, feijão, arroz, tudo, tudo que dava, levavam para casa, e com aquele sonho de arrumar uma lavoura para tocar.

Neste momento da trajetória de Pedrinho vai ficando evidente, que mesmo trabalhando como assalariados, o sonho dele e dos irmãos era o de alcançar mais liberdade e autonomia. Portanto, estes não são anseios só de quem já pode ser um camponês de fato, trabalhando em sua própria terra, mas, sobretudo daqueles que ainda não encontraram espaço e que carregam consigo esta perspectiva de vida, pois são portadores de um patrimônio sócio-cultural que alimenta as estratégias dos agricultores familiares brasileiros e que exerce influência no modo de funcionamento desta agricultura familiar. Uma cultura herdada da família e do lugar onde vive, como está evidenciado na seguinte fala de Pedrinho:

> *[...] "Também papai não deixava de dar exemplo, as coisas dele era muito na linha, sabe, tipo assim... aquele cara que se fosse mandar ele tratar o couro dele com fazendeiro, ele plantava umas mandioca, umas cana, umas batata e passava com aquilo. A gente aprendeu muito isso, ser bem livre mesmo. Então a gente já veio praqui já com a cabeça feita, nós vamos plantar o café, comprar ao menos um alqueire de terra, aí nós enche ele tudo de café, dá pra nós tudo trabalhar, nós pensamos assim na época, mas já com exemplo do pai, que o papai fez isso, né. Ele sempre falando: meus fios, vocês trabalha, se vocês não conseguir comprar terra procês trabalhar, ao menos um lote na rua. Eu tinha quatorze anos e já tinha um lotinho na rua, pequenininho, não era mais que isso aqui, mas tinha, tava lá, que ele orientava aquilo, né? A gente tinha."*

Mesmo trabalhando sob condições difíceis, de exploração, vão aos poucos fazendo suas economias, realizando pequenos investimentos, que um dia lhes permitam alcançar este sonho. No caso de Pedrinho a estratégia camponesa dos pais era sua grande referência. Na fala seguinte fica mais evidente ainda a presença e a importância das relações familiares como base das estruturas de reciprocidade que irão permitir se estabelecer como camponeses de fato.

> *[...] "Eu fui pra Mundial e meus irmãos... era eu, Manuel, Tonico e João, os quatro. Eu sempre fui mais futriqueiro, mais curioso, eu sempre achava outro tipo de serviço pra mim, lavoura pra mim tocar e eles mais esbarrado... Eu pensava em largar aquilo ali, minha cabeça tá ali, mas até quando eu achasse uma brecha, fugir. Mas tinha aquele negócio deu sair e largar eles pra trás. Aí enrolou muito tempo, uns três anos, pra gente organizar uma forma de sair todo mundo, de não largar eles pra trás, que lá era muito veneno, muita exposição, muito abuso, não era fácil. Hoje ainda tem, mas melhorou muito, até mesmo que a lei é mais rigorosa, né? Então mudou bastante, mas era muito difícil, era escravidão, eu sempre sentindo aquilo na pele, mas não querendo largar eles pra trás, porque se eu largasse eles lá eles tava lá até hoje, às vezes. Aí comecei a especular e tentar um serviço pra nós tudo, conversando com eles, pra nós arrumar um serviço e tocar uma parceria, não ficar perdendo tempo lá".*

Ou seja, Pedrinho esperou uma oportunidade de sair da Mundial junto com os irmãos não só porque se preocupava com a permanência deles naquele serviço, mas também pela dificuldade dele próprio alcançar mais autonomia sozinho. Para adquirir um pedaço de terra, ou

mesmo para trabalhar como parceiro em alguma fazenda seria muito mais fácil caso fosse em conjunto com os irmãos.

Alguns agricultores da região costumam dizer que [...] "prá quem é assalariado a parceria é um passo". E é nesta direção que Pedrinho e seus irmãos seguem na sua luta por liberdade e autonomia, e claro, cheia de obstáculos e dificuldades. Pedrinho conta que os fazendeiros começavam a descobrir que a eles tinham aquela "intensão" e começavam a oferecer, mas sempre com aquela "veiacada" assim: [...] "vou mandar eles formar uma lavoura e depois eu tomo, ou vou dar aquela lavoura que já tá ruim pra eles plantar..." Mas com aquela ansiedade de conseguir, foi até difícil de conseguir na época. Muitos tratavam e na hora "fugiam fora", mudavam a proposta e eles já não iam. Até que surgiu um fazendeiro no Córrego São Joaquim, que tinha um "chavascal"[57], mas ninguém "mexia" com ele, porque ele batia nos outros: [...] "Batia mesmo, com correia e pescoção, os peão dele era tratado assim, aí ficou abandonado, aí ficou uma situação muito ruim". Ele tinha aproximadamente quarenta alqueires, e sem peão para trabalhar, sem recurso. Foi então que, "num reservado de uma venda", Pedrinho comentou com um vizinho, com o qual ele "acertava uma letra", que ele estava procurando um serviço, mas tinha que ser para os quatro irmãos, porque ele não queria sozinho, e todos os irmãos eram solteiros.

Pedrinho foi então consultar seus irmãos, chamou-os para dar uma olhada no terreno. Chegando na tal fazenda repararam que o "cara" tinha um rabo de burro[58], da porta da cozinha para dentro em uma vargem grande, que tinha uns dez anos que não "via foice". O fazendeiro ofereceu fazer uma casa para eles morarem, no lugar que escolhessem, e o primeiro serviço era "bater" aquele rabo de burro.

Chegaram e ajudaram o fazendeiro a fazer a casa, amassando o barro com o pé. Quatro cômodos bem pequenos, só entijolados, o chão socado, de terra, e eles entraram naquele "troço", daquele jeito mesmo. Aí Pedrinho respira aliviado e diz: [...] "Ô rapaz, que passada abençoada... diz que Deus escreve certo em linhas tortas, mas escreve certo em qualquer linha". Assim os irmãos iniciaram o serviço, pegando a empreitada do fazendeiro. Isso foi no mês de junho, tinha um bom período de seca, foram bater pasto, começar a fazer viveiro. Fizeram vinte mil mudas de café e o "cara" só deu a semente, o resto tudo por conta deles. A semente inclusive nem foi comprada, o fazendeiro ganhou de um compadre dele que era professor da univer-

[57] Chavascal é uma denominação local de uma área abandonada, ou em pousio, um primeiro estágio de recuperação da vegetação nativa onde predominam ainda espécies herbáceas, mas já com muito cipó e espécies arbustivas e arbóreas crescendo.

[58] Um tipo de capim, que invade pastagens.

sidade de Viçosa. Encheram os saquinhos, fizeram o viveiro, cuidaram daquilo tudo, roçaram o chavascal, e na época tinha que por fogo porque não tinha trator para "cortar a terra". Puseram fogo e ainda gastaram sessenta dias de arado de boi para cortar a terra. Veio uma "soleira", deu um "sapezeiro"[59] danado. Sapé deu até semente. Viraram aquilo tudo com arado de boi, com seis "garrotões" emprestados com um tal Mário Lopes, que lhes disse assim: [...] "Os boi tá aí, vocês pode pegar os boi. Mas aqueles boi nunca tinha andado na canga, nós amansou aquilo tudo." Assim formaram a lavoura.

Quando foram para este serviço os irmãos pensaram em ampliar, queriam um pedacinho de terra mesmo, ao menos um alqueire de terra para plantar um café. Assim plantaram quinze mil mudas de café e tocaram este serviço com o fazendeiro durante quatorze anos. Com muitos problemas é claro, a relação com o fazendeiro não era fácil. Ninguém podia teimar com o cara, [...] "o que ele falava, tava falado". Votar era em um candidato dele, trabalhar era para ele, se fosse para outro ele achava ruim. Queria saber o "fundamento" de quem morava na propriedade dele. E Pedrinho que ficou responsável para lidar com o fazendeiro, fazer os acertos. Sentava-se à mesa com ele e acertava tudo direitinho.

Passou o tempo, e passados três anos que estavam tocando esta lavoura, aquele mesmo vizinho que havia informado Pedrinho sobre este serviço "conchavou" com os parentes dele para tomar aquela lavoura[60]. O café já estava grande, produzindo: [...] "lavoura que ninguém tinha igual por aqui afora". Isto porque dedicaram muito naquilo. Para se ter uma idéia, Pedrinho comenta que não podiam comprar muito adubo. Calcário... a lavoura nunca havia visto. Plantaram na terra limpa, mas lá tinha muita "munha" de bagaço de cana. Para amansar os bois (garrotões) eles tiravam a semana inteira, puxando "munha" de bagaço para a lavoura. Chegaram a forrar a lavoura, não tinham preguiça. Aí a lavoura "saiu demais da conta", produziu demais, e os "caras já arregalou o olho".

Pedrinho ainda relembra que este foi um momento de muita tensão, com a disputa eleitoral para a presidência entre Lula e Collor. Um confrontante do fazendeiro seu patrão, cunhado dele e fazendeiro também, [...] "mandou os peões tudo embora e tomou a lavoura". O depoimento de Pedrinho a seguir ilustra bem o que Lamarche (1993) e Wanderley (1999) chamam a atenção sobre como a agricultura familiar brasileira foi profundamente marcada pelas origens

[59] Área infestada de sapé, outra gramínea invasora de pastagens e áreas cultivadas com café na região.

[60] Esta informação de Pedrinho nos remete a uma questão importante a se destacar, relacionada ao fato de que os conflitos não estão presentes somente em relação aos "fazendeiros". Mesmo entre iguais, no caso Pedrinho e seu vizinho, há uma dimensão competitiva que acabou ficando colocada à sombra, pelas características da amostra utilizada nesta pesquisa. Para uma referência a respeito, ver Comerford (2007), em sua análise sobre a "sociabilidade agonística nos córregos".

coloniais da nossa economia e da nossa sociedade, onde a fragilidade e a dependência social e política dos camponeses são reforçadas em toda parte por mentalidades forjadas pelas antigas relações do tipo senhor/escravo:

> *[...] "Aí o cara foi lá em casa, dia que o Collor foi com Lula pro segundo turno, ele foi lá em casa, com o facão pendurado na cintura, uma quarenta e quatro, de revólver, umas sete hora da noite. Nós tava comendo mingau de couve, feijão, angu, eu e meus irmãos, ele falou assim: é rapaz, esse negócio de Collor ter ido com Lula pro segundo turno, não deu certo, vai dar pra muito peão ficar sem serviço, entendeu? E foi falando, falando... Eu falei: o negócio é o seguinte: entra pra dentro! Ele entrou e sentou lá... e isso não vai dar certo, que Lula é um vagabundo e não sei o quê. Ó, eu falei procê desde o início eu não voto em partido de patrão, tá? Collor é bom procê, pra mim não. Você é patrão, eu sou peão, tem muita diferença. Eu votei pra Lula no primeiro turno e vou votar no segundo, e tem mais, nós não veio praqui, acompanhar assunto político não. A lavoura tá mal tocada? Se tiver, aí você cobra. As canas que nós toca concê aí, tá mal tocada? O serviço que nós faz, tá mal feito? Se tiver aí é diferente. A política é nossa, você tem o seu candidato e nós tem o nosso. E ele era nervoso demais, as veias dele aqui pulava, os músculos dele dava aqueles pulo, aí ele enfiou o rabo no meio das pernas e voltou pra casa. Aí nós lidava assim com ele, aí nós nunca apanhou dele, e aí a gente começou a pipocar a idéia de comprar as terras e tal, teve que usar toda aquela estratégia, senão eles entrava nela e atrapalhava, a interferência deles era certeira, sabe? Então é um pouco assim essa história."*

Nota-se como esta mentalidade ainda está arraigada no campo, mesmo o patrão de Pedrinho não sendo um fazendeiro poderoso do lugar, como aqueles que se referiram os participantes do grupo focal de Araponga, ele reproduz este tipo de relação com aqueles que trabalham para ele. Por outro lado, a capacidade de Pedrinho em ter este tipo de reação, de não se deixar subjugar à vontade do fazendeiro só pode ser explicada pelas relações que conseguiu estabelecer com a sociedade mais ampla, para além do espaço estritamente local, por meio da sua participação em organizações e movimentos, que Sabourin (2009) chama de redes sociopolíticas e sociotécnicas, que favorecem e atualizam o processo de expansão da reciprocidade. Nesta altura Pedrinho e os irmãos já haviam adquirido certa formação, que lhes permitiram encarar aquele desafio. Já haviam estudado nas CEBs[61], já liam o "roteiro" e "passavam reunião", onde aprenderam muito.

Foi também naquele meio tempo, que Pedrinho e os irmãos já discutiam a formação do sindicato e do CTA junto. Relata que este conflito que vivia foi o motivo que os levou para trabalhar na fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araponga. Pedrinho ainda relata, para minha surpresa: [...] "Numa reunião um dia, aí surgiu umas polêmicas que tava acontecendo com nós aqui, aí você sugeriu o seguinte: porque vocês não fundam um sindicato docês aqui? Você talvez esqueceu disto, então, você faz parte dessa história, de uma certa forma isso influenciou, desde aquela época".

[61] Comunidades Eclesiais de Base

Foi assim que começaram a discutir a questão da fundação do sindicato e de como superar aquela situação. Nota-se que a existência de motivações, para a criação do sindicato, assentadas na luta de resistência dos camponeses. Se muitos sindicatos de trabalhadores rurais foram criados no Brasil para assumir funções de assistência sanitária e previdenciária, a partir de um assistencialismo imposto pelo Estado (MEDEIROS, 1989), fica evidente que em Araponga as motivações foram outras. Ou seja, o sindicato é visto como uma alternativa institucional para dar amplitude e reconhecimento legal às lutas de resistência dos camponeses. A fala seguinte de Pedrinho demonstra inclusive que, na sua visão, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araponga tem uma origem singular, mesmo em relação aos demais sindicatos criados na Zona da Mata de Minas Gerais, que tiveram na sua origem uma atuação voltada preponderantemente para a defesa dos direitos trabalhistas de parceiros e assalariados rurais.

> *[...] "Que os sindicato da região, tinha aquele negócio de tocar chincana nele e pronto e punha o patrão no pau, só que a gente despertou prum outro lado... vão criar um sindicato, vão. Mas pensando em outra estratégia, invés de nós tocar chincana com patrão, quê que nós vamos fazer? Nós vão criar outro mecanismo e sair debaixo dele, entendeu? Então, foi basicamente isso."*

O "mecanismo para sair debaixo dos patrões" ao qual Pedrinho se referiu foi a compra conjunta de terras, ou "conquista de terras em conjunto" [62], como é denominada pelos próprios agricultores. Esta é uma experiência de acesso à terra, por parte de meeiros e trabalhadores rurais, que adquirem conjuntamente uma área de terra através de empréstimos solidários, onde cada novo proprietário tem a chance de comprar uma propriedade, que em média varia entre um a seis hectares, de acordo com suas condições de pagamento. A dívida é sempre paga com produtos, como arrobas de café, milho ou em cabeças de gado. Essa experiência se institucionalizou em 1989 e até 2007, de acordo com os dados fornecidos pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araponga, 174 famílias já haviam conquistado o seu pedaço de terra, totalizando 620 hectares (CAMPOS & FERRARI, 2008). Foi com o engajamento nesta iniciativa que Pedrinho e os irmãos adquiriram dois alqueires de terra em uma compra coletiva realizada na comunidade de São Joaquim.

Os conflitos com o fazendeiro, do qual eram meeiros, não se resumiam a questões políticas, tal como relatado anteriormente, mas sobretudo no que se refere à forma de trabalhar nas lavouras tocadas em parceria. E da mesma forma se pode verificar a importância das relações com agentes externos, a partir da participação dos agricultores em redes sociopolíticas e sociotécnicas, nos processos de tomada de decisão. Segundo Pedrinho, a proposta de trabalhar com a

[62] Uma descrição detalhada desta experiência é apresentada e analisada na dissertação de mestrado de Ana Paula Teixeira Campos (CAMPOS, 2006)

agroecologia também foi um grande estímulo para adquirirem sua própria terra. Já tivera contato com o CTA quando ainda era meeiro, mas o patrão não permitia que mudasse o sistema de plantio, como atestam os depoimentos a seguir:

> *[...] "Lá na parceria, a gente habituou e até mesmo por uma ordem do patrão de adubar mesmo, adubo tinha que por é muito adubo, pra produzir muito, porque apanhou um pezinho financeiro, aí começou a exagerar no trato com a lavoura. Tinha que fazer daquele jeito, que professor fulano de tal mandou, que tem que por esse tanto de adubo e jogar esse tanto de veneno, tá entendendo? Um dos hábitos que a gente acabou trazendo é este que podia adubar, veneno não, veneno a gente até costuma falar, quase ninguém sabe disto, o veneno nós enrolava ele, nós comprava veneno, que tinha que partir tudo no meio, e aquele veneno caro daquela época, era muito caro, mais caro do que hoje. Nós comprava, pulverizava o dia inteiro, com água purinhazinha. Nós fez muito disso (risos). Nós tudo que enterrava vidro de veneno lá naquela grota, nós pulverizava a semana inteira, com água purinhazinha, veneno não, jogava não. E o café produzindo... E antes do que tudo na região, não tinha lavoura nenhuma igual. Tanto é que ela gerou inveja nas pessoas querendo tomar e tal."*
>
> *[...] "Plantamos várias leguminosas no meio da lavoura, a gente plantou aquilo tudo, me lembro uns abacate já grosso, tivemos que cortar aquilo tudo, e feijão de porco, siratro, sabe? Aquilo marcou. Nós tava em cima de uma terra, mas como ela não é nossa, aí tivemos que respeitar, era dele e ele não queria, então... Aí outro momento foi quando a gente comprou a terra. Aí não, agora...".*

Mesmo com estas dificuldades tocaram esta lavoura em parceria com o tal fazendeiro por cerca de quatorze anos. Compraram a terra, mas ainda continuaram na parceria por mais dois anos para ainda aproveitar da lavoura para fazer os investimentos necessários no chão que agora era deles. Mas a situação ficou difícil, era pouca terra para muita gente e os irmãos acabaram indo embora e Pedrinho ficou sozinho neste terreno.

Dos quatro irmãos e quatro irmãs de Pedrinho, três passaram a morar na cidade: Rosa, Mirtes e João. Mas só Rosa não tem mais uma relação direta com a roça. Mirtes toca uma lavoura em parceria e João também tem um terreno onde trabalha. Atualmente a mãe de Pedrinho também foi morar na cidade, com um dos irmãos que tem problemas de saúde e a filha mais nova, mas como foi dito antes ainda cuidam da propriedade adquirida pelos pais de Pedrinho, com a ajuda dos irmãos nos serviços mais pesados.

Seu outro irmão, Tonico saiu por uns tempos, mas logo voltou e entrou em outra conquista de terras, comprando quatro alqueires de terra junto com Pedrinho, que negociou aqueles dois alqueires adquiridos antes, para outro participante da "conquista". Pedrinho e Tonico trabalharam juntos por vários anos neste novo sítio, que hoje pertence a Pedrinho e sua esposa Dulcinéia. Depois que ambos se casaram, em uma nova oportunidade de compra coletiva, adquiriram mais dois alqueires, dividiram as propriedades e cada um passou a cuidar do seu serviço com as respectivas famílias, já em formação. Pedrinho ficou com a maior parte dos quatro alqueires adquiridos inicialmente, deixando para Tonico uma parte menor onde está sua casa de

morada, quintal, uma pequena área de roça e um pequeno pasto e capoeira. Tonico ficou com os dois alqueires comprados depois, perto dali, que embora seja um terreno menor, tem a terra de qualidade bem superior.

Na família de Dulcinéia, as coisas foram um pouco diferentes. Ela também não teve herança dos pais, que sempre trabalharam à meia com os outros. Hoje somente Dulcinéia e um dos seus sete irmãos é que ainda tem uma ligação com a terra. Seus pais, que já são idosos, têm apenas uma casa, com um quintal, ali próximo ao Sítio da Nascente. Esta casa fica no terreno que foi adquirido em uma compra coletiva, do antigo patrão dos pais de Dulcinéia. E mesmo sem ter a consciência disto, Pedrinho relata que eles também foram beneficiados pela conquista de terras:

> *[...] "Na verdade foi o seguinte: ele já estava meio doente, ele mais a véia, o patrão vendeu as terras, e eles perdeu, não tinha onde ir, tá entendendo? Aí na verdade o pessoal comprou e largou eles ali. Porque o patrão, pra fazer uma média, falou que ia dar pra eles a terra, mas tipo assim, o terreno era vinte mil, a área de terreno era vinte mil, incluindo a dele. Só que aí ele ia tirar a terra dele, mas não fazia diferença de preço, entendeu? Tinha até outro proprietário, confrontante meu aqui, que ele que ia comprar essas terras aqui, mas o patrão falava: eu quero vinte mil e tenho que tirar o pedaço pro velho, pai da Dulcinéia, aí ele não comprou, aí não concordou. Porque o valor era o mesmo, não fazia diferença, não, sabe? Aí Fizinho falou com ele assim: Ô Carlinho, uai, desse jeito que você tá querendo negociá, ou você tá querendo ajudar o ômi ou você tá querendo fazer penitência, mas quem ajoelha é os outros. Então vão fazer o seguinte, nós vamos te comprar a terra, nós vamos tirar pra ele lá, nós vamos te dar os vinte e nós vão dar pra eles lá. Mas na cabeça deles é o patrão que deu, eles até hoje não entende, a gente tirou, tem documento certinho, escritura, tudo certinho, sabe? A gente comprou deixou lá, cercou, deixou lá, pra ficar bão, documento tudo certinho e pagou a mesma coisa. Então o grupo deu, mas ele entende, o Zé entende que o patrão que deu, não é o pessoal. É um pouco isso."*

O reconhecimento dos pais de Dulcinéia de que o pedacinho de terra que receberam foi uma concessão do patrão, e não do grupo que comprou a terra e reservou aquele lugar para eles; revela a existência não só de relações de reciprocidade simétricas, como também assimétricas. A "exploração" pelo patrão é também algo consentido pelo empregado, na expectativa de que haverá também uma retribuição[63].

Com sua família crescendo, Pedrinho ainda entrou em um outra conquista de terras e adquiriu mais um alqueire, também perto do Sítio da Nascente, com uma terra melhor para formar uma lavoura. E desta forma Pedrinho e Dulcinéia constituíram seu atual patrimônio e lugar de trabalho, que somam aproximadamente quatorze hectares.

Para me referir à trajetória das duas famílias anteriormente apresentadas retomo a formulação de "condição camponesa" por Ploeg (2009, p.18) como a [...] "luta por autonomia e por progresso, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um

[63] Este tipo de relação de reciprocidade assimétrica pôde ser verificado também em alguns depoimentos sobre a relação com os compradores de café.

contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação". Isto porque é muito fácil perceber através dos depoimentos destas famílias que esta luta por autonomia se materializa no desenvolvimento de uma base de recursos, tanto sociais como naturais, mas onde a posse da terra é vista claramente como o pilar central dessa base de recursos, não só do ponto de vista material como simbólico (PLOEG, 2009). A centralidade da luta pela posse da terra na trajetória destas famílias decorre exatamente por ela ser é a base para se conquistar a independência.

Aqui também é útil uma referência às conclusões a que chegou de Ana Paula Campos (2006), em sua pesquisa sobre a experiência da "conquista de terras em conjunto" em Araponga, para destacar a importância das redes de relações, que estruturam práticas de reciprocidade, na luta destas famílias para obter a posse da terra. Segundo Campos (2006):

> [..] "as redes de relações pré-existentes, estruturadas a partir de parentesco e vizinhança, constituíram a base de interação que permitiu dar início à experiência e promover sua expansão, para círculos cada vez mais distantes. Este sucesso relativo também decorreu da capacidade de construir laços fortes de solidariedade entre famílias, compadres e vizinhos, mas também da sua capacidade de construir laços fracos que foram importantes para com os atores externos. No que se refere aos contextos de ação do mundo rural, é particularmente decisivo entender como e em que circunstâncias o conjunto de redes sociais diversas teceram laços de confiança e reciprocidade, que permitiram as comunidades rurais construir capacidades de ação coletiva para a resolução do problema do acesso à terra e, assim, reduzir vulnerabilidades ligadas à pobreza e incerteza do meio rural" {CAMPOS, 2006, p. 95)

...

A terceira família entrevistada em Araponga foi a de Zé Lopes e Clotilde. Esta, a princípio seria uma família que, na opinião de alguns dos participantes do grupo focal em Araponga, adota uma estratégia um pouco mais empresarial. Talvez em função de ter uma área maior de café com o uso mais intensivo de adubos químicos, que os levam a fazer um uso freqüente do crédito de custeio do Pronaf para aquisição destes fertilizantes a cada safra. Mas a entrevista demonstrou que esta tendência precisa ser matizada, pois ela combina também estratégias bem características de uma agricultura familiar camponesa.

Zé Lopes, hoje com 40 anos, nasceu na comunidade da Pedra Redonda, município de Araponga, assim como seus sete irmãos e duas irmãs. Seus pais, ao longo de uma vida de trabalho em lavouras de café e criação de gado, constituíram um patrimônio de quase vinte alqueires de terra, herdado pelos filhos após o seu falecimento. Esta herança contribuiu para que todos os seus irmãos e irmãs permanecessem na roça, até hoje. Grande parte da família de Zé Lopes participa das diferentes organizações de agricultores familiares do município. Seu pai foi um dos grandes apoiadores para que se iniciasse a experiência de conquista de terras, mesmo

não tendo ele próprio, naquela época, a necessidade de adquirir mais terra. O fato de já ser proprietário e com certa reputação junto aos fazendeiros o credenciava para a negociação das primeiras propriedades adquiridas nesta experiência. O próprio Zé Lopes participa ativamente de várias organizações de Araponga, como o STR, associação, cooperativa de crédito e também na Associação da Escola Família Agrícola Puris, sediada na comunidade de São Joaquim.

Clotilde, atualmente com 36 anos, é nascida na comunidade do Estouro, no mesmo município. Clotilde também passou a participar mais das organizações, nos últimos anos, a partir das atividades organizadas pela Comissão Municipal de Mulheres do STR de Araponga. Os pais de Clotilde tinham três alqueires de terra, sendo que um foi vendido para comprarem uma casa na cidade de Araponga, onde agora residem, e no que restou cuidam de uma pastagem com algumas vacas de leite. Uma das filhas, com seu companheiro, também tocam uma lavoura de café, mas todos os outros irmãos e irmãs migraram para cidades maiores, a maior parte para Campinas, no estado de São Paulo.

Depois que se casaram, há doze anos atrás, Zé Lopes e Clotilde vieram morar em São Joaquim, na mesma propriedade que estão hoje, denominada "Sítio da Laje". Mas na época a terra era do pai de Zé Lopes, que a tinha adquirido quando participou de uma das primeiras compras coletivas de terras, justamente pensando nos filhos. Depois de um ano de casados, com o falecimento de seu pai, Zé Lopes herdou estes dois alqueires de terra, onde até aquele momento, trabalhava em parceria com seu pai.

> *[...] "Às vezes nem à meia, né! Porque tinha que tocar o serviço dele e tinha algum trecho que a gente tocava pra nós só. Na verdade não é bem de à meia, nós tocava o serviço dele e tocava um trecho com a gente. Aqui nós tinha uma moitinha de café à meia com ele. Aonde restou essa lavourinha aí."*

A partir dessa fala de Zé Lopes, podemos identificar como uma primeira característica camponesa a presença de regras relacionadas à emancipação dos filhos homens, e o conseqüente direito a trabalhar em uma parcela da propriedade mesmo antes do casamento, tal qual Margarida Maria Moura identificou no estudo realizado em uma comunidade camponesa no sul de Minas Gerais. Diferente do caso das mulheres, onde a emancipação somente é consumada a partir do casamento, Moura (1978) fez a seguinte referência, no caso dos filhos homens:

> [...] "Para o sexo masculino há, pois, uma etapa que precede o casamento, que é indicativa da aquisição de um novo *status* etário, conquanto possa ser também o casamento o que consuma a total independência de um homem. Em torno dos dezoito anos, o jovem atravessa um período em que suas aptidões para a maturidade são testadas, o que significa demonstrar responsabilidade e zelo na manutenção de uma pequena roça independente. Trata-se de uma parcela de terra concedida pelo pai, dono da propriedade, em suas terras. Ressalve-se contudo que até casar, tem a obrigação de trabalhar junto com o pai no restante das terras que produzem para a família indi-

> ferentemente. Só casado poderá passar a trabalhar na sua própria terra (em sua roça portanto) visando à manutenção de sua família de procriação" (MOURA, 1978, p.22).

É justamente o que podemos observar na fala anterior de Zé Lopes. Mas cinco anos antes de casarem, Zé já havia comprado um pouco mais de dois alqueires de terra, também numa compra conjunta, em um lugar mais alto da mesma comunidade de São Joaquim, não muito distante do Sítio da Laje, onde começou a plantar café junto com um irmão. Neste sentido, diferente das outras famílias antes entrevistadas, quando casaram Zé Lopes e Clotilde já tinham terra suficiente para iniciar a vida juntos: [...] "se fosse preciso eu trabalhar só no meu a gente não dependia de terra do pai não. A que eu tinha, pra começar já dava".

Ainda tinha um hectare e meio que compraram, junto com um cunhado, em frente do Sítio da Laje, onde trabalharam juntos por aproximadamente dois anos, antes de vendê-lo a este cunhado. Os irmãos resolveram vender ao cunhado porque não estava dando muito certo o trabalho junto com ele. Segundo Zé Lopes, porque o cunhado tinha uma "cultura" diferente: [...] aí dá diferença, é cunhado não é igual irmão, irmão é mais fácil, nós combinamos, como cunhado nós combina bem, mas só que a maneira de enxergar as coisas é diferente".

Com o falecimento de sua mãe, Zé Lopes tinha direito a mais uma parte na herança na Pedra Redonda. Aí trocou essa herança com seu irmão, que tinha comprado com ele na parte alta de São Joaquim. Desta forma que formou este sítio na parte alta, que denominou "Sítio Recanto da Serra". Além disso, conseguiu também comprar um lote na cidade. Assim, há quase dezesseis anos atrás, Zé Lopes já começava a conquistar sua independência, mas no início sempre com a ajuda do pai.

No sítio da Laje, onde moram Zé Lopes e Clotilde, a maior parte é pastagem. Além de uma moitinha de café antigo e outra de eucalipto, no alto, tem uma área de roça, onde cultivam milho e feijão, um pequeno canavial e, próximo à casa, a horta, o terreiro e um curral que estava reformando. Por considerar que neste sítio a terra é muito ácida, já foi muito trabalhada e queimada, antes dele vir para cá, todas as suas lavouras, que totalizam aproximadamente treze mil pés de café, estão no Recanto da Serra. Lá, apesar de acidentado, a terra é mais fértil e melhor para a lavoura. Assim como as famílias anteriores, Zé Lopes e Clotilde valorizam muito a autonomia de produzirem grande parte dos alimentos, de qualidade conhecida, que consomem. Em sua estratégia, também dependem muito das relações de reciprocidade estabelecidas na comunidade, com parentes ou vizinhos, trocando produtos e serviços, principalmente na colheita de sua extensa lavoura.

O modo de trabalhar hoje, segundo Zé Lopes, é diferente de quando "tocava as lavouras" com seu pai. Naquela época diz que tinham o hábito de plantar milho no meio da lavoura e para isso capinavam as carreiras de café e depois entravam com arado de boi no meio dos becos, preparando a terra para o milho. Mas, capinavam sempre e esse modo de trabalhar, em sua opinião, fazia muito estrago na lavoura. Depois quando trabalhavam em sua própria terra tiveram contato com o CTA e introduziram algumas mudanças.

Neste contato com o CTA e nas mudanças que foram feitas, Zé Lopes recorda que houve também retrocessos em seu sistema de produção. Quando passaram a usar leguminosas no meio das lavouras e deixaram de utilizar adubos químicos a produção de café caiu muito, o que o levou a abandonar o consórcio com as leguminosas, passando a conduzir o café mais solteiro. Também não concordou muito em só roçar as lavouras, porém modificou a forma de limpar, capinando mais superficialmente e não deixando o mato "madurar" no meio do café.

Depois, segundo Zé Lopes, houve uma nova orientação, de se verificar as deficiências que as lavouras apresentavam e passar a aplicar o calcário e adubação química para corrigir estas deficiências. Ele passou a adubar novamente e obteve uma melhora significativa em suas lavouras. Mas a forma diferente de manejar as plantas invasoras das lavouras foi considerada muito positiva e permaneceu: [...] "o manejo da lavoura pra mim acho que fez uma diferença muito grande". Explica que quando cortava todo o mato bem baixo e misturava na terra, este mato rebrotava mais rápido, aumentando a mão de obra com mais capinas na lavoura. A partir do momento que passou a capinar mais por cima, fazendo quase que uma roçada, o mato passou a sair menos, porque se cortar ele por cima ele morre e faz uma cobertura morta, que retarda a rebrota, principalmente naquelas partes onde a lavoura está "mais suja": [...] "onde o mato morreu ali o outro não vem fácil, só quando ele vai decompor que aí ..." Afirma que mudou bastante as espécies de mato que saem na lavoura depois que passou a capinar desta forma. Mas diz que não está convencido de que o melhor manejo é só roçar a lavoura, pois considera que a capina também é necessária, para "soltar a terra".

Mesmo não concordando com um manejo do mato na lavoura só com o uso de roçadeira, Zé Lopes tem vontade, assim que "conseguir folgar um pouco", de adquirir uma para roçar a lavoura pelo menos uma vez por ano, principalmente na época de mais chuva, quando a capina é "mais pesada" e o mato rebrota muito fácil.

Zé Lopes também relembra que teve ainda uma proposta de produzir café orgânico (proposta também mencionada por Pedrinho), que experimentou, mas depois abandonou, por considerar que exigia muita mão de obra, tinha um custo muito elevado e não houve compen-

sação financeira nas primeiras tentativas de venda deste café. Ele tentou converter para o sistema orgânico uma lavoura com quatro mil pés de café e para isso comprava esterco de fora, normalmente cama de frango de granjas do município vizinho, Canaã.

Outro fator o levou a desistir da produção orgânica do café foi a exigência das certificadoras que toda a lavoura, mesmo que ao longo de um determinado tempo, sejam convertidas para o manejo orgânico. Como na sua estratégia econômica busca escala na produção do café, suas lavouras são extensas em relação à mão de obra disponível na família, o manejo orgânico de todas as lavouras foi considerado inviável.

E assim Zé Lopes foi incorporando em sua estratégia socioeconômica aquelas propostas que se encaixavam em seu objetivo de maximização da produção de café, considerado por ele "o produto que gera mais renda".

Foi muito interessante perceber na conversa com Zé Lopes, como ele foi selecionando as propostas de mudança no manejo das lavouras de acordo com a estratégia econômica que ele havia adotado em seu sistema de produção. Lembrei-me das observações de Cintrão (1996) dizendo que a incorporação de tecnologias pelos agricultores se dava a partir de uma lógica própria destes agricultores. Mas as propostas que me refiro agora não são aquelas mencionadas por Cintrão, desenvolvidas pela pesquisa agropecuária sob a égide do modelo da modernização da agricultura, e sim às propostas de organizações, como o CTA, que se propõe a atuar com orientação muito distinta, a partir do enfoque da agroecologia. Os depoimentos seguintes, de Zé Lopes, são bastante ilustrativos da visão crítica que ele tinha em relação a estas propostas:

> *[...] "Aí depois foi mudando, e aí começamos também o trabalho com pessoal do CTA, orientava alguma coisa, prá não tá limpando muito. Alguma coisa foi ruim, mas muita coisa foi boa, com alguma coisa teve retrocesso, mas com muita coisa avançou, mudou, mudou muito. Hoje, por exemplo, na época até riscar de arado a gente riscava no meio da lavoura, hoje nem capinar direito a gente não capina, aí mudou bastante. A gente não tinha assistência, a primeira assistência técnica que tivemos foi com o pessoal do CTA."*

> *[...] "Por exemplo, a leguminosa quem plantou, talvez pela forma que às vezes a gente usava, as nossas lavouras sentiram. A gente começamos também às vezes só roçar, às vezes as lavouras sentiram um pouco a forma da gente fazer. Aí deu um retrocessozinho, a forma da gente fazer. Alguma coisa... até a orientação que tudo era experiência né, que podia não dar certo, aí teve um retrocesso. Mas nada que... Mas depois também, talvez seja até vantagem pra lavoura, também elas incorporaram mais no solo. E depois disso, passamos a controlar direitinho, num deixar o mato madurar, mas nesse momento, com as leguminosas, a gente parece que entusiasmou muito com aquilo, plantava muito. Então guandu no meio da lavoura... aquilo comeu as lavoura. E a falta de... teve uma época que o pessoal tava naquela: ah! não vão adubar não. Acho que foi o pior, a falta de adubar, as lavouras deram uma queda grande de produção."*

Por um lado, me fez pensar que havia por parte do CTA uma grande preocupação com a questão da conservação dos solos[64], mas sem levar em conta aspectos econômicos que inviabilizariam tais propostas. Por outro lado, percebi que não foi à toa que algumas lideranças de agricultores, que participaram do grupo focal em Araponga, haviam indicado a família de Zé Lopes para fazer parte da comparação que pretendia fazer. Na visão destes, a estratégia econômica de Zé Lopes se aproxima mais daquele tipo de agricultura familiar que designaram como "recursiva", ou seja, que necessita acessar o crédito de custeio para viabilizar a produção a cada ano. Desta forma, as propostas do CTA não corresponderiam à estratégia de reprodução socioeconômica desta família. Os depoimentos seguintes, de Zé Lopes, fornecem mais subsídios para esta análise:

> *[...] "Entramos dentro do processo orgânico, aí teve também uma queda de produção. Aí depois eu saí, tava achando difícil, primeiro porque caiu muito a produção e depois porque se a gente tivesse produzindo bem, por conta disso nós não ia... E outra a distância também, negócio de eu morar aqui, ser lá em cima, dificulta bastante também, você tá... você depende de mais mão de obra pro processo orgânico, de você estar transportando esterco, um monte de coisa. E aí dificultou, aí eu falei: Ah! Vou sair, e a produção caiu muito e na época a venda também, eu não tinha conseguido fazer nenhuma venda de café orgânico."*
>
> *[...] "O que levou às vezes até desistir com o orgânico foi essa lavoura aí. Ela era dois mil pés (com adubo químico) e a cá de baixo quatro mil (orgânico). Em 2005 ela produziu 117 arrobas de café e a cá de baixo, quatro mil pés, produziu 124 arrobas. Aí eu fiz as contas... falei assim: o custo tava ficando mais caro que o adubo químico, que você comprar a cama de frango, tava ficando mais caro o custo. Eu nunca concordei que o custo do orgânico pra nós aqui... pode ser que em outro lugar fique mais barato, pra nós aqui pra poder produzir de igual pra igual fica bem mais caro. Não, que produzir esterco pra lavoura orgânica, a gente não consegue, só se for pouquinho, pouquinho café pra gente conseguir produzir esterco pra poder colocar."*
>
> *[...] "Isso também me levou a sair do orgânico, porque eu vi que, por exemplo, fica uma moitinha... Tudo bem, uma moitinha orgânica. Mas eu ter que passar tudo, eu não ia ter condições, eu falei assim: não, melhor eu já sair de uma vez, que eu evito."*

Com mais estes depoimentos posso concluir que são as duas coisas ao mesmo tempo. De um lado, a fala de Zé Lopes, assim como a minha experiência de trabalho no CTA informam que realmente não havia naquela época uma análise mais apurada, por parte da entidade, sobre a viabilidade econômica daquelas propostas, muito menos de como elas se encaixavam nas estratégias de reprodução socioeconômica das famílias. De outro lado, também fica claro que, mais do que nas outras famílias entrevistadas em Araponga, na da família de Zé Lopes e Clotilde o cultivo do café, em monocultura, assume maior centralidade na estratégia econômica. Quando menciona sua expectativa de manter o mesmo nível de produtividade obtida na produção convencional na lavoura orgânica, ou quando avalia que este manejo só é viável em

[64] Esta questão da conservação dos solos foi colocada como prioridade pelos agricultores, desde o primeiro momento do trabalho da entidade em Araponga, quando realizou um diagnóstico participativo junto com o STR (FARIA, 1994).

pequena escala, não considera a possibilidade de obter renda a partir de uma produção mais diversificada. Demonstra também sua opção em conduzir uma grande lavoura de café, mesmo que de modo extensivo e sempre recorrendo ao crédito de custeio. Por outro lado, não deixa de manter fora do circuito mercantil, a mão de obra necessária à condução desta lavoura, onde toda a colheita é feita por um grupo de troca de dias de serviço. Voltaremos nesta análise no próximo capítulo, quando trataremos mais do ordenamento dos sistemas de produção e a contribuição das propostas agroecológicas.

5.2. Em Espera Feliz, processos de descampezinização e re-campezinisação

A partir das entrevistas com as famílias da comunidade de São Felipe, em Espera Feliz, há indicações de um processo de descampesinização, talvez influenciado pelo próprio processo de modernização da agricultura nesta comunidade.

A primeira família entrevistada em Espera Feliz foi a de Tenório e Tereza, que moram na comunidade de São Felipe, situada a poucos quilômetros da sede do município. Nesta comunidade, onde hoje residem cerca de cem famílias, os moradores mais antigos são a mãe de Tenório e suas duas tias. Há quarenta anos, havia apenas três casas na comunidade: a casa de "Seu" José, pai de Tibúrcio, a fazenda velha, que foi do seu avô e a casa da sua tia Violeta. Na medida em que as terras foram sendo vendidas, outras famílias passaram a ser proprietárias no lugar, além dos Figueira, família de Tenório.

Assim, Tenório e seus seis irmãos e irmãs nasceram em São Felipe. Seu avô veio de Portugal aos doze anos e, aos vinte, comprou terras onde hoje é a comunidade. Seu pai queria que ele estudasse e largasse a vida na roça, mas Tenório largou os estudos após concluir a oitava série, passando a trabalhar a meia com seu pai até a o seu falecimento, quando as terras foram divididas. Tenório participa ativamente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espera Feliz, da Associação Intermunicipal da Agricultura Familiar (ASSIMAF) e da Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar de Espera Feliz (COOFELIZ) [65], já tendo exercido cargos nas diretorias destas organizações. Já foi também presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, onde representava a ASSIMAF.

[65] A COOFELIZ foi criada a partir da ASIMAF para desenvolver atividades voltadas para a geração de renda através da comercialização, uma vez que a primeira ficou impedida de comercializar diretamente os produtos dos agricultores com as mudanças realizadas no Código Civil em 2002.

Tereza nasceu em Dores do Rio Preto, descendente de italianos e de indios Puri, por parte de mãe, tendo três irmãos. Morou lá até os cinco anos de idade, quando se mudou para Alto Jequitibá. Aos dez anos, mudou-se para um distrito de Carangola chamado Lacerdinha. Seu pai saiu de casa quando Tereza tinha três anos e não voltou mais. Ela o reencontrou aos vinte e um anos, já casada e com filhos. Tereza estudou até a quarta série e também participa das várias organizações de agricultores de Espera Feliz já mencionadas, ocupando atualmente um cargo no Conselho Fiscal do STR. Alem disso Tereza participou durante três anos de um programa de formação de agricultores e agricultoras realizado pelo CTA em parceria com o STR de Espera Feliz.

Tereza e Tenório se conheceram em uma festa de aniversário e se casaram quando ela tinha dezesseis anos. Seu padrasto não concordava com seu namoro com Tenório, mas no ano seguinte, desafiando o padrasto, combinaram de se casar no prazo de três meses e, então, foram morar em São Felipe. Passaram períodos difíceis no início, pois se casaram muito rápido, não havendo tempo para preparar as condições para a vida futura, não tinham condições, inclusive, para uma boa alimentação.

Por falta de informação e pressão da mãe, Tereza acabou tendo filhos cedo, trazendo ainda mais dificuldades, porque Tenório também estava desacostumado com o trabalho na lavoura, pois havia passado sua infância e adolescência estudando.

No início do casamento, tocavam apenas mil pés de café e pegaram empréstimo com o pai de Tenório a juros, levando dois anos para pagar a dívida. Eles "tocavam a lavoura à meia" com o pai de Tenório. Segundo Tereza "era à meia mesmo", alem de partir a colheita, dividiam também o adubo aplicado na lavoura. E o trabalho tinha que ser de acordo com as orientações de Seu José, não dando a eles nenhuma liberdade sobre o modo de conduzir a lavoura. Trabalharam assim por quase vinte anos.

Voltando à referência sobre a parceria entre membros da mesma família, não sei se em decorrência da herança cultural do avô português ou se por influência do contexto, percebe-se na fala a seguir de Edson, irmão de Tenório, que a parceria com seu pai era um pouco diferente do que era mais comum na região, quando se trata da parceria entre pais e filhos:

> *[...] "Antes nóis plantava a meia com ele como se fosse com qualquer outro proprietário, seguia a orientação dele. E outra coisa, ele era nosso pai, mas não dava colher de chá não. Se a gente colhesse dez sacos de café, a gente tinha que dividir no meio com ele e pagava a metade das despesas. Se desse cem sacos é a mesma coisa. E outra coisa: se ele quisesse dar uma adubação só... era uma só."*

O casal teve quatro filhos: Leo, Rejane, Julio e Pedro Paulo. Dois anos após o nascimento do filho mais novo, veio a falecer o pai de Tenório, e só então passaram a ter toda a liberdade na condução das suas lavouras. Mas antes mesmo de falecer seu pai, tiveram um pouco mais de autonomia, pois este havia dividido a propriedade entre os filhos, que passaram a pagar uma porcentagem (20%), assumindo ao mesmo tempo todos os custos de produção. Passaram a ter mais autonomia para decidir como iam tratar da lavoura, o que plantar no meio dela etc. Esta situação perdurou até quase um ano antes do falecimento da mãe de Tenório, quando esta liberou o terreno para os filhos, não exigindo mais nada em troca: "ela entregou para eles e falou assim: vocês vão colhendo o café se vocês quiserem me dar alguma coisa, vocês dão".

Na propriedade de Seu José, antes de dividi-la entre os filhos, havia muito mais lavoura do que se vê hoje. Tereza conta que não deram conta de cuidar de tudo, por dificuldade de mão de obra, e na parte superior da lavoura, onde o terreno é mais fraco, o café morreu todo e o mato tomou conta. Mas esta área não era utilizada como pastagem, o terreno ficava parado e era comum colocarem fogo.

Da parte da família da Tereza praticamente não houve herança. Seu avô chegou a ter muita terra, mas perdeu tudo durante a vida. Ele deixou uma casa para a mãe de Tereza e uma irmã, com as quais teve que morar no fim de sua vida. A mãe de Tereza deixou esta casa para ela e os irmãos, mas também muitas dívidas e, no final, sobraram cinco mil reais para Tereza, que os investiu na construção da casa de seu filho mais velho. Das duas irmãs e dois irmãos de Tereza, uma está em São Paulo e os demais estão em Belo Horizonte. Somente ela permaneceu na roça.

Já Tenório tem três irmãos e três irmãs, mas além dele, somente dois irmãos permanecem morando na comunidade e trabalhando com as lavouras. Cada irmão teve direito a uma herança de aproximadamente três alqueires de terra. Rosilene tem ainda os três alqueires, mas mora na cidade, em Espera Feliz, e tem uma família de meeiros que cuida de uma pequena lavoura em sua propriedade. Edson vendeu um alqueire para pessoas de Carangola e continua tocando uma lavoura no terreno que sobrou. Assim como Adalton, que também vendeu um alqueire para um pessoal de Ipatinga e continua trabalhando no que restou. Anderson também vendeu "para pessoas de fora", gente de Espera Feliz, mas mudou-se para Natividade, onde construiu uma casa e trabalha junto com sua esposa na prefeitura daquele município. Carmem e Sofia também venderam suas partes da herança para pessoas de fora e hoje moram na cidade, uma é servente de escola e a outra trabalha no comércio local de Espera Feliz.

O pai de Tenório chegou a ter vinte e um alqueires de terra. Herdou somente três alqueires do seu avô, mas ao longo da vida comprou outros dezoito alqueires de outros herdeiros. Até a geração de seu pai, portanto, o padrão de sucessão hereditária foi aquele mais comum em comunidades camponesas, onde um dos filhos acaba por recompor a propriedade original, adquirindo as partes herdadas por outros irmãos. Nota-se aqui um padrão de sucessão completamente distinto do que na geração anterior, onde a maior parte da herança é vendida para pessoas de fora da família. Esta diferença será objeto de análise mais adiante.

Tenório filiou-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais em 1992, para ter acesso à previdência social: queria receber auxílio doença, pois havia machucado a coluna e não podia trabalhar. tereza entrou no STR em 1993. Os demais irmãos de Tenório nunca participaram ativamente do STR, somente um dos seus cunhados, que inclusive ajudou na sua fundação. E seu pai era totalmente contra. Segundo Tereza, seu sogro era pequeno proprietário, mas falava como se fosse fazendeiro, seu receio era que o sindicato ia [...] "arrumar briga de meeiro com patrão", achava que aquilo ia [...] "dar razão pra meeiro", que o pessoal ia brigar com ele, "caçar direito". Como decorrência desta resistência do pai de Tenório, que Tereza credita o fato de terem ficado mais de dez anos sem a documentação arrumada: [...] "Na época que eu tive o Julio não tinha documento arrumado não, demorou pra poder organizar tudo direitinho, o pai dele não gostava, e Tenório também não interessava muito".

Segundo o relato do casal, o envolvimento dos dois no STR mudou muito a vida da família. Em primeiro lugar porque permitiu que organizassem a documentação da família, que iria permitir que tivessem acesso a direitos, como a seguridade social. Também abriu outras perspectivas, trouxe mudanças na forma de trabalhar na propriedade, permitiu o acesso a políticas públicas como o crédito rural.

O acesso ao crédito rural, permitiu que fizessem investimentos na propriedade, a começar pela própria casa de morada. Quando se casaram moravam na casa que é hoje da Rosilene, irmã de Tenório, mas quando Seu José definiu a partilha do terreno, construíram a casa no lugar que lhes caberia. Tenório tinha dez ou onze sacas de café no armazém, que foram investidas na construção, mas o crédito[66] também ajudou bastante, além é claro da ajuda de seu pai e das economias que a família fazia: [...] "foi segurando muito né".

Quando o filho mais velho, Leo, fez dezessete anos, Tenório plantou sete mil pés de café. Destes, quatro mil pés seriam de Leo e nos outros três mil ele trabalharia a meia com o pai.

[66] Um crédito do PRONAF para custeio, de R$ 2.500,00, renovado por vários anos.

Tenório ainda cederia adubação para a implantação da lavoura. Como Leo não assumiu a lavoura, Tenório assumiu mil pés, deixando o restante na responsabilidade do filho. Tal fato gerou atritos entre os dois. Na parte que herdaram de Seu José, Tenório e Tereza ficaram então com nove mil pés de café, sem se considerar a lavoura de responsabilidade do Leo. Tocavam sozinhos os nove mil pés de café, contando só com a ajuda de Rejane e às vezes do Leo.

Leo trabalhava muito pouco com Tereza e Tenório. Cuidava mais da lavoura dele próprio, diferente do que tinha sido a história de Tenório com seu José. Mas logo Leo começou a fazer mais serviços para fora, trabalhando primeiro com a roçadeira e depois também com moto-serra. Sua lavoura, segundo Tereza quase morreu: "Depois deixou aquela lavoura de lado, ela quase morreu, né". Nos últimos três anos é que Leo, com a ajuda de Tenório (doando o adubo), está tentando recuperar esta lavoura. Mas não depende dela, a maior parte da sua renda vem do trabalho com a moto serra, trabalhando a dia para terceiros.

O próprio Tenório hoje reconhece que não adiantava ele "bater de frente" com Leo, querer de certa forma definir o que o filho deveria fazer. E Tereza considera que isto tem origem na forma em que o Tenório foi criado pelo seu pai: [...] "O Tenório quis fazer igualzinho o falecido do meu sogro fez. Ai! meus filhos têm que ficar tudo perto de mim... Ele queria todo mundo em volta dele, mesmo quem não fizesse nada, é por isso".

Tereza lembra que, junto com Tenório, passou muitas dificuldades na parceria com o sogro e que pensava inclusive em sair, para trabalhar em outro lugar: [...] "não tem jeito, a lavoura muito ruim, além de ser pequena era muito ruim, não tava produzindo mais, vamos procurar outro lugar pra nós sair". Lembra ainda de conflitos[67] que ela própria viveu no início do seu casamento, com a dificuldade de Tenório em "sair debaixo das asas do pai", em romper com um tipo de relação que, em sua opinião, era uma relação de patrão / empregado.

Mas há cinco anos atrás, veio também o casamento da filha Rejane com Alex, que foram morar em Pedra Bonita, na propriedade do sogro de Rejane. Com muita lavoura para tocar sozinhos e Tenório participando de muito trabalho de igreja, muita reunião de sindicato, o serviço acabava sendo feito mais ou menos, ficava muita coisa sem cuidado. Como a lavoura ruim, Tenório resolveu cortar uma parte e reformá-la, para então conseguir que alguém a tocasse a meia com eles. Foi quando passou quatro mil pés para Tonho. Este senhor (Tonho) havia sido meeiro do pai de Tenório. Com a partilha do terreno ficou tocando uma lavoura com seu irmão

[67] Aqui Tereza se refere a uma pratica tradicional do sogro de "suprir o meeiro o ano inteiro", acertando as contas no final do ano. Ou seja, era o sogro (patrão) que comprava todos os produtos destinados à alimentação das famílias, produtos de higiene etc. [...] "Era um trem muito esquisito, porque aí você comia tudo regulado. Ele que fazia as compras da gente e eu não concordava com aquilo de jeito nenhum, nem pra emprestado".

Adalton. E depois que começou a trabalhar com Tenório, também toca uma lavoura com seu outro irmão Edson, que é "pareada" a lavoura de Tenório.

Aqui, vale a pena uma pausa no relato da trajetória de Tenório e Tereza, para mencionar a cessão de áreas para o trabalho em parceria por pequenos proprietários, como é o caso de Tenório e Tereza. Esta é uma situação comum na agricultura familiar na Zona da Mata, muitas vezes relacionada ao ciclo demográfico da família que, com a migração dos filhos (ou a falta destes para o trabalho na propriedade por qualquer outro motivo), encontram na parceria uma forma de dar continuidade ao sistema de produção, integrando esta alternativa na estratégia de reprodução socioeconômica da família. O fato de se tornarem "patrões" não implica necessariamente que se tornem agricultores capitalistas, no sentido de uma mudança na lógica econômica que orienta a gestão do sistema de produção. Quando acontece o inverso, a mão de obra disponível na família é superior ao que a propriedade pode oferecer, em termos de ocupações produtivas, os filhos podem se tornar assalariados em alguma fazenda ou outro tipo de ocupação, inclusive com a migração temporária ou permanente. E como já foi mencionado no caso de Pedrinho em Araponga, mesmo sendo assalariado, ou neste caso patrão, podem permanecer estratégias de reprodução socioeconômica tipicamente camponesas.

Mas o que quero ressaltar no caso de Tenório e Tereza é que este corresponde justamente um momento de inflexão em sua trajetória, que anteriormente vinha no sentido de uma especialização na produção de café, ou seja, no sentido de uma agricultura mais empresarial. Influenciados por todo um contexto em Espera Feliz, que tentarei explicar mais adiante. Os depoimentos seguintes ilustram esta passagem:

> *[...] "Eu mais Tereza, nós percebemos que do jeito que tava não chamava atenção de ninguém, então nós ia ter que sofrer mais um tempo, pra fazer, melhorar, pra depois alguém querer tocar. Então o negócio pegava mesmo, pegava, mas pegava mesmo. Aí eu cortei mil e oitocentos pés de café e formamos ele. Quando ele tava formado, eu olhava o Tonho tocando serviço com Adalton, e o Adalton reclamava demais dele e ele reclamava do Adalton. Eu olhava o jeito dele trabalhar e falava: engraçado, comigo dá certo. Aí quando a lavoura tava na hora de dar a meia, um dia ele falou comigo: eu vou largar o Adalton. Eu falei: se você largar o Adalton eu te dou serviço. Não peço que você larga não, mas se você largar, vem cá que nós conversa."*
>
> *[...] "Porque aí, eu com lavoura boa, eu converso com Alex, mas tem proposta pra fazer pra ele. Aí a hora que a lavoura tava bonita, ele veio aqui, um dia, aí eu conversei com ele. Pois eu vou pensar nisso... Aí foi embora pensou, na mesma semana ele veio cá e falou: Tenório eu vou vim pra cá. Aí ele tinha uma casa lá que ele ajudou o pai dele fazer, aí deixou a casa pra negociar e entrou fazendo a outra, então fez rapidinho e veio pra cá. Aí mais um trecho de café bem cuidado, bem cuidado."*

Ao contrário de outros agricultores da comunidade que preferiram abandonar as lavouras em um momento que o preço relativamente baixo do café não compensava o custo de produção, especialmente quando se tinha que pagar mão de obra de fora, na colheita do café, Te-

nório e Tereza usaram a parceria como uma estratégia para garantir a continuidade do sistema de produção de uma forma menos dependente do mercado (de mão de obra). E ainda atraindo de volta os filhos que migraram ou que pretendiam migrar (no caso de Leo), o que lhes permitiu reestruturar relações de reciprocidade, como se verá mais adiante.

Alem de reformar as lavouras Tenório começou a produzir banana e mandioca no meio da lavoura. Vendia a banana para atravessadores e depois começou também a vender a banana, mandioca e canjiquinha (de milho) através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal. Ao invés da especialização na produção de café, seguiu o caminho da diversificação da produção, inserindo-a de forma estratégica no mercado local.

Foi neste período também que foi implantado um experimento de café orgânico pela Epamig[68], em sua propriedade. Era uma lavoura de dois mil pés de café, totalmente custeada pela Epamig. Criaram-se assim as condições para o retorno de Alex e Rejane: a lavoura reformada, a diversificação da renda alem do café e a lavoura do experimento da Epamig.

O contexto a que me referi anteriormente, que exercia influência não só para que Tenório e Tereza, mas também outros agricultores familiares de Espera feliz seguissem no sentido da especialização na produção de café, era justamente o contexto da modernização da agricultura no município. O processo de incorporação das tecnologias "modernas", pela própria família de Tenório e Tereza, me pareceu uma indicação de que, associado ao processo de modernização, se dava um processo de descampesinização na comunidade de São Felipe.

O avô de Tenório era criador de gado. Foi seu pai que iniciou o plantio de café na propriedade exatamente no período da retomada da produção cafeeira na Zona da Mata e, como se viu anteriormente, a partir da atuação do Instituto Brasileiro do Café, que difundiu um "pacote tecnológico" compulsório, onde se destacavam as recomendações referentes ao espaçamento, adubação e agrotóxicos, independentemente da região e do tipo de agricultor. Na época que iniciou o trabalho à meia com seu pai, Tenório fazia um manejo bem convencional de sua lavoura, de acordo com que o pai lhe ensinara. Mantinha a lavoura bem capinada, jogava calcário de dois em dois anos, adubava pelo menos duas vezes ao ano com adubo químico e usava agrotóxicos: [...] "Tinha um veneno, o nome dele é... eu usei muito dele e hoje eu acho que era algum outro nome, mas não tinha muita diferença do baysiston não".

[68] Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais.

E desde que era meeiro, Tenório teve o acompanhamento de técnicos da Emater[69] de Espera Feliz. O primeiro foi Joaquim, que acompanhou por muitos anos. Foi Joaquim que o estimulou primeiro em mudar algumas coisas no trato da lavoura, como fazer análises de solo para calcular a adubação e a necessidade de calagem. Joaquim inclusive levava adubo escondido, de fusca (porque o pai de Tenório era muito "resistente" em relação a mudanças na condução da lavoura), que o Tenório tinha que comprar a mais, para atender a recomendação da análise de solo. Organizou inclusive um dia de campo da empresa de adubos Santa Maria, na propriedade do pai de Tenório, quando propuseram um "trato completo" a ser feito em mil pés de café. A informação, dada por Tenório, de como era esse "trato completo" é reveladora do conteúdo trabalhado pela assistência técnica naquele período:

> *[...] "E aí o trato era: não exigia pulverizar, mas também dizia que se pulverizasse melhorava. Era análise solo... carência de fósforo? Colocava nitrogênio e fósforo, a dosagem certa, três vezes, três adubação, se não tivesse muito carente era um 25 - 20, se tivesse mais um pouquinho, 10 – 20. Normalmente era o que pedia mesmo. A nossa região é pobre de fósforo. E tinha que ser tudo capinado."*

Na época tinha um grupo de produtores na comunidade e a Emater organizava visitas de campo: Segundo Tereza: [...] "Começou tão animado, o pessoal fazendo visita, depois acabou, era tão chique. Arrumava ônibus enchia de gente. Não ia uma mulher na visita (risos)".

Mas Joaquim também tinha preocupação com a conservação dos solos e orientava Tenório a não manter toda a lavoura capinada: "Joaquim falava comigo: ó Tenório, mesmo sua lavoura sendo baixa, se você capinasse uma carreira e roçasse uma era bom. Você não ia ter perda de calcário, de adubo, de nada, mesmo sendo baixa." Segundo Tenório falavam muito em manter a água na lavoura e propunham a construção de caixas de retenção.

Joaquim foi transferido para Carangola, depois que teve um problema com um prefeito de Espera Feliz. Depois foi o Pedro e a Taís. Esta última também acabou transferida e permaneceu o Pedro, que os visita aproximadamente três vezes por ano. Pedro orientou, por exemplo, a poda do café e faz os cálculos da análise de solo. De toda forma fica evidente que, por mais bem intencionados que fossem, os técnicos da Emater estavam cumprindo a função de levar a tecnologia moderna aos agricultores familiares de Espera Feliz.

Tenório e Tereza começaram a ter orientações diferentes quando passaram a ter contato com o CTA. Na época já não eram muito favoráveis ao uso de agrotóxicos, devido a experiências ruins com o seu manuseio, embora Tenório ainda fizesse uso constante do herbicida Roundup. Interessados na construção de uma fossa séptica para acabar com a mortandade de

[69] Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, de Minas Gerais.

peixes no açude, participaram de discussões promovidas pelo CTA e diminuíram o uso de Roundup na propriedade. Alem do uso do herbicida e de manter a lavoura capinada, outro problema que passaram a enfrentar era com as tais caixas de retenção para o controle da erosão, difundidas anteriormente pela Emater, que davam muita mão de obra para limpar.

Mas foram as conversas com "os companheiros do sindicato", as visitas e troca de experiências com outros agricultores/as que mais influenciaram nas mudanças na forma de trabalhar. Depois, da participação da Tereza em um programa de formação de agricultores e agricultoras em sistemas agroecológicos de produção de café, desenvolvido pelo CTA, em parceria com o STR de Espera Feliz, que coincide com o momento de inflexão na trajetória mencionado anteriormente, que introduziram as mudanças mais significativas no manejo da lavoura. Uma das principais mudanças foi roçar o café ao invés de capinar, como pode ser observado no depoimento de Tereza a seguir:

> *[...] "Aqui pouca gente... o pessoal não conhecia essas coisa não, bôbo, nem tinha idéia. Hoje os vizinhos aqui, todo mundo já faz isso, até aquele moço ali, que no caso Seu Antônio, a lavourinha do morro lá, era tão capinada... Você não via, agora você tá vendo o tapetinho de mato né? Mas aquilo ali ele capinava aquilo praticamente todo dia, ele mesmo. Ele pegava enxada ia lá e tá capinando, capinando, parece que tinha varrido, sabe? Agora eu já vi ele roçando umas três vezes, deve perceber que tá dando diferença, né? Nossa senhora, muito difícil. Aí teve um encontro em Carangola que eu vi o pessoal lá, o jeito que eles tava plantando feijão e milho, eu falei: gente... Fiquei boba com o milho, coisa mais linda que tava, né. Porque o pessoal lá tinha cortado uma lavoura e plantou o milho e não capinou não. Porque aqui tinha um tal de capinar e tinha que chegar terra, né? Ficava um monte de terra dessa altura no pé de milho, senão a cana ficava muito fina não dava espiga que prestava... Mas precisa nada. A gente passou a dar uma roçada, depois vinha fazia um risco e plantava ali e nós colhia bastante feijão, que dava pra despesa tranqüilo, sem adubar, sem nada. Milho... nós andamos colhendo milho, mas os meninos ainda não concorda. Roça muito a lavoura, mas tem que trilhar o café. E Alex fala assim: pelo menos uma capina por ano tem que fazer, porque ele acha que o mato vai enraizando demais né! E depois fica muito difícil. "*

Mesmo com a resistência de Tenório e dos filhos, pararam de capinar a lavoura e passaram a roçá-la, o que permitiu manter o solo coberto, evitando a erosão, e diminuiu muito a mão de obra. Com o tempo adquiriram sua própria roçadeira costal mecanizada. Passaram também a fazer um sistema de plantio direto de milho e feijão, no meio da lavoura, diminuindo o uso de adubação química.

Também ajudou o tal experimento de café orgânico, montado pela Epamig, em sua propriedade. Uma iniciativa também em parceria com o CTA e o STR de Espera Feliz. Outra mudança mencionada por Tereza, que melhorou muito o trabalho na propriedade foi a introdução da colheita de café no pano, ao invés de derriçá-lo no chão, como faziam antes. Recentemente, passaram a usar a roçadeira também na colheita do café, adquirindo um acessório que se acopla a roçadeira para derriçar o café.

Mas, sem dúvida, a maior mudança, a que mais impactos trouxe na estratégia de reprodução socioeconômica da família foi a diversificação da produção e sua inserção no mercado local de Espera Feliz. Ela viabiliza e consolida uma mudança na relação estabelecida pela família com os mercados de insumos e dos produtos por ela produzidos. A busca pela autonomia se expressa na atitude de Tenório, que logo começou a ver os riscos que tinha, entregando a produção ao PAA, que era via a prefeitura de Espera Feliz e por isso não tinha garantia de continuidade. Foi quando decidiu começar a fazer a venda direta de seus produtos, de casa em casa, em Espera Feliz. O depoimento seguinte de Tenório atesta esta estratégia:

> *[...] "Mas aí eu indo pra venda direta, pra entregar, eu via a oportunidade e necessidade de arrumar jeito de consumir, porque venda direta eu percebia que, via prefeitura, tava na hora de acabar e como é que eu ia arrumar?... Aí eu via necessidade, eu falei: caramba! amanhã esse projeto acaba e eu ia fazer o que com aquela mandiocada e banana? Aí pá! Vou vender na rua. O dia que eu falei com a Tereza, ela falou: mas será que dá certo? Eu falei: dá. Comecei vender e cada dia que vende abre mais caminho pra vender e aí o lucro cada vez aumentando mais. Agora a vinda do Alex pra cá provocou muito isso, demais mesmo e aí eu não precisava ficar na roça, tem alguma coisa pra mim que eu sei fazer."*

Tenório entrou assim em acordo com Tereza, seus filhos, nora e genro: ele venderia tudo o que produzissem, levando todos os dias em sua bicicleta de carga os produtos para Espera Feliz, cobrando para isso uma porcentagem. O mercado para uma maior diversidade de produtos permitiu que Tereza, Rejane e Rose, esposa de Leo, ampliassem suas hortas e se dedicassem a outras atividades de geração de renda com a venda de produtos semi-processados (verduras cortadas, doces etc.) e artesanato. E é assim que está estruturado o sistema produtivo desta propriedade hoje, onde vivem três famílias, produzindo em maior quantidade o café, a banana e mandioca, mas comercializando também uma grande diversidade de produtos que vem das hortas, dos pomares e das habilidades das mulheres. Como fonte de renda tem também o trabalho especializado de Leo com a moto serra e, mais esporadicamente, a prestação de serviços para terceiros com a roçadeira, pelo Alex.

A construção destas estratégias de reprodução socioeconômica da família foi influenciada, evidentemente, pelas oportunidades que tiveram de acesso à informação, a políticas públicas, à assessoria técnica, que contribuíram nas mudanças no sistema de produção e na relação com os mercados.

Mas tudo depende de uma habilidade especial de Tenório na direta: [...] "Eu chego, ofereço, mostro a qualidade do produto, insisto...". E também da qualidade dos produtos, que são vendidos como produtos agroecológicos, livres de agrotóxicos. Conversando com um agricultor em Araponga, que já viajou muito com Tenório nos encontros do movimento sindical, ele

explica que esta habilidade de comerciante de Tenório advém da sua experiência de trabalho como balconista de loja, na época em que era jovem.

Por outro lado, Ribeiro & Galizoni (2007) em um artigo elaborado com o objetivo de investigar a lógica e o propósito das trocas existentes nas comunidades rurais, denominadas como "catiras" em quase todo o estado de Minas Gerais, chamam a atenção de que [...] "existem centenas de exemplos do conhecimento que sitiantes têm dos mercados e de como sabem fazer valer seus trunfos quando podem ganhar num negócio" (RIBEIRO & GALIZONI, 2007, p.65). Neste sentido, a habilidade na realização de negócios, a despeito da idéia que tem muitos técnicos e pesquisadores, é muito comum entre os agricultores da região e se constitui como um elemento de grande relevância nas estratégias de reprodução socioeconômica das famílias. A fala de Tereza, a seguir, mostra que esta habilidade de Tenório, em outros momentos da vida do casal, já integrava suas estratégias para aumentar o patrimônio da família:

> *[...] "Teve uma época da vida que ele foi barganhista né. Comprava fogão a gás, trocava aquilo em aparelho de som, daquilo ali já trocava bicicleta... meu Deus do céu! Passarinho... como pegava passarinho, e vendia passarinho, nossa senhora! O primeiro comércio dele foi esse. Ele comprava fogão a gás caindo aos pedaços, ele ia na loja, comprava as peças, montava ele todinho pra fazer novinho. Rádio, nem em casa chegava, no meio do caminho já passava pra outra pessoa. Procê ter uma idéia, eu ajudava ele a pagar dia de serviço. Vamos supor que ele pegava um aparelho de som... eu ajudava ele pagar dia de serviço, dia de domingo, praquela peça que ele tinha apanhado. Já vai nós dois, dia de domingo, apanhar café pra pagar o troço que tinha pegado."*

E para o futuro Tenório pensa na criação de gado, para diversificar mais a produção e, quem sabe, "segurar" mais um filho na propriedade[70]. Na época em que realizei a entrevista ele já havia comprado a madeira para fazer a cerca e assim que a terminasse ia propor ao Leo, ou ao Alex, ou quem sabe ao Julio que estava terminando seus estudos na Escola Família Agrícola Paulo Freire, se topavam iniciar a criação de umas vacas de leite. Depois fiquei sabendo que Tenório acessou um crédito de investimento do Pronaf para adquirir as vacas e iniciar a criação.

Aliás, o uso do crédito é outro aspecto que podemos relacionar com o momento de inflexão na trajetória de Tenório e Tereza. Até aquele momento acessavam regularmente o crédito de custeio para a aquisição de insumos para a produção de café. A partir daí passam a acessar o crédito para investimento, primeiro a partir da linha do Pronaf Agroecologia, elaborado com a assessoria do CTA, e agora este novo projeto de investimento elaborado com a assessoria da Emater. Esta é uma característica marcante dos agricultores em transição agroecológica

[70] No mesmo artigo de Ribeiro & Galizoni (2007) mencionado anteriormente, ele demonstra também como a criação de gado ocupa um papel central na estratégia de aumento de patrimônio das famílias, especialmente na busca de mais terra.

na região, todos os projetos para a linha do Pronaf Agroecologia elaborados com a assessoria do CTA na região foram destinados prioritariamente a investimentos[71].

▪▪▪

A outra família entrevistada em Espera Feliz foi a família de Edson e Margarida, na mesma comunidade de São Felipe, que dista apenas cinco quilômetros da sede do município, por estrada asfaltada. Edson é irmão de Tenório, mora com sua esposa Margarida e os filhos João, Alice e José Francisco, na propriedade de dois alqueires que restou da herança de Seu José. Edson, hoje com 45 anos de idade, diferente de Tenório não participa ativamente das organizações formais dos agricultores familiares de Espera Feliz, mas já participou do grupo de reflexão das CEBs e foi um dos animadores do grupo de troca de dias de serviço que antes existia na comunidade. Há alguns anos atrás fez um tratamento contra alcoolismo, que foi superado, mas desde então reduziu muito o seu trabalho na propriedade. Atualmente é seu filho mais velho João, de 19 anos, quem realiza a maior parte do trabalho nas lavouras de café.

Margarida, também filha de agricultores familiares de espera Feliz, igualmente não participa de organizações formais, embora ainda seja uma das poucas participantes do grupo de reflexão das CEBs, que ainda existe na comunidade. Atualmente trabalha como contratada em uma creche da prefeitura, mas antes já trabalhou como faxineira em casas de família de Espera Feliz. Seu projeto é passar em um concurso na prefeitura e assim ganhar estabilidade no emprego, que a cada eleição fica sujeito a não ter continuidade. De preferência continuar na creche, uma vez que lhe agrada muito o trabalho com as crianças.

Margarida trabalha na creche na parte da tarde, desencontrando do seu filho mais novo, José Francisco, que estuda de manhã e à tarde está em casa. É Alice, sua filha do meio, com apenas treze anos e que estuda de manhã, que à tarde está em casa e assume algumas tarefas da Margarida, como o cuidado com a casa e com o José Francisco: [...] "Até comida ela já faz para mim. Tá cozinhando até bem. Faz um arroz soltinho.... É bom que ela já vai aprendendo."

Edson e Margarida se casaram depois do falecimento do pai de Edson, já possuindo nesta época os três alqueires que Edson herdou. Mas antes disso, como filho solteiro, Edson já trabalhava "em casa" com o pai, ajudando na criação de gado, tirava leite, ajudava a bater o pasto, a fazer tudo: "o bicho pegava mesmo".

[71] Para uma discussão a respeito ver Ferrari & Abraão (2008) "Pronaf Agroecología: sistematización de una experiencia llevada a cabo en la Zona da Mata de Minas Gerais". In: Scotto, G. (Org.). Aun hay tiempo para el sol: pobrezas rurales y programas sociales: Brasil, Venezuela, Guatemala. Una mirada desde lo local.

Edson também explicou como seu pai, antes mesmo de falecer, dividiu a propriedade entre os filhos e filhas, escolhendo a parte que caberia a cada um(a), deixando as partes onde tinha mais benfeitorias para aqueles que mais o ajudaram a constituí-las e que ainda permaneciam na propriedade com ele:

> *[...] "Porque a propriedade tinha lugar que não tinha benfeitoria*[72] *e eu e Tenório ia ajudar ele a fazer essas benfeitoria que tem aí, né? Aí quando ele pensou em doar ele falou que ia deixar a gente ficar onde tinha benfeitoria e os que estão fora, que não pretendia morar aqui mais, fica no lugar que tem menos benfeitoria. A benfeitoria fica pra quem ajudou a fazer."*

Edson conta que, como filhos homens mais velhos, ele e Tenório ajudaram em quase tudo, desde o plantio da primeira lavoura na propriedade do pai, que antes trabalhava mais é com criação de gado. A irmã, acima de Edson, trabalhava somente dentro de casa. Chegaram a formar mais de cinqüenta mil pés de café, com a ajuda de meeiros. Estas lavouras foram formadas em lugar antes ocupados por pastagens. O terreno foi todo arado pelo pai, que arcou com todos os custos de implantação das lavouras, pagando inclusive os filhos para plantar, para depois de formadas (quando iniciam a produção) os filhos "tocarem à meia". Destas lavouras, o pai de Edson destinou inicialmente a ele quase dez mil pés de café, mas depois passou três mil e quinhentos pés para um meeiro, que até hoje trabalha nesta lavoura. Esta lavoura e os outros seis mil e quinhentos pés é que hoje estão na parte do terreno que Edson herdou.

Enquanto trabalhou à meia com o pai, confirmou que este sempre é quem determinava a forma de manejar e conduzir as lavouras. Depois que assumiu suas lavouras é que Edson pode mudar algumas coisas: [...] "O pai não aceitava roçar, tinha que capinar mesmo. E banho ele achava que não precisava e hoje a gente já roça e às vezes, banha[73]. O sistema de tocar a lavoura mudou bastante, principalmente o Tenório, eu ainda menos um pouco." Edson sempre conduziu sua lavoura de forma mais convencional, no sistema mais difundido pela Emater. Atualmente realiza duas adubações, com adubo de produção para o café (fórmula 20 - 5 – 20), calcário quando a análise de solo indica, pulverização com "Viça café", "Calda Viçosa", "Super Magro", e às vezes o roundup para controlar plantas invasoras. E sempre capinando a lavoura: [...] "Três capina a média né! Porque é arrua, espalha, janera. Assim... é aquela rotina né...".

De uns tempos para cá, por influência de Tenório, mas talvez mais pelas suas limitações com a mão de obra, passou também a roçar a lavoura, com roçadeira costal moto-mecanizada, ao invés de capinar: [...] "Capino. Depois na época de Janeiro roço, quando não planto, se plan-

---

[72] Benfeitoria na expressão de Edson não são somente construções, mas principalmente lavouras de café plantadas.

[73] "Banhar" significa pulverizar a lavoura, normalmente com agrotóxicos, mas também com outros tipos de caldas ou adubos foliares.

tar capina a planta, né? Aí não roço, é diferente, mas quando não planta a gente arrua e espalha, na época de janeirar, roça."

Outra mudança feita por Edson nos últimos tempos foi na colheita do café. Antes ele estava pagando pessoas para ajudar na colheita, quase sempre era uma família, pois sua lavoura é relativamente pequena. Mas depois passou a trocar dia, principalmente com os filhos de Tenório, com receio da legislação trabalhista: [...] "A gente passou a trocar dia aqui, porque começou a apertar esse negócio de ter que assinar carteira de companheiro, a gente começou a evitar dar serviço pra pessoa a dia porque é contra a lei. Bicho pode morder a pessoa, machucar, agente é responsável."

Este ano a maior parte do café colhido por Edson foi de boa qualidade: "deu bebida dura". Isto decorre também de outras mudanças na forma de colher. Antes apanhava o café colhido no chão, misturando-o com o que colhia no pano, o que lhe dificultava obter um café de melhor qualidade; [...] "Dava duro riado no máximo". Este ano passou a colher só no pano e aí deu bebida. Um comprador de café lhe disse que café "riado", daqui alguns anos, vai ser quase preço de escolha[74], do jeito que vai indo o mercado de café. Mas ressalta que o problema é que se der muita chuva na época da colheita, mesmo colhendo no pano é difícil se conseguir uma boa qualidade de bebida. Informa que tem vários agricultores que adquiriram secador ou estão montando terreiros de estufa[75]. [...] "Só que é caro pra daná! Tem pessoas aqui perto que têm, mas é só pessoa que já tá bem estruturado é que tem condições de fazer".

Edson diz que o banco oferece empréstimo para construção de terreiro de estufa, mas tem muita gente que tem medo de fazer este financiamento, porque o café está ruim de preço. Disse ainda que tinha um Pronaf de custeio, adquirido a nove anos atrás, e que enfrentou dificuldades para pagar: [...] "Tenho muito medo de dívida, se a gente sujar o nome no banco ... agente tá lascado. Graças a deus nunca atrasei um pagamento, nunca veio uma cobrança aqui em casa".

Na hora de vender o café diz que sempre vende à vista. Olha o preço de mercado no canal rural (televisão), mas quem dá o preço é o comprador: [...] "Sempre exploram a gente, não só eu como todo mundo. Este ano o café teve a duzentos e sessenta (reais), mas aqui pagaram no máximo duzentos e quarenta, e acaba tendo que vender aqui, porque temos pouco café".

---

[74] "Escolha" é o pior tipo de café, normalmente aquele que cai do pé e é recolhido somente ao final da colheita.

[75] Terreiro de estufa é um terreiro de cimento com uma estrutura que cobre todo o terreiro com uma lona plástica transparente.

Edson vendeu um alqueire dos dois e meio que recebeu de herança, para Clemente, uma pessoa de fora da família, que também comprou toda a parte herdada por sua irmã. Segundo Edson, sua irmã vendeu o terreno porque seu marido tinha problemas de saúde e não tinha condições de trabalhar. Mas também porque ele nunca gostou muito de roça e sua família não o ajudava. Assim, preferiu vender e comprar uma chácara, perto da cidade de Carangola. Considera que o cunhado fez um bom investimento: [...] "Se hoje ele vender o terreno que ele tem em Carangola, ele compra aqui tudo pronto agora." Antes de venderem o terreno, o cunhado e a irmã já haviam ido trabalhar como empregados em Carangola.

Questionado porque os irmãos não venderam suas partes de herança para os outros irmãos, Edson relata dois casos. Primeiro, disse que quando precisou vender parte da sua herança, propôs ao Tenório que comprasse, mas ele não quis porque não dava conta de cuidar de um terreno maior. Mas Edson queria vender uma parte do seu terreno que não fazia divisa com Tenório: [...] "Eu creio que se fosse vender pareado, ele comprava. Só que eu não podia vender esta parte porque é onde tinha produção, o lado de cá era só pasto."

Depois relata que quando sua irmã Sofia foi vender a parte dela ele próprio tina vontade de comprar, mas a proposta que ele fazia para ela não aceitava: [...] "na época eu tava colhendo um café bom, eu propus dar ela uma parte de dinheiro e pagava em café pro ano. Ela não aceitou porque ela precisava vender pra comprar uma casinha lá em Espera Feliz". Ou seja, do jeito que ela queria vender ele não tinha condição de comprar. Informou ainda que isso acontece muito, pelo menos aqui, na comunidade de São Felipe: [...] "o irmão vai vender, mas os outros não pode comprar, aí vende pros outro de fora".

Acrescenta que em alguns casos, as propriedades depois de vendidas ficam paradas. No seu caso disse que vendeu porque precisava fazer uma reforma na casa, que estava ruim e pequena para a família. Na época estava muito apertado, com dívidas que tinha no banco, um crédito do Pronaf, que havia feito há oito ou nove anos atrás. Apesar de afirmar que na época não teve outra alternativa, reconhece que nunca é um bom negócio, vender patrimônio para pagar dívidas:

> *[...] "A decisão foi certa na época, eu precisa de vender a casa, eu fiz por necessidade, eu tinha um casalzinho de filho crescendo... tinha só dois quartos pequenos... tava caindo o telhado... mas que é uma coisa boa não é. Não é um troço bom de fazer não né, não é vantagem não. Vender... fica vendido né. A gente pensa assim: vendi bem pra caramba... na época vendi um alqueire de terra, que não tinha nada, por vinte mil. Todo mundo falou que eu vendi bem pra caramba. Hoje, se eu tivesse condição de comprar de novo, eu ia ter que pagar uns trinta mil, e olha lá se o cara ia vender."*

Além do processo de modernização mencionado anteriormente na trajetória de Tenório e Tereza e que também fica bem evidenciado no relato de Edson, a mais forte indicação da existência de um processo de descampesinização na comunidade de São Felipe é justamente esta mudança no padrão de herança da terra e de sucessão nas famílias dos agricultores. E, segundo a informação das duas famílias entrevistadas, este é um fato recorrente não só nesta comunidade como em outras comunidades de Espera Feliz.

Como já foi dito antes, a venda da terra herdada para pessoas de fora da família rompe com as regras que visam recompor o patrimônio da terra da família, patrimônio este primordial na manutenção da condição camponesa.

Margarida Maria Moura, na pesquisa que realizou em um bairro rural no sul de Minas Gerais, menciona a reposição da terra para a geração mais jovem como primeira condição para a aquisição da condição camponesa, ou seja, como um aspecto crucial na reprodução daquela área como camponesa. Destacando a necessidade de beneficiar com a terra as unidades familiares recém formadas, tanto no processo de passagem da propriedade de geração em geração, como na passagem da propriedade dentro da uma mesma geração, ela discute as regras estabelecidas localmente que visam repor o patrimônio territorial. Mais do que colocar o patrimônio em mãos dos descendentes diretos de um indivíduo, estas regras buscam assegurar a reprodução da área como camponesa, porque a herança enfeixa um papel estratégico neste sentido (MOURA, 1978).

O depoimento a seguir, de Tereza, mostra que este é um comportamento relativamente recente, e que anteriormente o padrão de sucessão e herança era outro:

> *[...] "Um dia uma pessoa falou assim: engraçado... O pessoal também fica invocado com isso, porque que não foi vendido pra irmão? Aí teve um dia que uma pessoa falou comigo que quando é herança assim, que um irmão vai vender, ele tem que dar preferência pra um outro irmão. Se o irmão não querer, ele pode vender pra outro de fora. Mas aqui não, eu acho que é muita picuinha um com outro, não sei, é um troço muito esquisito".*

John Comerford, em pesquisas realizadas na Zona da Mata de Minas Gerais, também identifica como válidos para esta região o esquema proposto por Moura (1978) para "descrever o conjunto de expectativas costumeiras relativas ao gerenciamento do patrimônio fundiário e seu entretecimento com a lógica jurídica" (COMERFORD 2007, p. 69), que ajudam a entender esta dimensão da permanência de um modo de vida e de arranjos sociais e espaciais característicos das comunidades ou córregos. No entanto, este autor chama a atenção de que o momento de redefinir os arranjos do patrimônio fundiário associado a uma família muitas vezes é fonte importante de conflitos de várias ordens. Segundo Comerford (2007), a terra é parte de um

arranjo territorial não dissociado da produção de identidade familiar e da reputação da família. A redistribuição e rearranjo da terra neste processo de transição entre gerações e de estabelecimento de novos núcleos familiares também representa uma reconfiguração dos laços intra e interfamiliares. (...) "Cada momento desses pode abrir, ou não, oportunidades de afirmação de diferença e superioridade no seio da suposta igualdade; pode propiciar, ou não, afirmações de solidadriedade, ou de negação pública dela" (COMERFORD, 2007, p. 72).

Mas o fato é que a venda dos terrenos para pessoas de fora também trouxe novos problemas. Aprofundando a conversa em torno desta questão é possível perceber um certo desânimo de Edson, relacionado a conflitos que passaram a existir justamente a partir da venda dos terrenos de herança para gente de fora da família:

> *[...] "Na época eu pensei em vender tudo, tive problemas com vizinho, o cara que comprou da Sofia minha irmã, me enchendo muito o saco... Até o Tenório ele perturbou, deu até justiça. Aí eu pensei em vender tudo. Esse apertinho pequeno que eu tinha, a necessidade que eu tinha de arrumar a casa, não precisava vender tudo, mas pelo motivo do aborrecimento, eu queira vender tudo. Era o tal do Luciano. Ele vendeu pro Seu Antônio depois. Ele era muito audacioso, ele invadia divisa, ele botava criação, queria cortar a água que desce lá pra baixo, que vem pra mim, vai pro Deni. Ele mais Tenório criou problema sério, ele entrou dentro do quintal, mandou o rapaz que mora ali, entrar dentro do quintal de Tenório, arrancou pé de maracujá do Tenório. Aí Tenório achou ruim com ele, ele não quis ouvir. O Tenório pegou ele e levou pra justiça. Ele mexia com baia de animal, cavalo de raça... Ele mexia com tudo, tinha cabrito, carneiro, mas não tinha nada organizado, a criação perturbava a gente, não adiantava falar com ele, era audacioso. Meu problema começou com ele, porque ele queria drenar o córrego, encher o córrego de pedra, jogar terra por cima pra água passar por baixo. Um córrego que tá aí desde quando existe o mundo... a sobra de água da bacia... um troço que não tinha lógica nenhuma. O que ele queria é que a água viesse pro meu lado e aí ele ganhava mais uma área. Aí eu não deixei, eu tirei as pedras. Conversei com advogado, ele falou que não pode fazer isso não, é córrego, natureza, não pode drenar. Ele ficou uns tempos com raiva de mim, e depois ele viu que tava errado mesmo, ele vendeu isso só de raiva do Tenório. Ele passou muita vergonha também, o cara. É uma família de gente meio tupetudo, eles acha que a gente tá no tempo que o mundo é do mais valente. Aí não deu certo pra ele fazer o que ele queria fazer, ele vendeu rápido e saiu muito sem graça. Ele é ruim de jogo."*

Tenório e Tereza também fizeram relatos dos problemas que passaram a enfrentar com a chegada de pessoas de fora na vizinhança. O açude que hoje divide a propriedade deles com Seu Antônio, por exemplo, é objeto de muitas desavenças. Sempre tiveram vontade de criar peixes neste açude, mas nunca puderam devido à grande quantidade de agrotóxicos utilizados agora na lavoura de seu Antônio e que acabam chegando ao açude junto com a terra que desce da lavoura. Sem falar do lixo que jogam no açude:

> *[...] "Quase todo mundo que veio comprar ali, queria... vinha conversar comigo ou com Tenório. Não tem jeito da gente esvaziar esse açude, acabar com ele, não? Quer acabar com o açude, o pessoal não gosta desse açude. O Seu Antônio... procê ver a quantidade de lixo, resto de cerâmica, de construção de casa dele ali, vai jogar tudo ali dentro. Se uma bomba queima é jogada ali dentro, eu vejo daqui, mas vou fazer o que? Joga, joga tudo ali. A descarga dos venenos, que ali é muito morro, que capina muito, tudo dentro do açude. Choveu você pode olhar, no outro dia ele tá de enxadinha na mão, tampando buraquinho pro trator subir. Mas aí chove,*

pode olhar, depois você chega perto do nosso chiqueiro e dá uma olhada. Você vai ver uma roda de braquiária assim por baixo do chiqueiro dele, é terra que tá descendo lá do alto, já vai aterrando o açude. E o outro que chegou primeiro deu mais problema ainda. O outro me ensinou como é que véve com esse aí."

O outro que menciona Tereza era o tal Luciano, que havia comprado o terreno de Sofia e tinha gerado os conflitos mencionados antes por Edson.

[...] "O outro chegou a um ponto de eu ter que falar com ele: rapaz você pode ter dinheiro pra comprar isso tudo aqui, mas pra me comprar você não tem dinheiro não. O Leo falou assim: pai, o senhor tem que pegar isso como lição, o Luciano deu trabalho? Deu. Mas o senhor tem que pensar uma coisa, se ficar pensando assim: tomara que esse pessoal vai embora. Vai vim um outro pior. Agora se isso fosse, de repente da gente...."

A situação de Edson e Margaridaa com este novo vizinho também é problemática porque, mesmo que tenham tido a preocupação de construir uma fossa para não poluir o córrego com o esgoto doméstico, a água que utilizam para lavar vasilhas e limpar a casa vem da "banqueta do moinho", ou seja, a mesma água do açude do Tenório, contaminado com os agrotóxicos que descem da lavoura do vizinho. A água para consumo, para beber, precisa ser de um poço semi-artesiano, feito ao lado da casa.

Outras dimensões do problema da desestruturação dos laços familiares na comunidade, com a venda dos terrenos para pessoas de fora da família podem ser vistas nos relatos feitos por Edson, Tenório e Tereza sobre a prática de troca de dias de serviço na comunidade. Relatam que já houve em São Felipe um grupo organizado de troca de dias de serviço, denominado "Mutirão Comunitário de São Felipe". Este grupo começou a funcionar, no final dos anos noventa, com oito pessoas e chegou a ter quarenta participantes. O grupo não atuava somente na colheita do café, como em outros lugares, mas em todo o tipo de serviço de roça, inclusive na construção de casas. Sua motivação inicial foi justamente a dificuldade de cada família, individualmente, contratar trabalhadores para a realização destes serviços. Mas o grupo se dissolveu e atualmente a troca de dias permanece somente entre membros de uma mesma família. Segundo Tereza, a maior parte das pessoas que integravam o grupo se mudou, e as pessoas que estão na comunidade hoje não se interessam por este tipo de cooperação:

[...] "O meeiro dele (Seu Antônio) traz gente de fora e põe pra trabalhar, mas trocar dia... nem conviver com a gente ele não gosta não, nem tentar. Sabe, Tenório andou indo na casa dele umas vez, mas não funciona, tem umas pessoas que é muito difícil, você vai lá ele te trata bem, mas ele não vai na sua casa de jeito nenhum, nem se você convida prum aniversário. Não vai, não passeia, de jeito nenhum na casa da gente, muito esquisito, né"

Elisa faz também o mesmo tipo de consideração, sobre a desmobilização da comunidade ao se referir aos grupos de reflexão, das comunidades eclesiais de base:

> *[...] "Antes tinha mais gente que participava, era mais duas famílias... não, mais três. Tinha uma mulher que era parente, o resto não. Agora ficou só parente mesmo: a Cleuza, a Lena, aqui em casa, a Margarida, a Rose, Rejane... É assim, um grupinho bem desanimado, e é mais mulher mesmo."*

Voltando à situação de Edson, atualmente uma parte da lavoura que tem em sua propriedade e "tocada" pelo Tonho, à meia, e a outra parte pelo seu filho João. Edson mesmo quase não trabalha mais na lavoura, fica mais em casa, cuidando das criações, da horta e quintal. Há alguns anos atrás até mesmo a lavoura de João estava "meio largada": [...] "Cuidava do jeito que dava e depois dava café a meia pra apanhar". O depoimento seguinte demonstra as dificuldades que passam a enfrentar, assim como a importância das praticas de reciprocidade organizadas a partir das relações familiares:

> *[...] "Tava muito difícil mexer com terra, tudo que passar hoje de dois alqueires de terra pra uma família cuidar direitinho, aperta, porque ai você tem que ou arrumar meeiro ou pagar gente de fora pra trabalhar e não tá fáci. Meeiro é difícil achar bom. Companheiro também é difícil arrumar de confiança. O ideal é a pessoa ter um pedacinho de terra pequena e fazer mais com a família, filho, genro se tiver, igual Tenório tem, aí funciona."*

Por outro lado, foi possível observar que o processo de recampesinização da família de Tenório acaba por contribuir no restabelecimento de práticas de reciprocidade para alem da sua família nuclear. Edson parou de contratar mão de obra assalariada na colheita de café, ou dar o café para alguma família colher a meia, justamente com a volta e permanência dos filhos e genro de Tenório e Tereza, que juntos com Tonho e João, retomaram a prática de troca de dias de serviço.

Para concluir este capítulo retomo a teorização de Ploeg (2008), segundo a qual não existe uma demarcação bem definida para distinguir o camponês do empresário agrícola. Existem diferenças claras fundamentais em termos típicos e ideais, mas em situações reais existem zonas cinzentas extensas que ligam expressões empíricas claras destes tipos ideais, demonstrando a natureza gradual de suas ligações. Assim, como Victor Toledo (1995) defendeu de forma convincente, é possível identificar graus de campesinidade nessas zonas cinzentas que caracterizam arenas onde ocorrem flutuações ao longo do tempo relacionadas com a descampesinização e com a recampesinização.

Ao analisarmos uma realidade empírica, como a que procuro apresentar nesta pesquisa, é muito difícil o seu enquadramento nas diferentes formulações teóricas relacionadas ao tema. A meu ver, a atualidade e pertinência da formulação anterior de Ploeg está justamente em reconhecer a natureza gradual das ligações que unem os diferentes tipos de agricultores e diferentes modos de se fazer a agricultura. Fica muito claro nesta pesquisa como estas ligações podem variar no tempo e no espaço.

Porém, esta natureza gradual das ligações pode nos dar uma idéia de um *continuum* entre um tipo e o outro, o que também não foi observado nesta pesquisa. Ao contrário, o que se pôde verificar foi a utilização contemporânea de práticas que poderiam ser vistas como contraditórias, representando diferentes modos de se fazer a agricultura, mas que têm um sentido na estratégia de reprodução socioeconômica adotada. Mais do que gradiente, talvez pudéssemos falar em heterogeneidade. Portanto, há que se ter cuidado em caracterizar tendências a partir da presença dessas diferentes práticas.

Mesmo com as considerações feitas anteriormente, a abordagem de Toledo (1995) e Ploeg (2008), relativa aos graus de campesinidade, são realmente muito úteis na identificação de tendências, como as que procurei demonstrar na Comunidade de São Felipe, em Espera Feliz. Talvez se tivesse tido este olhar, e levantasse mais informações da Comunidade de São Joaquim, em Araponga, onde há uma grande concentração de áreas adquiridas no processo de "conquista de terra" dos agricultores daquele município, eu poderia também identificar a existência de outro processo de recampesinização. Certamente bem mais abrangente do que verifiquei em Espera Feliz.

Por fim, as formulações de Ploeg nos ajudam a afirmar que as estratégias camponesas, assim como em outros lugares do mundo estudados por este autor, também aqui se atualizam e se mostram capazes de garantir a reprodução socioeconômica das famílias de agricultores, em um contexto atual que ele bem caracteriza como de "ameaças e privações". Mesmo considerando que as famílias lançam mão das mais diferentes estratégias de reprodução socioeconômica, de diferentes modos de "ganhar a vida", o reconhecimento da eficácia das estratégias camponesas, traz de novo ao centro do debate dos "estudos rurais" algo que muitos autores já consideravam como ultrapassado.

6. ORDENAMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO E AGROECOLOGIA

O sistema de produção pode ser definido, de acordo com a proposição de Dufumier (1996), como a combinação de recursos disponíveis, no tempo e no espaço, visando à produção vegetal e /ou animal. Ou ainda pode ser concebido como uma combinação mais ou menos coerente de diversos sub-sistemas produtivos, que incluem os sistemas de cultura, os sistemas de criação e os sistemas de processamento dos produtos agrícolas no estabelecimento.

A análise de um sistema de produção, ao nível de uma propriedade, não se resume somente no estudo de cada um de seus elementos constitutivos, mas consiste, sobretudo em examinar com cuidado as interações e as interferências que se estabelecem entre eles. Sejam estas, relações de concorrência (entre as espécies vegetais e animais pelos recursos naturais disponíveis), relações de sinergia ou de complementaridade na utilização dos recursos ou de distribuição e repartição (no tempo e no espaço) da força de trabalho e dos meios de produção entre os diferentes sub-sistemas de cultura e de criação (INCRA/FAO, 1999).

O ordenamento se refere às formas múltiplas e internamente coerentes que determinam o processo de produção agrícola, mas tendo em vista sua dinâmica e maleabilidade em diferentes contextos, considerando, por exemplo, as atividades associadas ao processo de reprodução. Como observa Ploeg (2008, p.41): "A avaliação e a retrospectiva do processo de produção como um todo permitem a coordenação de sub-tarefas diferentes e sua orientação para uma forma mais produtiva. Assim, os recursos naturais e sociais podem ser melhorados em longo prazo." O processo de produção agrícola é visto como uma prática potencialmente dinâmica, onde uma (re) configuração dos recursos, a criação de novas combinações de recursos ou a reestruturação das relações com o mundo exterior, pode permitir alcançar níveis superiores de produtividade ou melhores condições de reprodução socioeconômica das unidades de produção familiares.

A Tabela 4 nos dá uma primeira idéia da composição dos sistemas produtivos das famílias, assim como alguns recursos disponíveis de cada uma delas.

O primeiro sistema de produção analisado é o de Pedrinho e Dulcinéia, que está estruturado nas duas propriedades distantes cerca de 1 km uma da outra. O sistema de produção pode ser visualizado no diagrama da Figura 1. Em uma das propriedades está a casa, quintal com horta e pomar muito diversificados. O pomar na verdade é um sistema agroflorestal com 500 pés de café consorciados com aproximadamente 20 espécies de frutíferas e outras culturas anu-

ais como a mandioca, milho, abóboras, batata doce etc. Aí também se encontram a maior parte dos animais, com as infra-estruturas de criatórios, beneficiamento e armazenagem. Próximo ao quintal, em uma baixada beirando o córrego, tem uma área onde se faz roça de milho e feijão, uma lavoura de cana de açúcar e uma capineira. Em um canal derivado do córrego está assentado um moinho de pedra onde se faz fubá para o consumo da família e também para a vizinhança. Na parte mais alta deste sítio tem uma lavoura de 1.200 pés de café, consorciada com arvores nativas, banana, abacate e cana de açúcar, ou seja, outro sistema agroflorestal. Ainda têm pastagem consorciada com árvores e áreas reflorestadas para a conservação de nascentes, com produção de palmito, frutas e madeira para lenha e construções.

Tabela 4: Algumas características das propriedades das cinco famílias entrevistadas.

	Pedrinho e Dulcinéia	Zé Branco e Elvira	Zé Lopes e Clotilde	Tenório e Tereza	Edson e Margarida
Área total (Há)	14,3	6	18	9,3	6
Área com pastagem (Ha)	6	1,5	7,5	1	0,3
Área c/ mata nativa (Ha)	5	1	2	-	-
Área com eucalípto (Ha)	-	0,5	0,5	1,6	-
Área c/ capoeira / chavascal (lavoura abandonada etc.) (Ha)	-	-	-	0,5	1,7
Área só de culturas anuais (Ha)	1,5	-	1	-	-
Área com café	1,4	2,6	6	5,6	3,1
Bovinos (nº total de cabeças)	6	6	4	-	-
Caprinos (nº total de cabeças)	4	-	-	-	-
Suínos (nº total de cabeças)	4	1	1	13	2
Aves (nº total de cabeças)	50	10	10	20	8
Mão de obra disponível (n° de pessoas ocupadas)	3	1,5*	2	6,7**	3***
N° de pessoas residentes (incluindo as crianças)	5	5	5	10	5
% da área com café	10%	43%	33%	60 %	52%****
N° de pés de café	5.700	5.850	13.000	12.880	10.000

* Considerando meio tempo da esposa que é professora.
** Considerando um genro, uma filha e uma nora que "tocam" lavouras em parceria, alem de cultivarem horta, pomar e cuidar de criações na propriedade. O outro filho casado dedica apenas 20% do seu tempo na propriedade. Considerou-se também meio tempo de um dos filhos que estuda, mas ajuda no período que está em casa.
*** Considerando meio tempo que a esposa trabalha na propriedade, outro meio tempo trabalha em uma creche, e meio tempo de uma filha jovem, que estuda.
**** Outros 33% da área já foi também ocupada com café, mas a lavoura foi abandonada e atualmente é um "chavascal".

Na outra propriedade se encontram duas lavouras de café, que totalizam 3.000 pés, ambas consorciadas com frutíferas. Uma área de capoeira, na parte mais íngreme do terreno, e uma pastagem com árvores nativas, onde fica o cavalo. Na baixada deste sítio há também uma área destinada ao plantio de milho e feijão.

O casal que trabalha e cuida das propriedades, dividindo grande parte das tarefas, inclusive os serviços de dentro de casa, a não ser quando os filhos ainda estavam pequenos, quando

Dulcinéia ficava mais em casa para o cuidado com as crianças. Agora contam também com a ajuda dos dois filhos, principalmente de Joel que já tem 15 anos.

Julho e agosto são os meses em que cortam a cana para fazer rapadura e açúcar mascavo, no engenho comunitário existente na comunidade. É também neste período que colhem mel e a mandioca para fazer o polvilho e a farinha, para o consumo da família e venda do excedente. Em setembro, no auge do tempo mais seco é hora de cuidar das pastagens, fazendo uma "bateção seletiva", onde deixam crescer algumas árvores que servirão para proteger as criações do sol, ciclar nutrientes e fornecer madeira para uso na propriedade. Aproveitam este momento para reformar as cercas da propriedade.

Em outubro e novembro, com o início do período chuvoso, é hora de fazer uma limpeza nas carreiras de café, roçar o meio das ruas e já aproveitam para fazer uma pulverização com supermagro[76] ou urina de vaca. É hora também de fazer o plantio das roças de milho e feijão, nas duas baixadas, que a esta altura já foram aradas e gradeadas com o trator do grupo de agricultores de São Joaquim. Neste período é que plantam também a cana, a mandioca, e logo, logo, vem a primeira capina nas roças. A segunda capina já é em dezembro, quando também dão outra limpeza nas lavouras. Em janeiro já é possível colher o feijão e, "o tempo permitindo", fazem uma nova pulverização das lavouras. É comum em fevereiro e março ainda sobrar um tempo para um novo cuidado com as pastagens. A colheita do milho é mais comum de ser feita em abril, para logo em seguida dar uma nova limpeza nas lavouras e encarar o serviço que exige muito de todos os membros da família: a colheita do café. E não é só colher que dá muito trabalho, é que ao mesmo tempo tem que "puxar" o café para o terreiro e ficar aí cuidando dele o tempo todo, para garantir que seque bem, sem fermentar, conseguindo uma bebida de qualidade no café.

Tem outros serviços que são feitos durante todo o ano, como os cuidados com a horta, com o pomar e os cuidados diários com as criações de gado (tirar leite, apartar bezerros, juntar esterco e urina no curral, etc.), cabras, porcos e galinhas.

O diagrama de fluxos, externos e internos, dos insumos utilizados no sistema de produção (Figura 1) mostra um grande número de fluxos internos voltados para a conservação e recriação da fertilidade dos solos. Isto se verifica tanto nas lavouras de café como nas pastagens, todas consorciadas com árvores nativas, que bombeiam nutrientes das camadas mais profundas do solo e os liberam para a lavoura (ou a pastagem) com a queda e decomposição das folhas e

[76] Adubo foliar, preparado em casa, que alem de promover uma nutrição equilibrada da lavoura, ajuda no controle da ferrugem do cafeeiro.

galhos sobre o solo. As frutíferas, especialmente a bananeira, além de proporcionarem uma produção mais diversificada nas áreas de lavoura, contribuem também na ciclagem dos nutrientes e na proteção do solo contra a erosão. Um efeito similar é proporcionado pelas leguminosas anuais cultivadas em consórcio na lavoura e a própria vegetação herbácea que aí surgem naturalmente, como o capim gordura, o picão, a trapoeraba, o joão leite, o caruru, dentre muitas outras espécies de "mato" que são cuidadosamente manejados, com roçadas ou com uma capina superficial, de tempos em tempos. Muitos outros efeitos benéficos relacionados ao controle de pragas e enfermidades, à criação de um micro clima mais favorável à produção das lavouras, à conservação da biodiversidade, à produção de serviços ambientais etc. tem sido demonstrados através de várias pesquisas realizadas em sistemas agroflorestais de vários agricultores de Araponga, inclusive no de Pedrinho e Dulcinéia[77]. Isto para não falar do conforto em se trabalhar em uma lavoura consorciada como esta que, como ressalta Pedrinho: [...] "não falta uma sombra e alguma fruta pras horas de descanso".

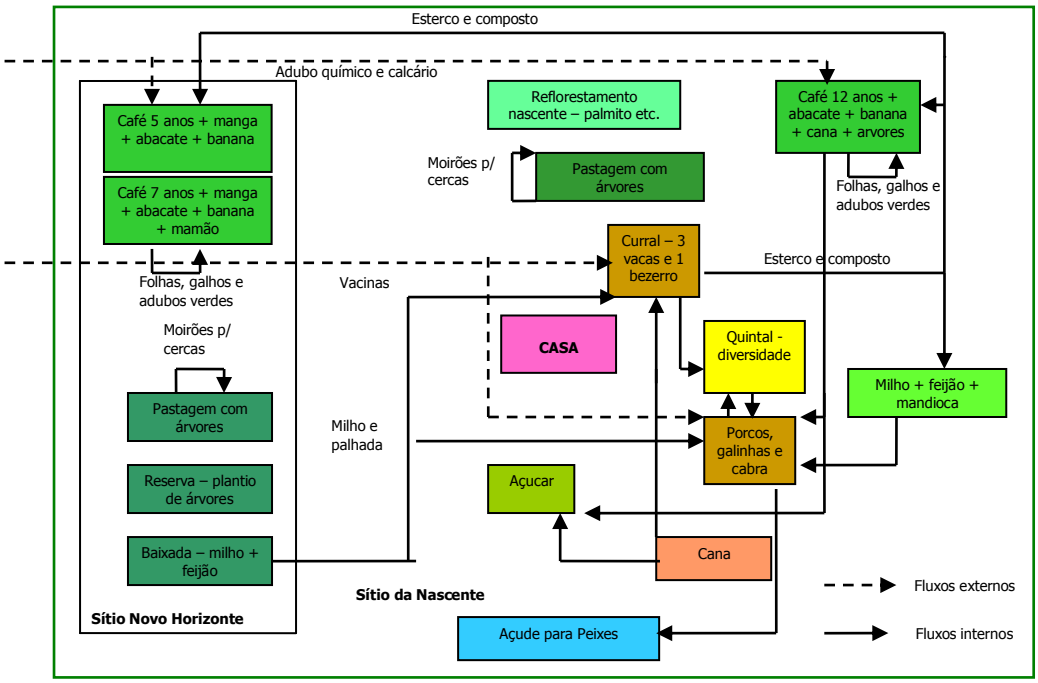


Figura 1: Diagrama da propriedade de Pedrinho e Dulcinéia, destacando os fluxos de insumos utilizados na produção.

Mas aqui é preciso ressaltar um aspecto importante, diretamente relacionado a um elemento fundamental na estratégia de reprodução socioeconômica desta família, apresentado em seus depoimentos no capítulo anterior, que é a busca pela autonomia. Autonomia em relação às

[77] Para mais informações ver MATOS et al, 2009; ; MATOS et al, 2008; CARVALHO et al, 2005.

indústrias produtoras de insumos, na medida em que não utiliza agrotóxicos em suas lavouras e necessita de uma quantidade significativamente menor de adubos químicos para manter um nível satisfatório de produtividade. Na Tabela 5 é feita uma comparação do uso de adubação química no café pelas diferentes famílias entrevistadas e a média do município, onde fica clara a significativa economia feita por Pedrinho e Dulcinéia, sem prejuízo na produtividade.

Tabela 5: Uso de adubação química, produção de café e custo de produção por mil pés de café.

	Pedrinho e Dulcinéia	Zé Branco e Elvira	Zé Lopes e Clotilde	Tenório e Tereza	Edson e Margarida
Kg de adubo químico / mil pés de café*	150	300	430	300	320
Sacas de café / mil pés de café**	7	9,6	5,6	5	6,4
Custo de produção com adubação química (R$)	192,00	384,00	550,00	384,00	409,00

* Adubação feita em 2008/2009
** Média de produção dos últimos dois anos (em função da bi-anualidade da produção do café)

A manutenção da fertilidade dos solos nas lavouras e da produtividade do café também é resultado do fluxo interno de esterco, principalmente de bovinos com o qual faz composto orgânico, e da urina de vaca que são aplicados nas lavouras. Em 2009, Pedrinho afirma ter aplicado quatro toneladas de esterco, produzidos na propriedade, nas lavouras e nas áreas de roça. E não é somente nas lavouras que os fluxos internos otimizam a produção, isto pode ser verificado também nas pastagens, onde as árvores consorciadas além de possibilitar a reciclagem de nutrientes, fornecem os moirões necessários para a manutenção das cercas e fonte de alimento para as abelhas que são criadas no seu entorno. As áreas de roça são beneficiadas pela incorporação de adubação verde e esterco. Na alimentação dos animais também há fluxos internos, com a utilização de restos de culturas e frutas diversas na alimentação dos animais, cujo estrume é também utilizado na alimentação dos peixes, criados no açude.

Em 2004, Pedrinho e Dulcinéia elaboraram, com apoio do STR e CTA, um projeto de financiamento na modalidade do Pronaf Agroecologia. A finalidade que definiram para o financiamento é reveladora da estratégia de busca de maior autonomia. O projeto (no valor de R$ 7.500,00) foi destinado a realizar investimentos nas ampliações do terreiro de secar café, das estruturas de produção animal (curral, chiqueiro e galinheiro) e do paiol, além da reforma de estradas e cercas e aquisição de uma picadeira com motor elétrico. O objetivo da família era de diminuir a dependência de adubos orgânicos adquiridos fora da propriedade e aproveitar melhor os produtos que dispunham para alimentação dos animais.

Na avaliação de Pedrinho, o acesso ao crédito possibilitou várias melhorias no sistema de produção. Com a aquisição da picadeira, puderam aumentar o número de criações, aproveitando melhor o milho, cana, mandioca etc. para alimentação dos animais, facilitando ainda a confecção de composto orgânico na propriedade (já produzem o suficiente para a lavoura, para a roça e para o quintal, na área onde está a casa). Permitiu também um aumento na produção de polvilho da mandioca. Aumentou a produção do café com o composto adquirido e reduziu significativamente a mão de obra na secagem do café no novo terreiro. Têm produzido café de ótima qualidade ("duro para melhor"). Com a ampliação do paiol, agora pode armazenar o café na propriedade, adquirindo assim mais autonomia em relação aos compradores. Reduziu o custo de transporte com a melhoria das estradas e com o serviço do trator do grupo[78].

Quando terminou o prazo de carência do financiamento, ao final de três anos, mesmo tendo cinco anos para quitar a dívida em parcelas, resolveram pagar todo o financiamento do Pronaf Agroecologia (R$ 8.364,00 referentes ao principal da dívida, mais os juros até o vencimento da primeira parcela). Isto porque tinham receio de ficar com uma dívida grande no momento em que tinham muitas incertezas sobre como seria sua capacidade de trabalho, em função do problema nos joelhos que Pedrinho estava enfrentando. Como a venda de café neste ano permitiu, preferiram se ver livres da dívida logo e adiar outros investimentos que queriam fazer. Se não fosse esta situação iriam utilizar este recurso para novos investimentos: equipamento simples de irrigação e uma moto-serra.

Fica assim evidente sua aversão ao risco e de perder a autonomia, pressionado por uma dívida bancária. Mas não tardou muito para concluírem seus planos, em 2008 já haviam adquirido a moto-serra, que tem facilitado o manejo com as árvores, na produção de estacas, lenha e madeira para uso na propriedade. E também o equipamento de irrigação, com o qual pretende ampliar a produção de hortaliças na baixada onde planta roça, próxima a sua casa.

▪▪▪

O outro sistema de produção descrito a seguir é o de Zé Branco e Elvira, que está estruturado em uma única propriedade, onde está a casa onde moram. O trabalho nas lavouras é realizado mais pelo Zé, a não ser na colheita do café que é feita por um grupo de troca de dias de serviço, que conta com dezenove participantes, todos agricultores da comunidade. A colheita do café dos participantes do grupo se inicia em maio e vai até julho, às vezes até agosto. Por-

[78] Pedrinho se juntou a um grupo de agricultores da comunidade na compra conjunta de um trator agrícola, que hoje presta serviços a seus proprietários e também para outras pessoas do município ("Grupo do trator").

tanto neste período, considerado por Zé como o "mais apertado" do ano, quando ele não está colhendo a sua própria lavoura, está ajudando os companheiros em suas respectivas lavouras.

A primeira adubação das lavouras é feita em outubro, precedida de uma capina se necessário, principalmente nas lavouras onde vai plantar milho e feijão. O plantio do milho, feijão e de uma "moitinha" de cana é feito assim que chove e a primeira capina se faz normalmente em dezembro. É também neste mês que capina as carreiras de café e o "meio dos becos" das lavouras que tem milho e feijão plantados, nas demais só roça com a roçadeira costal mecanizada que adquiriu recentemente. As lavouras que tem milho são capinadas novamente em janeiro e nas demais faz nova roçada, que é repetida em fevereiro, quando faz a segunda adubação nas lavouras.

O sistema de produção do Zé e Elvira pode ser visualizado no diagrama da Figura 2. Comparativamente ao sistema de produção de Pedrinho e Dulcinéia, nota-se um número mais reduzido e menos importante de fluxos internos. A produção de esterco é bem menor porque Zé mantém as criações mais no pasto, só prende quando vai tirar leite das vacas. O gado, aliás, não é do próprio Zé, é de sua mãe, mas ele é quem cuida e fica com o leite. O esterco é utilizado apenas na horta, pomar e às vezes um pouco na cana. As lavouras dependem muito do adubo químico para a manutenção da fertilidade e esses fertilizantes se constituem na maior despesa que têm na propriedade, o que os leva a recorrer sempre ao crédito de custeio do Pronaf.

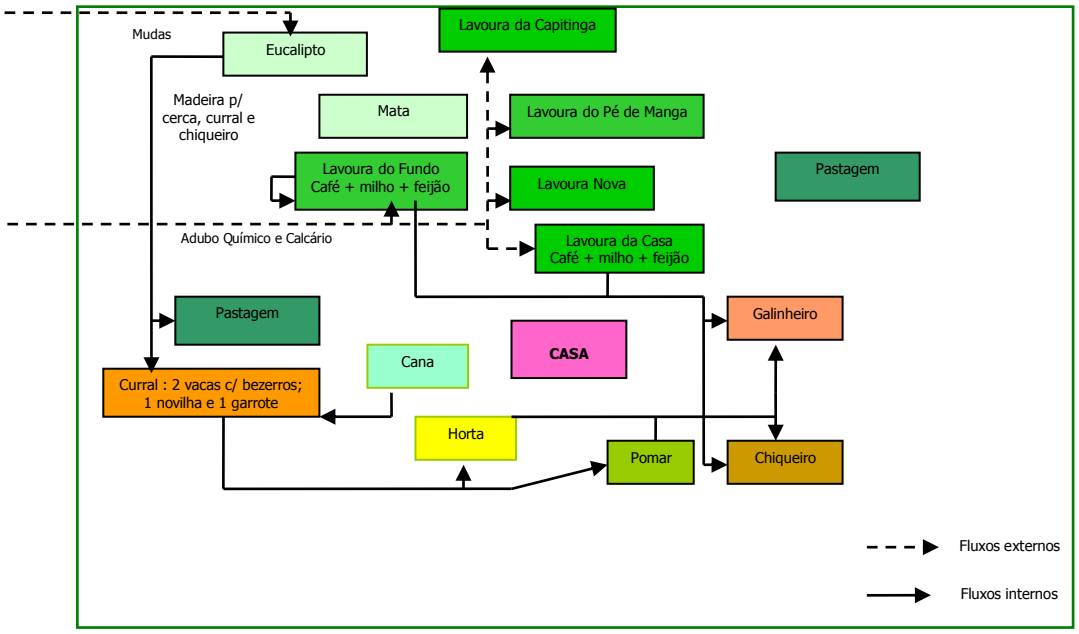


Figura 2: Diagrama da propriedade de Zé Branco e Elvira, destacando os fluxos de insumos utilizados na produção.

Este financiamento é motivo de preocupação constante, uma vez que Zé tem muito forte o desejo de manter a credibilidade de bom pagador, como revelou em seu depoimento anterior. O café, como ele diz: [...] “eu tenho que tirar dele (do café) pra ele voltar pra ele, pra ele me ajudar também com outras coisas”. Ou seja, a venda do café precisa gerar os recursos necessários para pagar o adubo (e o financiamento) para a próxima safra e uma sobra para os investimentos. No último ano, com a queda dos preços do café tendo sido maior que a queda do preço do adubo, ele tem como opções interromper a reforma que iniciou em sua casa ou fazer só uma adubação no café, o que pode prejudicar a produção na safra seguinte.

Recentemente é que o Zé começou a experimentar o uso de adubos verdes em uma de suas lavouras, onde também cultiva o milho em consórcio e considerou positiva a experiência. Vai continuar a experiência antes de ampliar o uso em uma área maior das lavouras. Mas já notou uma significativa melhora nas lavouras depois que passou a roçar mais do que capinar. Diminuiu muito o escorrimento superficial da água, que além de carregar terra levava também parte dos adubos químicos que aplicava. Deixou também de pulverizar as lavouras com agrotóxicos, embora cogite a possibilidade de usar novamente o Roundup se tiver uma grande infestação de sapé.

A produção de café ocupa um lugar muito destacado no sistema de produção, ocupando 43% da área da propriedade e a maior parte do seu tempo de trabalho. Representa também 85% do VBP total da propriedade (Tabela 6). Além do café são comercializados apenas o que sobra da produção de milho, feijão e, às vezes, um pouquinho de leite. Na opinião do Zé, ele só consegue “tocar” praticamente sozinho todas as suas lavouras de café por estar inserido no grupo de trocas de dias de serviço, porque se fosse para pagar a mão de obra na colheita, seria inviável manter todas as lavouras.

Por outro lado o sistema de produção de Zé e Elvira lhes fornece a maior parte dos alimentos que a família consome. E este é um aspecto da autonomia bastante destacado nos seus depoimentos. A produção do próprio alimento, de qualidade conhecida, aparece como um valor do qual não pretende abrir mão, não só para garantir a saúde da família, mas também para trocar e doar para parentes e vizinhos em sua comunidade.

Tabela 6: Valores Brutos da Produção de alguns subsistemas nas propriedades analisadas.

	Pedrinho e Dulcinéia	Zé Branco e Elvira	Zé Lopes e Clotilde	Tenório e Tereza	Edson e Margarida
Valor Bruto da Produção total (VBP) em R$	14.150,00	11.780,00	20.800,00	30.600,00	6.200,00
VBP culturas anuais (milho, feijão e mandioca) em R$	940,00	920,00	1.100,00	1.910,00	800,00
VBP hortaliças e frutas	600,00	-	400,00	9.120,00	150,00
VBP produção animal em R$	3.080,00	860,00	960,00	1.600,00	-
VBP produtos processados (inclusive artesanato) em R$	780,00	-	140,00	3.480,00	-
VBP do café em R$	8.750,00	10.000,00	18.200,00	14.490,00	5.250,00
% do VBP do café em relação a VBP total	62%	85%	88%	48%	85%
Valor Líquido da Produção de café (menos custo c/adubos adquiridos[79]) em R$	7.656,00	7.554,00	11.050,00	9.536,00	1.896,00

...

O último sistema de produção das famílias entrevistadas em Araponga, aqui descrito, é o de José Lopes e Clotilde. Também está estruturado em duas propriedades distantes aproximadamente 2 km uma da outra. No "Sítio da Lage", encontram-se a casa, com um pequeno quintal e horta, uma área onde plantam roça de milho e feijão, próxima a um pequeno canavial e uma "lavourinha" com 120 pés de café. Na parte mais alta do sítio há uma "moitinha" de eucalipto, uma pequena capoeira de mata nativa, sem separação da pastagem, que ocupa a maior parte da área desta propriedade.

No Sítio Recanto da Serra é que estão a quase totalidade dos 13.000 pés de café plantados por José Lopes e seu irmão, quando adquiriram esta propriedade. Nos entremeios das lavouras há algumas touceiras de banana e cana. Aí há também áreas de mata nativa nas partes mais íngremes e duas áreas de pastagem. Neste sítio eles construíram apenas um pequeno depósito, onde armazenam o adubo a ser aplicado na lavoura e algumas ferramentas. O sistema de produção pode ser visualizado na Figura 3.

No Sítio Recanto da Serra, Zé Lopes trabalha nas lavouras praticamente sozinho ou trocando dias com um grupo de parentes e vizinhos da comunidade. Com quatro filhos bem novos (o mais velho tem nove anos), dentre eles um "casalzinho" de gêmeos de apenas seis meses, Clotilde assume mais o trabalho de casa e nas suas imediações, cuidando da horta e das criações.

[79] Considerou-se somente o custo dos fertilizantes por ser este o mais significativo em todos os sistemas analisados.

Normalmente José Lopes trabalha na colheita de café de maio a agosto e conta com a ajuda de Clotilde para mexer o café no terreiro. Em outubro realiza a primeira adubação do café, sendo esta operação repetida mais duas vezes, nos meses de dezembro e fevereiro. Ele sempre capina o café, às vezes capinando a carreira e "amassando" no meio, e o faz também três vezes, sempre antes de adubar. O milho, o feijão e a cana são plantados em outubro, quando vêm as águas, e a capina em dezembro.

O que se depreende da análise dos fluxos no sistema de produção de José lopes e Clotilde, em primeiro lugar, é a falta de fluxos internos com as lavouras de café, seja desta para os demais subsistemas, seja destes para a lavoura. A não ser pelas touceiras de bananas esparsas em algumas das lavouras, que fornecem a fruta para o consumo da família e excedentes para a comercialização, o principal fluxo é externo, representado pela aquisição de calcário e adubos químicos utilizados nas lavouras. Quase não há fluxos internos voltados para a recriação da fertilidade nas lavouras, uma vez que são conduzidas preponderantemente solteiras, e não se aproveita aí o potencial de produção de esterco do Sítio da Laje. Comparativamente à propriedade de Pedrinho e Dulcinéia, que também possuem dois sítios situados a uma distancia similar um do outro, os dois sítios são bem menos integrados.

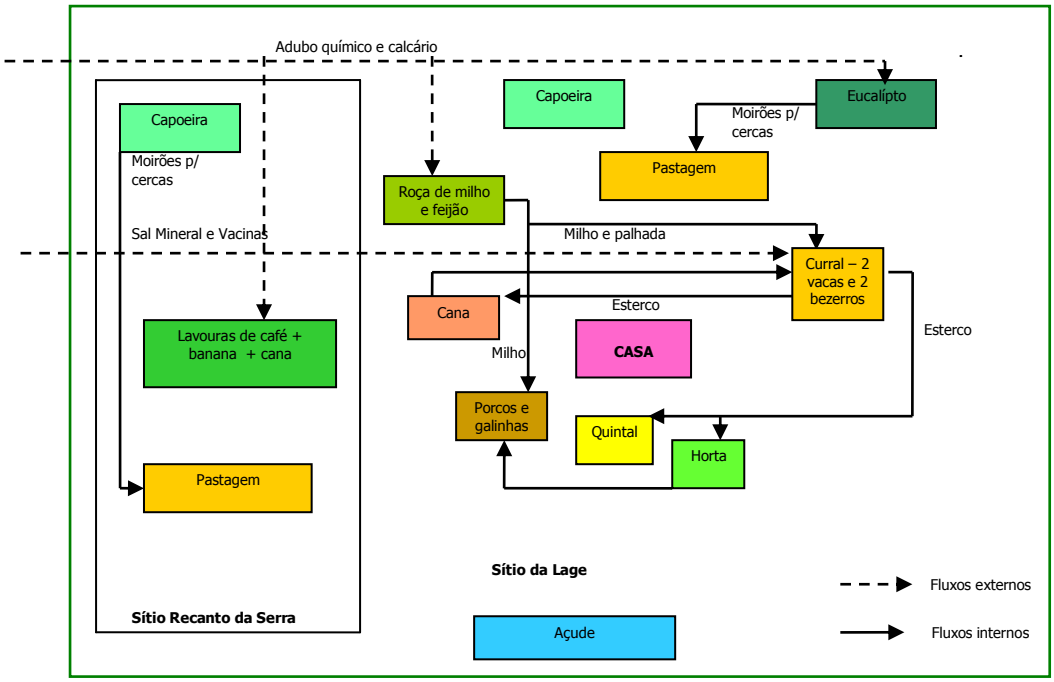


Figura 3: Diagrama da propriedade de José Lopes e Clotilde, destacando os fluxos de insumos utilizados na produção.

No Sítio da Laje há uma integração um pouco maior entre os subsistemas, embora também aí não haja práticas que potencializem a ciclagem de nutrientes. Quando o gado está nas pastagens do Sítio Recanto da Serra, o esterco não é coletado, mas quando está no Sítio da Laje, há o seu aproveitamento na horta, quintal e na lavoura de cana.

Como se pode observar na Tabela 5, as lavouras de café de José Lopes são as que recebem a maior quantidade de adubos químicos, o que lhe garante o custo mais elevado dentre os demais, pelo menos no que se refere a este insumo. Mas, no entanto não obtém a maior produtividade por cada mil pés plantados. O seu sistema de produção também é o mais dependente do café, se considerar que esta cultura é responsável por 88 % do valor bruto da produção total do sistema (Tabela 6). Deste ponto de vista, da mesma forma que nos sistemas de produção de Zé Branco e Edson (apresentado adiante), pode-se se dizer que são sistemas que envolvem maior risco, uma vez que estabelecem vínculos mais fortes com o mercado de insumos e com o mercado do café, ambos sujeitos as grandes variações de preços no mercado internacional. A desvantagem de José Lopes e Clotilde é que não contam com uma renda não agrícola, e estável, que nos casos das outras duas famílias é gerada pelo trabalho assalariado de Elvira e Margarida.

Comparando as lavouras da propriedade de José Lopes e Clotilde, que em sua quase totalidade são conduzidas em monocultura, com as lavouras na propriedade de Tenório e Tereza,

como veremos a seguir, pode-se dizer que apesar de usar mais adubo químico, a produção em sua lavoura é bem menos intensiva que a outra. Nas lavouras de Tenório e Tereza existe a mesma quantidade de café, porém se produz na mesma área uma grande quantidade de banana e mandioca, além do consórcio com árvores nativas que potencializam a ciclagem de nutrientes. Nesta comparação, talvez possamos concluir que as duas famílias passam por ciclos demográficos distintos, sendo os filhos de José Lopes e Clotilde ainda muito pequenos, eles optaram por uma estratégia poupadora de mão de obra. Talvez quando os filhos crescerem eles possam fazer uma opção de intensificar mais a produção nas áreas de lavoura.

Poderíamos então dizer que no momento em que os filhos ainda estão pequenos, no qual a família tem pouca mão de obra disponível para o trabalho, uma estratégia mais empresarial, no sentido de um vínculo maior com os mercados, visando maior escala de produção, mesmo que envolva mais riscos, pode ser a mais adequada para a reprodução socioeconômica da família. E para este tipo de situação qual a contribuição de um enfoque agroecológico? Que tipo de propostas agroecológicas seriam adequadas?

As possibilidades podem ser muitas, mas talvez a experiência de Pedrinho e Dulcinéia, seus vizinhos na comunidade de São Joaquim, apontem pistas interessantes. Da mesma forma que José Lopes e Clotilde, Pedrinho e Dulcinéia passaram há pouco tempo atrás por um momento onde todos os filhos ainda eram crianças e fizeram uma outra opção, conduzir de forma mais intensiva uma lavoura menor. Ao utilizar um manejo consorciado da lavoura e buscando um melhor aproveitamento do esterco dos animais, inclusive aumentando um pouco as criações, eles conseguiram reduzir custos, obter uma produtividade maior no café e gerar ao nível de todo o sistema de produção uma renda equivalente à obtida no sistema de José Lopes e Clotilde. Ao mesmo tempo alcançando mais autonomia, não necessitam de financiamento de custeio para a lavoura, e menor dependência do mercado de insumos e *commodities*.

...

A seguir, passo a descrever os sistemas de produção das famílias entrevistadas em Espera Feliz.

Na propriedade de Tenório e Tereza, diferente das demais, residem atualmente três famílias. O pai e a mãe com dois filhos formam a primeira família. O filho mais velho do casal com a esposa e um casal de filhos pequenos forma a segunda família. E a terceira é formada por uma filha casada, seu marido e um filho de seis meses, que recentemente passaram também a residir na propriedade.

O sistema de produção é constituído pelos subsistemas: café, consorciado com milho, feijão, mandioca, banana e árvores nativas; eucalipto; cana-de-açúcar; pomares; hortas; galinheiros; chiqueiros; e pastagem, além de uma área em pousio (chavascal). O sistema está representado no diagrama de fluxos da Figura 4.

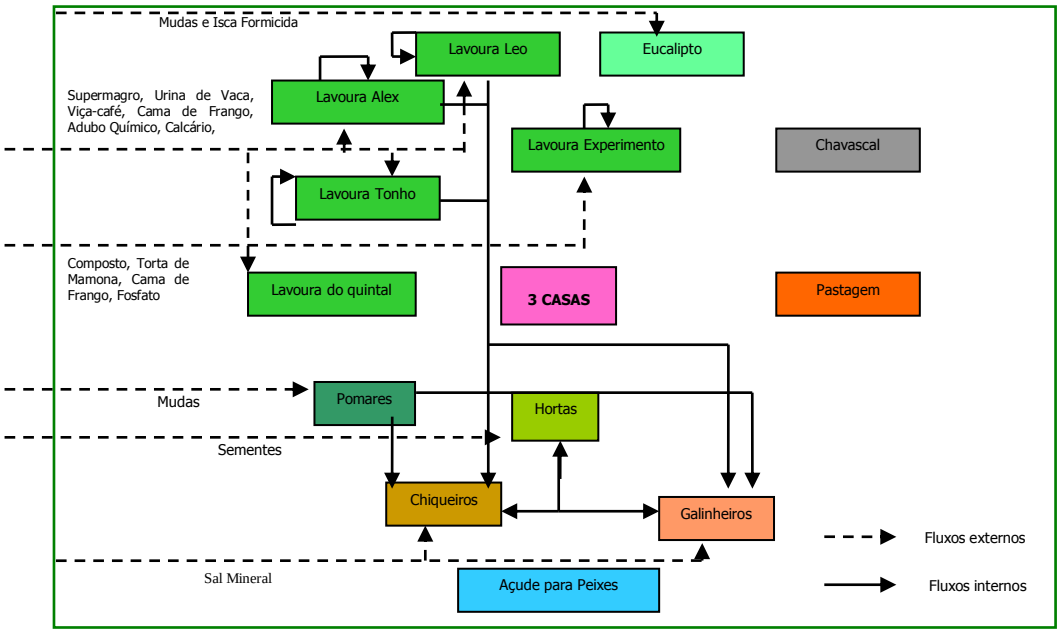


Figura 4: Diagrama da propriedade de Tenório e Tereza, destacando os fluxos de insumos utilizados na produção.

O subsistema café é dividido em cinco áreas. A primeira é o "Café do Leo". Essa lavoura, juntamente com o "Café do Alex", foi plantada em 2000, constituindo-se, inicialmente, um total de 7.000 pés. Depois de plantada a lavoura ficou abandonada por um período de 2 a 3 anos. Em parte da lavoura foi plantado eucalipto e o restante (cerca de 3.000 pés) foi recuperada por Tenório e Tereza, com aplicação de adubos químicos, quando também foram introduzidas espécies arbóreas nativas e bananeiras.

Leo dedica parte pequena do seu tempo de trabalho nesta lavoura, segundo Tenório, algo em torno de 10%. Conduz a lavoura basicamente roçando-a com sua roçadeira costal mecanizada e fazendo duas adubações químicas e duas pulverizações, com Viça-café, por ano. E de vez em quando "trilha", capinando as linhas do café. Apesar de ter um pouco de árvores nativas e bananeiras, Leo não se dedica muito em realizar o manjo com as podas devidas para melhorar a ciclagem de nutrientes na lavoura. De todas as lavouras da propriedade, nota-se que é a menos cuidada, mais infestada com braquiária[80] e onde o café tem um aspecto geral mais debilitado. Sua esposa, Rose, participa do trabalho na lavoura mais na hora de fazer a adubação e

[80] Gramínea forrageira bastante agressiva na infestação de lavouras.

na época da colheita, colhendo café e “mexendo” com ele no terreiro. Na colheita é feita troca de dias de serviço com a família de Alex, Tonho e com o primo, João, filho mais velho de Edson. Mas Leo é o único que ainda contrata pessoas de fora para ajudar na colheita. De toda forma eles têm conseguido não só colher café como banana, que é vendida por Tenório ou diretamente para compradores de fora.

A segunda lavoura é o “Café do Alex”, uma lavoura desmembrada do café antes destinado ao Leo, com 3.000 pés. Aqui também se faz o consórcio com árvores nativas, bananeiras, mas com muita mandioca e em parte também consorciada com milho e feijão. Alex também maneja sua lavoura com o uso da roçadeira, mas na parte da lavoura onde o espaçamento das linhas de café é mais largo, ele primeiro tem que capinar, depois espalhar o cisco e assim que chover plantar o milho, feijão e mandioca. Com o tempo “das águas” é hora de pulverizar a lavoura com supermagro e/ou urina de vaca, adubar a lavoura e logo roçar de novo. Estas operações são repetidas pelo menos mais uma vez nos dois meses seguintes. O adubo químico também é utilizado no plantio do milho e feijão, que necessitam de pelo menos uma capina até a época da colheita. O feijão “das águas”, normalmente é plantado em outubro/novembro e colhido em dezembro/janeiro. Às vezes planta também o feijão “do tempo”, em fevereiro/março, para ser colhido em abril/maio. Em abril é a época de “quebrar” o milho e guardá-lo na tulha, para tratar das criações e fazer o angu, que não pode faltar em nenhuma das refeições das famílias. E em maio começa a maratona da colheita e secagem do café, feita com troca de dias com o mesmo grupo mencionado por Leo. As bananas são manejadas e colhidas o ano inteiro, com mais intensidade no tempo “das águas”. Nas horas de maior folga, Alex trata de fazer as podas das árvores e espalhá-los junto com os caules e folhas das bananeiras, de acordo com a orientação de Tenório.

A terceira lavoura descrita é o “Café do Tonho”, uma lavoura mais antiga com aproximadamente 4.000 pés, plantada em um espaçamento entre fileiras mais largo (4 x 1,5 m). Esta lavoura era inicialmente conduzida diretamente por Tenório e Tereza e atualmente dada em parceria para Tonho. É também um sistema agroflorestal com árvores nativas, bananeiras, mandioca, milho, feijão e cana de açúcar. Nesta área Tonho também faz todo o manejo com a orientação de Tenório e Tereza. O milho e feijão são plantados sem capinar e sem o uso de adubo químico, apenas “riscando” a terra no meio dos becos da lavoura para semear, mas antes deve ter sido roçada, bem rente ao solo. Alex recentemente também começou a experimentar este tipo de plantio direto, que Tereza conheceu em uma visita de intercâmbio em Carangola. O

esquema da parceria com Tonho é diferente do que é feito com os filhos. Tonho fica com 40% da produção, mas é Tenório que arca com todas as despesas com insumos.

A quarta lavoura é o "Café do Quintal", uma lavourinha com apenas com 880 pés de café, em uma área próxima da casa, plantada em 2000 no sistema convencional, convertida para o sistema orgânico em 2002, a qual, em 2008, passou a adubar novamente com adubo químico. Esta lavoura foi o primeiro "experimento" de Tenório com o manejo orgânico do café, onde inicialmente foram plantas leguminosas para adubação verde e cultivou-se milho e amendoim em consórcio. Durante quase cinco anos esta lavoura não recebeu nenhuma adubação, sendo somente realizado o manejo do mato com roçadeira. E ela "sentiu" bastante, decaindo a produção. Somente neste ano é que Tenório fez uma adubação com super simples[81]. Quem é responsável por esta lavoura é o próprio Tenório, ou como ele diz: [...] "quem não cuida dela sou eu".

Finalmente a última lavoura é o "Café do Experimento". Uma lavoura onde está instalado um experimento com 36 variedades de café implantado em 2002 com o apoio da Epamig, STR e CTA, no sistema orgânico, totalizando (entre parcelas e bordadura do experimento) 2.000 pés de café. O objetivo do experimento é avaliar o desempenho das diferentes variedades de café sob um manejo orgânico de produção. Só que este manejo orgânico foi concebido pelos pesquisadores da Epamig, e todos os custos de produção são também bancados pela Epamig, que não só adquire e trás os insumos orgânicos e minerais permitidos, como paga a mão de obra na condução da lavoura. Um dos filhos de Tenório, Julio, que estuda em uma Escola Família Agrícola em Acaiaca, recebeu por três anos, uma bolsa, para que ficasse responsável por todas as medições realizadas no experimento.

Ao analisarmos os fluxos externos e internos relacionados com as lavouras de café, chama à atenção a inexistência de fluxos internos das lavouras do Experimento e do Quintal com os demais subsistemas. São como ilhas com pouca interação com os demais, onde predominam os fluxos externos de insumos adquiridos de fora da propriedade.

Na lavoura do Experimento, apesar de ser manejada com o uso de uma leguminosa perene, o amendoim forrageiro[82], que contribui na fixação de nitrogênio e protege muito bem os solos contra a erosão, todos os demais insumos para manutenção da fertilidade vêm de fora da propriedade: a cama de frango, composto orgânico, torta de mamona e os fosfatos. Não é de se

[81] Fórmula de adubo só com fósforo.

[82] O *Araquis pintoi*, leguminosa perene, de crescimento rasteiro, com grande capacidade de fixação de nitrogênio no solo, muito utilizada em pomares.

estranhar, na medida em que o experimento é todo custeado pela Epamig, mas o fato é que desta lavoura só sai o café, ela não contribui na intensificação produtiva de nenhum outro subsistema. Talvez por ser um experimento desenhado pelos pesquisadores, não incluiu a banana e árvores nativas, que exercem importantes fluxos na própria lavoura e com outros subsistemas. Assim como o uso do amendoim forrageiro, pelo seu grande poder de enraizamento ("vai trançando na terra"), não permite que se cultive junto o milho, o feijão ou a mandioca. No entanto, se verifica a mesma situação no "experimento" de manejo orgânico conduzido pelo próprio Tenório na lavourinha do quintal. Apesar de nos últimos anos, como afirma o Tenório, não ter sido aplicado nenhum tipo de adubação nesta lavoura, não tendo, portanto, o fluxo externo de fertilizantes, ela também só tem produzido (pouco) café.

Na lavoura do Leo acontece algo similar. Por ser plantada mais adensada (2,5 x 1,2 m) não permite que se cultive nas entrelinhas milho, feijão e só foi possível introduzir uma quantidade menor de banana e muito pouca mandioca, comparado ao que é cultivado nas lavouras de Alex e Tonho. Quando verificada em mais detalhe percebemos que os fluxos externos de nutrientes são também mais fortes, uma vez que aí são feitas três adubações por ano, 30% a mais que nas demais.

Já nas lavouras de Alex e Tonho, autênticos sistemas agroflorestais, os fluxos internos são bem mais significativos. A banana e a mandioca, produzidas em grande parte nestas lavouras, além de constituírem em importante fonte de diversificação da renda, como se verá adiante, são um insumo fundamental nas criações de porcos e galinhas. Tenório pica e seca a banana e a mandioca que não são comercializadas (no caso das bananas, aquelas que estão fora do padrão exigido no mercado) para produzir um farelo que é adicionado ao milho, constituindo-se na ração que é fornecida aos animais. O milho aí produzido, em sua totalidade, além de compor a ração, é também fundamental na dieta das famílias, assim como o feijão, que tem ainda o excedente do consumo comercializado.

Com este olhar para o ordenamento das lavouras da propriedade é possível perceber diferentes estágios da evolução do sistema de produção, influenciadas por diferentes contextos e agentes externos. A lavoura de Leo lembrando os tempos áureos da modernização na propriedade, "desenhada" com um adensamento próprio para o plantio em monocultura, com o uso intensivo de produtos químicos. Resultado da boa vontade e orientação de técnicos da Emater. Por outro lado também se vê a boa vontade de pesquisadores da Epamig e técnicos do CTA no "desenho" do sistema orgânico de produção do café, que nas condições dadas nesta propriedade, se assemelharam mais a uma proposta de substituição de insumos do que a uma proposta

agroecológica. E por fim vemos o "desenho" agroecológico dos sistemas agroflorestais das lavouras de Alex e Tonho, que aproveitando o "desenho" inicial de Seu José (pai de Tenório), onde se deixava espaço para o cultivo anual no meio das lavouras, foram introduzidas novas formas de manejo e consórcios, que potencializam a produção e a integração das lavouras no sistema de produção da propriedade. Neste houve também uma grande contribuição de técnicos do CTA, pesquisadores da UFV e da Epamig, mas é fundamentalmente um sistema desenvolvido por Tenório e Tereza, que não poupam esforços para que Alex, Leo e Tonho o sigam desenvolvendo na mesma perspectiva.

Nos planos de Tenório e Tereza, este sistema pode ficar ainda mais independente de insumos externos, quando começarem a criação de umas cabeças de gado, preferencialmente vacas de leite. A pastagem já está formada, falta construir o curral, comprar as garrotas e convencer algum dos filhos a cuidar da criação. Portanto, o que têm em mente, não é só garantir ocupação para os filhos, mas é também conquistar mais autonomia, com mais diversificação na renda e menos necessidade de comprar fertilizantes.

O subsistema eucalipto foi constituído com o plantio, realizado por Leo, de 8.000 mudas desta espécie exótica de crescimento rápido. Como o ofício principal de Leo é "serrar", com sua moto-serra pretende explorar esta floresta plantada produzindo estacas, esteios, caibros, réguas etc. para serem comercializados e usados na propriedade.

A criação de galinhas é feita em dois galinheiros, respectivamente nas casa de Rejane e Rose. Tereza relatou ter tido um problema sério com uma doença que apareceu em "seu terreiro" e por isso está "dando um tempo" na criação de galinhas neste local. As galinhas comem pouco milho, a maior parte de sua alimentação vem das sobras do pré-processamento e da venda das verduras e frutas, mas principalmente das sobras da banana e da mandioca. São praticamente estes mesmos produtos a base da alimentação dos porcos, criados em menor quantidade nos pequenos chiqueiros de Rejane e Rose. Mas o Tenório tem um chiqueiro maior, onde mantém um "cachaço" (reprodutor) de uma raça rústica, e duas porcas "criadeiras" que produzem os leitões que em sua maioria são destinados à comercialização assim que desmamados.

O subsistema horta, é constituído na verdade por três hortas separadas, ao lado de cada uma das casas das três famílias que moram na propriedade. As responsáveis por estas hortas são as mulheres: Tereza, Rose e Rejane. As maiores e mais diversificadas são as hortas de Tereza e Rose. No momento em que a visitei na horta de Rose, tinham plantadas couve, almeirão, cebolinha, rúcula, taioba, alface, quiabo, pimentão e jiló. Rose afirmou gastar quase meio tempo do seu dia nos cuidados com a horta: regar todos os dias, preparar os canteiros, adubar com

esterco das galinhas e do chiqueiro, semear, transplantar as mudas, vigiar quando as lagartas aparecem para tirá-las etc. Na horta de Tereza encontrei almeirão, couve, salsa, cebolinha, hortelã, alface, pimenta malagueta, pimenta dedo de moça, chuchu, bucha e várias outras espécies de plantas medicinais. Tereza diz que de vez em quando Tenório também ajuda em sua horta. A menor delas é a horta de Rejane, onde tinha couve, almeirão, cebolinha, rúcula, alface, tomate e algumas plantas medicinais. Alex também ajuda Rejane de vez em quando.

As três hortas fornecem alimentos para as famílias, que intercambiam os produtos que falta em alguma. Mas todas elas produzem também as verduras que Tenório comercializa, de casa em casa, em Espera Feliz. Todos os dias da semana, exceto sábado e domingo, bem cedo, depois de colherem os produtos em suas respectivas hortas, as três se reúnem na cozinha da casa de Tereza, prepararando os produtos para a comercialização, embalando, fazendo os molhes e também pré-processando alguns deles, como é o caso da couve, que algumas freguesas preferem já picadas em tiras bem fininhas. As pimentas são preparadas antes, embaladas em potes de vidro.

O subsistema pomar também é constituído de três pomares, no entorno das casas. O da casa de Tereza é o maior e mais diversificado, os de Rejane e Rose são mais novos e recém começaram a produzir algumas frutas. No manejo dos pomares há uma participação maior dos homens das casas, na adubação, também com esterco das galinhas, porcos e composto orgânico, nas podas e nas capinas ou roçadas. O esquema do pomar é o mesmo, parte da produção é consumida pelas famílias e parte é vendida in natura ou processadas pelas mulheres. Dos pomares saem acerola, limão, laranja, mexerica, pokan, abacate, manga, mamão, araticum e caju. Sem falar da banana que vem das lavouras e são vendidas também na forma de doce em barra.

Além dos produtos das hortas e pomares e da banana, das lavouras também saem a mandioca, vendida in natura ou descascada e embalada, e o pó de café, ambos processados pelas mulheres e comercializados por Tenório. Faltou lembrar também dos ovos produzidos nos galinheiros de Rose e Rejane. Com todas as mercadorias devidamente embaladas, todas as manhãs “lá vai Tenório”, com sua bicicleta de carga abarrotada de produtos em busca dos fregueses e freguesas que são cativados pela qualidade e origem agroecológica da produção, além, é claro, da “lábia” e simpatia do Tenório. Às vezes a quantidade de produtos é tanta que outra pessoa, normalmente Tereza ou Julio, precisa ir junto com outra bicicleta carregada.

O esquema da venda dos produtos pelo Tenório é complexo, cheio de regras negociadas ao longo do tempo. Normalmente ele vende à meia, quer dizer, depois que vende os produtos, quando volta em casa, paga a metade do valor de cada produto vendido a cada pessoa que o

produziu. O que fica "pendurado" com os fregueses, fica na conta de Tenório. Mas para a venda do pó de café, por exemplo, Tenório só fica com 20%. Também no caso do artesanato (pintura em pano) é cobrada uma percentagem menor para comercializar, de 25%. No caso dos doces, quem produziu a fruta recebe o valor da fruta in natura e o valor do doce vendido é repartido ao meio por quem o faz e Tenório.

Antes de iniciar esta comercialização de porta em porta, onde consegue um preço melhor para os produtos, Tenório comercializava a banana, mandioca, canjiquinha de milho e feijão através do Programa de Aquisição de Alimentos da Conab[83]. Mas a banana, que é produzida em grande quantidade na propriedade também era, e continua até hoje, sendo vendida para um atravessador, "especializado em banana", que a revende no Rio de Janeiro. O café é vendido por cada responsável das lavouras, embora seja comum venderem juntos, também para compradores de café de Espera Feliz. Tenório se ressente de, junto com a cooperativa de agricultores familiares de Espera Feliz e STR, não terem conseguido ainda um esquema melhor para a comercialização do café.

É desta forma que Tenório e Tereza foram construindo uma estratégia de reprodução socioeconômica que, à luz das contribuições teóricas até aqui mobilizadas, corresponde a um processo de recampesinização, tal como o define Ploeg (2008). A análise do uso do crédito rural corrobora com esta análise, na medida em que passa a ser acessado não mais de forma continuada e dependente, mas com o objetivo de fortalecer a co-produção, ampliando a base de recursos da família e a sua autonomia em relação aos recursos externos, como podemos ver a seguir.

Tenório e Tereza não fazem mais o uso do crédito de custeio, antes destinado principalmente para a compra de fertilizantes e agrotóxicos para as lavouras, desde que fizeram, com apoio do CTA e STR, um projeto para a linha do Pronaf Agroecologia. Este projeto de investimento, no valor de R$ 7.500,00, foi elaborado com a finalidade de melhorar e ampliar as estruturas de secagem e armazenamento, por meio da construção de um terreiro e de uma tulha, melhorando a qualidade do café no pós colheita. Mas antes de ser aprovado no banco o projeto foi reformulado sendo direcionado para a construção da tulha e a compra da roçadeira mecânica.

Inicialmente o recurso serviu para quitar o empréstimo de custeio do Pronaf C, contraído anteriormente, e foi adquirido outro equipamento não previsto: uma picadeira / ensiladeira

[83] Programa implementado pela Companhia Nacional de Abastecimento, vinculada ao Ministério da Agricultura, destinado ao abastecimento de instituições filantrópicas e escolas dos municípios

com motor elétrico. A roçadeira foi adquirida logo de cara, pois um ponto de estrangulamento do sistema era o grande volume de mão de obra necessário na manutenção das lavouras de café. Com a roçadeira foi possível otimizar o manejo agroecológico do solo, facilitando o manejo da vegetação espontânea, restos culturais e de leguminosas nas lavouras, o que diminuiu a necessidade de adquirir produtos de fora para a fertilização e reduziu a necessidade do herbicida. A aquisição da picadeira / ensiladeira reduziu os custos com a criação de galinhas e porcos, permitindo o melhor aproveitamento da banana e da mandioca para produção caseira da ração para estes animais. E depois o terreiro de café também foi construído, permitindo reduzir a mão de obra na secagem do café e a obtenção de uma melhor qualidade na bebida, aumentando o valor recebido pela saca na comercialização.

O novo projeto de investimento que está sendo elaborado, para iniciar a criação de vacas de leite, além de se voltar para a diversificação das fontes de renda, visa o melhor aproveitamento de recursos existentes na propriedade e uma maior autonomia na produção do esterco.

...

O outro sistema de produção em Espera Feliz é o da família de Edson e Margarida. Bem menos diversificado que o anterior e constitui-se em um exemplo do processo de modernização pelo qual passaram muitas propriedades familiares em Espera Feliz. O sistema pode ser visualizado no diagrama da Figura 5.

Os primeiros subsistemas descritos são as lavouras localizadas na baixada, na divisa com a propriedade de Tenório e Tereza, aqui denominadas como o “Café do Tonho” e “Café da Baixada”. Assim como parte da lavoura de Alex e da lavoura de Tonho na propriedade de Tenório e Tereza, estas lavouras foram plantadas no espaçamento 4 x 1,5 m entre linhas, na época em que Seu José ainda comandava toda a propriedade, da qual herdaram parte.

O Café do Tonho é assim denominado por que é o mesmo Tonho que a conduz, à meia, com Edson. São 1.400 pés de café conduzidos à base de adubação química, realizada duas vezes ao ano, na época das águas. A adubação e aplicação do calcário são feitas com base na análise de solo e dos cálculos feitos por técnicos da Emater. Recentemente passou a também fazer o manejo do mato com roçadeira, mas em grande parte da área do Tonho se planta feijão no meio dos becos do café e aí são feitas pelo menos duas capinas, uma antes do plantio e outra após um mês, aproximadamente. Por iniciativa de Tonho, com a concordância de Edson, foram plantadas recentemente algumas covas de banana e mandioca.

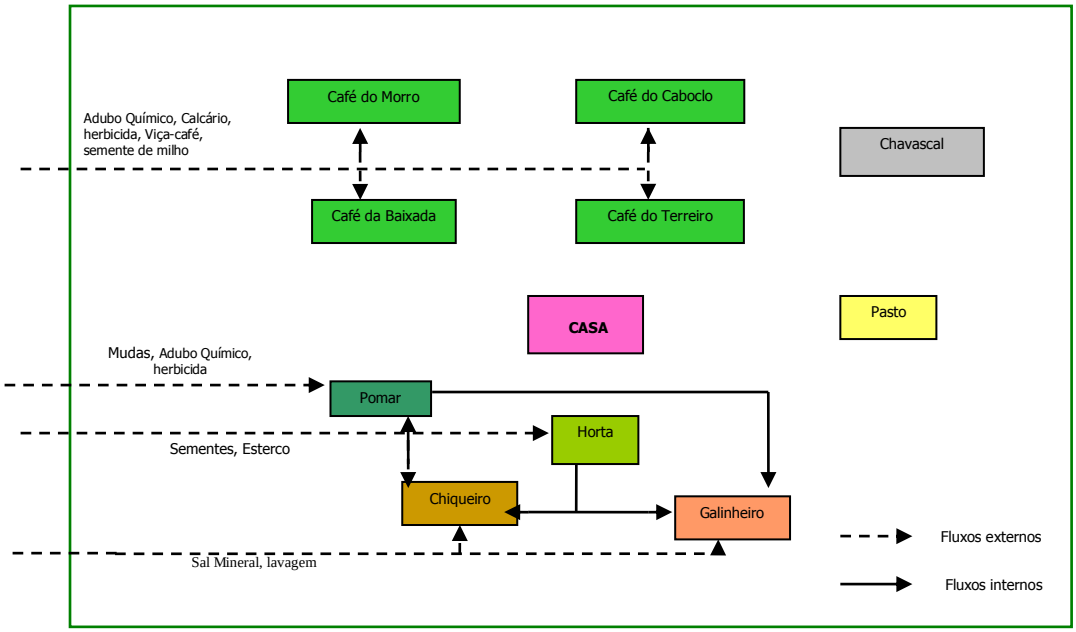


Figura 5: Diagrama da propriedade de Edson e Margarida, destacando os fluxos de insumos utilizados na produção.

O Café da Baixada era conduzido pelo próprio Edson com a esposa e filho, mas atualmente é este filho mais velho, João, agora com 19 anos, que faz a maior parte do trabalho, assumindo a responsabilidade pela lavoura. O manejo desta lavoura com 1.800 pés de café é feito da mesma forma que na anterior, com adubação química, roçada com a máquina ou capina quando é plantado o feijão, mas também é usual a aplicação de herbicida nas partes da lavoura mais infestadas com sapé ou braquiária. Só que em 2008 esta lavoura foi toda cortada, estava muito alta, difícil de colher e a produção tinha decaído, o que os levou à decisão de renová-la com esta poda, feita a aproximadamente 30 cm do solo. Neste mesmo ano foi plantado milho, também com adubação química, aproveitando o espaço aberto na lavoura. Diferente de Tenório, que planta milho "crioulo", ("que produz mais massa para forrar a lavoura"), Edson prefere o milho híbrido, por considerá-lo mais produtivo. No momento de minha visita vi os pés e galhos dos cafeeiros cortados, que durante o ano serão utilizados como lenha no fogão de casa, e João acabando de preparar todo o terreno para plantar feijão.

O Café do Morro é também manejado atualmente por João. Esta lavoura também foi plantada pelo pai de Edson em um espaçamento mais adensado, de 3 x 1 m, e era muito maior que os atuais 1.200 pés de café. Mas como a lavoura não foi bem cuidada (adubada) decaiu muito e em 2006 foi toda cortada. A brotação não saiu bem, não sabe se pela época que foi cortada, e somente a parte melhor é que estão agora tentando recuperar. O restante da lavoura foi abandonado e atualmente é um chavascal que vai até a divisa no alto da propriedade.

O Café do Terreiro constitui-se de uma lavoura de 1.300 cafeeiros, plantados também mais adensados (3 x 1,2 m) bem de frente ao terreiro, onde é comum se plantar só uma carreira de milho no meio dos becos mais apertados. A não ser por este plantio de milho, no resto a lavoura é conduzida por João da mesma forma das anteriores.

O pomar e a horta são subsistemas destinados somente ao auto-consumo familiar, sendo os excedentes destinados á alimentação de porcos e galinhas. Na adubação do pomar, além do esterco de porco, é comum utilizarem também o mesmo adubo químico usado no café. Aí produzem a banana, laranja, pokan, jabuticaba, manga, biribá, goiaba, ameixa, pitanga e abacate. Na horta utilizam mais o esterco de gado, doado por, ou adquirido de outros. Mas no momento da visita não tinha quase nada na horta, segundo Edson: [...] "minha horta tá bem acabada, mas estamos refazendo agora". Normalmente diz que sempre tem couve, alface, cebolinha, salsa, almeirão e plantas medicinais.

Os criatórios de porco e galinha são bem pequenos, só para o consumo, mas mesmo assim o milho produzido na propriedade não é suficiente para alimentá-los. Todos os sábados buscam lavagem na escola estadual e no asilo, transportada em um tambor na charrete. É justamente esta uma das funções da égua que eles têm, que também puxa uma pequena carroça usada para trazer o café da lavoura e levar os insumos. Mas como o seu pasto é muito pequeno, ele a deixa também no pasto junto ao Centro de Formação do STR, que é bem próximo à sua casa, e sem custo para Edson e Margarida.

A análise do diagrama de fluxos de insumos utilizados no sistema de produção de Edson e Margarida mostra muito claramente a predominância de fluxos externos, de fertilizantes, agrotóxicos, sementes, mudas e produtos para alimentação dos animais. Quase inexistem fluxos internos de insumos, à exceção feita para o esterco do porco que é usado no quintal e dos restos da horta e frutas que são usados na alimentação deste e das galinhas. Isto representa por um lado uma alta dependência do sistema no uso de insumos externos, que precisam ser adquiridos no mercado, ou doados (no caso da lavagem para os porcos, pasto para a égua e esterco para a horta). E por outro lado uma baixa integração entre os diferentes subsistemas, que implica, por exemplo, em uma baixa capacidade de reprodução autônoma da fertilidade e da criação dos animais.

A estratégia econômica da família de Edson e Margarida em certa medida se assemelha à estratégia econômica da família nuclear de Leo (filho mais velho de Tenório e Tereza) e Rose, embora nesta esteja em expansão à atividade de horticultura realizada por Rose. Em ambas a reprodução socioeconômica é muito mais dependente de recursos externos se comparada à

estratégia econômica da família de Tenório e Tereza, tomada em seu conjunto (família extensa). Embora na estratégia de Tenório e Tereza haja uma grande vinculação ao mercado, com seu esquema de venda direta em Espera Feliz, esta vinculação depende mais das habilidades da própria família e contribui na intensificação dos fluxos internos que geram também autonomia. Já nas estratégias de Edson e Margarida e de Leo e Rose, além de mais dependentes de insumos externos para produzir (cujos preços estão fora do seu controle), a reprodução socioeconômica da família é mais dependente da renda em atividades fora da propriedade, do trabalho de Margarida na Prefeitura e de Leo com a moto-serra.

Este tipo de estratégia econômica que alia o trabalho na propriedade com o trabalho fora pode muito bem ser uma estratégia eficiente de reprodução socioeconômica, mesmo em um tipo de agricultura familiar camponesa. Mas o que se busca destacar aqui é que as propostas agroecológicas utilizadas na estratégia econômica de Tenório e Tereza contribuem efetivamente na construção de autonomia da família e na geração de postos de trabalho na agricultura. Além disso, a estratégia de Tenório e Tereza contribui na (re) ativação de relações socioeconômicas que contribuem na geração de autonomia na própria comunidade. Por exemplo, permitindo, com o retorno e ocupação dos filhos na propriedade, a retomada das trocas de dias de serviço na colheita de café (um momento crítico na demanda de mão de obra) pela família de Edson e Margarida.

Vimos no capítulo anterior a importância da conquista e do desenvolvimento de uma base de recursos auto-gerida, tanto recursos sociais como naturais, nas estratégias de reprodução socioeconômica das famílias. Para finalizar este capítulo retomo, novamente, proposições de Ploeg (2009, p.19), desta vez relacionada à forma com que define o processo de produção (ou co-produção) na agricultura camponesa, que segundo este autor:

> [...] "é modelada a fim de comportar, tanto quanto possível, os interesses e as expectativas da família camponesa. É dessa forma que a co-produção interage com o mercado: enquanto uma parte é vendida, a outra é usada para a reprodução da propriedade e da família camponesa. Assim, a co-produção permite, direta e indiretamente, a sobrevivência da família e de suas projeções futuras. A co-produção também retro-alimenta e fortalece a base de recursos, melhorando, portanto, o próprio processo de co-produção. Esse processo se dá por meio de melhorias qualitativas: tornando a terra mais fértil, cruzando vacas mais produtivas, selecionando as melhores mudas, construindo melhores instalações de armazenagem, ampliando o conhecimento, tornando a forragem compatível com as necessidades do rebanho, etc. Além de retro-alimentarem positivamente a co-produção, tais melhorias qualitativas podem traduzir-se em ampliação da autonomia e na consequente redução da dependência".

O recurso a esta proposição é para apoiar a minha argumentação relativa à contribuição das propostas agroecológicas nas estratégias de reprodução socioeconômica das famílias aqui analisadas. Existem várias propostas desenvolvidas a partir do enfoque da agroecologia que

foram incorporadas no processo de produção dessas famílias, especialmente nas de Pedrinho e Dulcinéia, e Tenório e Tereza. O resgate e uso de sementes crioulas e de raças rústicas de animais; as formulações locais de ração para os animais; o uso da adubação verde e da compostagem; o manejo do "mato" nas lavouras em substituição à pratica tradicional das capinas; os sistemas agroflorestais e a diversificação da produção, são alguns exemplos que puderam ser verificados. Estas propostas agroecológicas aparecem nas experiências das famílias como melhorias qualitativas, que melhoram o processo de produção; fortalecem a base de recursos; e contribuem na diversificação da renda, na redução da dependência e ampliação da autonomia.

A produção agroecológica desta agricultura familiar camponesa também tem impactos mais amplos na sociedade. Além de produzir um café de qualidade tanto para o mercado interno como para exportação, gerando divisas para o país, produzem uma infinidade de produtos capazes de assegurar a segurança e soberania alimentar para as famílias produtoras e aquelas que dependem dos mercados locais. A forma com que manejam os recursos em seus sistemas de produção também projeta uma sustentabilidade ambiental, econômica e social superior aos demais modos de produção, além de realizarem uma série de serviços ambientais de relevância para o conjunto da sociedade, como a conservação e recuperação dos solos, da água e da biodiversidade.

Finalmente, é preciso ressaltar o papel protagonista dos agricultores e agricultoras entrevistadas no desenvolvimento ou na adaptação local de tais propostas. É quando assumem este papel criativo que transformam o próprio processo de trabalho em uma arena de luta social que pode gerar melhores perspectivas de futuro (PLOEG, 2008). A participação dos agricultores e agricultoras nos movimentos sociais, em redes sociopolíticas e sociotécnicas, é condição fundamental para a ampliação das possibilidades de reprodução socioeconômica de suas famílias e sistemas de produção, como foi visto antes, mas é preciso colocar em evidência não só os processos organizativos em que estão inseridos, mas a luta cotidiana de conceber, controlar, construir e re-construir o processo de trabalho. Para Ploeg (2008) aí reside a explicação para a tenacidade com que os camponeses defendem a sua autonomia.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, tomando por base as famílias de agricultores e agricultoras entrevistadas nesta pesquisa, podemos afirmar que existe nestes municípios uma agricultura familiar que pode ser caracterizada como camponesa, apresentando várias das características enunciadas no referencial teórico utilizado. A forma com que as famílias organizam o trabalho e definem suas estratégias de reprodução demonstram a importância estrutural dos grupos domésticos, tal como Henri Mendras a havia identificado como um dos traços característicos das sociedades camponesas. A função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global, outro traço característico identificado por este autor, também pode ser verificado na forma com que as famílias acessam as políticas públicas e nas mudanças que foram operadas em seus sistemas de produção.

A preocupação em conservar os escassos recursos produtivos, adquiridos com muita dedicação, aprendizado e trabalho; a estruturação do processo de produção, buscando sempre que possível um maior grau de independência em relação a recursos externos, seja em relação aos insumos necessários para produzir, seja em relação à segurança e soberania alimentar das famílias; a busca pela criação de valor agregado e empregos produtivos nas propriedades; e a permanência de relações e práticas de reciprocidade na família, na comunidade e em círculos mais amplos, são algumas das características identificadas junto às famílias pesquisadas, que também se relacionam de forma clara com as características do modo de produção camponês propostas por Ploeg (2006). Estas características estão presentes em função da sua origem, mas também a partir da sua diferenciação dos modelos da empresa agrícola e da empresa capitalista, também presentes no contexto atual.

No entanto, percebeu-se na pesquisa de campo a existência de um gradiente, que alguns autores denominam de graus de "campesinidade", que ligam estas famílias não só ao modo de produção da empresa rural ou capitalista, como ao modo de produção dos parceiros ou mesmo assalariados rurais. A busca pela liberdade e autonomia; e a manutenção de práticas de reciprocidade, podem ser identificadas como algumas das características mais marcantes em todos estes gradientes.

A análise da realidade empírica, a partir da pesquisa de campo, também permitiu perceber, por um lado, a atualidade e pertinência da formulação anterior relativa aos "graus de campesinidade", justamente por reconhecer essa natureza gradual (no tempo e no espaço) das liga-

ções que unem os diferentes tipos de agricultores e diferentes modos de se fazer a agricultura. Por outro lado, não se verificou à campo um *continuum* entre um tipo e o outro, o que poderia ser sugerido por esta natureza gradual das ligações; e sim a coexistência de práticas que poderiam ser vistas como contraditórias, representando diferentes modos de se fazer a agricultura.

A diversidade e heterogeneidade das práticas observadas sugerem que outros referenciais de análise poderiam ser úteis em pesquisas futuras. Outros focos de atenção, como a estruturação da unidade doméstica, em termos das relações de poder; as regras de parentesco, que estruturam contratos implícitos, expectativas de sucessão, etc., igualmente poderiam contribuir para uma melhor compreensão dos fenômenos observados. Um foco, por exemplo, nas relações de poder presentes no interior das famílias, poderia ser muito útil na compreensão da hierarquização física e simbólica imposta pelo patriarcado, verificando-se em que medida as propostas agroecológicas contribuem, ou não, para a superação destas relações desiguais, presentes não só na "cultura camponesa", como no conjunto de nossa sociedade. Da mesma forma, deve ser buscada uma ampliação da base empírica, incorporando na análise as estratégias de reprodução socioeconômica de famílias que não tenham uma vinculação tão profunda com as redes sociotécnicas e sociopolíticas aqui identificadas. Isto permitiria, por exemplo, uma análise mais profunda das relações de reciprocidade e dos conflitos existentes nesta "sociabilidade dos córregos".

Pode-se também afirmar que o modo de produção camponês tem permitido que as famílias encontrem "espaços de manobra" no contexto atual de ameaças e privações, desenvolvendo estratégias efetivas de reprodução social e econômica. Ou seja, são modalidades específicas e efetivas de produzir e viver em sociedade, mesmo neste contexto. O desenvolvimento e a incorporação de novas tecnologias e práticas; a busca por um afastamento sistemático, estratégico e gradual dos mercados de insumos; a vinculação estrategicamente organizada aos mercados de produtos; a diversificação das fontes de renda e das formas de inserção profissional das famílias e de seus membros (inclusive através da pluriatividade); a intensificação do trabalho; os padrões de herança estabelecidos; a manutenção ou recuperação de regras e práticas de reciprocidade; entre outros recursos de curto e longo prazo, são estratégias de produção e reprodução socioeconômica que podem ser verificadas. Mesmo considerando que as famílias lançam mão de diferentes estratégias, de diferentes "modos de ganhar a vida", o reconhecimento da eficácia das estratégias camponesas, traz de novo ao centro do debate dos "estudos rurais" algo que muitos autores já consideravam como ultrapassado.

Tendo-se como referência as propostas agroecológicas desenvolvidas ou adaptadas localmente pelos agricultores e agricultoras, pode-se afirmar a contribuição da agroecologia na reprodução socioeconômica dessa agricultura familiar, na medida em que estão ajustadas às estratégias de resistência camponesa e, pelo menos em um caso estudado, a um processo de recampesinização. Pelo menos para o caso destes municípios da Zona da Mata, ouso afirmar que este deve ser um parâmetro essencial no desenvolvimento das propostas agroecológicas: o seu ajuste às estratégias de reprodução socioeconômica da agricultura familiar camponesa presente na região. Dito de outra forma, propostas desenvolvidas para uma agricultura familiar do tipo empresarial tenderão a se afastar dos princípios agroecológicos, quanto mais ajustadas forem a este modo de produção.

Finalmente é de fundamental importância conferir visibilidade à existência e dinamismo dessa agricultura familiar camponesa da Zona da Mata, no contexto atual, onde as políticas públicas voltadas ao "fortalecimento" da agricultura familiar seguem na direção da sua "modernização", no sentido de integrá-la cada vez mais às "cadeias produtivas", ao mercado de tecnologias, insumos e produtos. A agricultura familiar camponesa não precisa de "cadeias" e sim de reconhecimento, liberdade e espaço para produzir e comercializar seus produtos.

8. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. & VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).** Brasília: FIPE/IPEA, 1999. (Texto p/ Discussão n. 641)

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo / Rio de Janeiro / Campinas: Hucitec, ANPOCS, Editora da Unicamp, 1992. (Série Estudos Rurais, 12).

ALMEIDA, J. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003.

ALMEIDA, J. Da ideologia do Progresso à idéia do desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1997.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002, 592 p.

ALTIERI, M. **Biodiversidad, agroecologia y manejo de plagas**. Valparaiso, Chile: CETAL, 1992.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA: FASE, 1989.

ANDRADE, R.R. **A expansão da cafeicultura em Minas Gerais: da intervenção do Estado à liberalização do mercado**. Belo Horizonte, 1994. Dissertação (Mestrado). UFMG/CEDEPLAR.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. Zona da Mata: diagnóstico e indicações de ações prioritárias para o seu desenvolvimento. Belo Horizonte, 2000. 158 p.

BARBOSA, W. **Cultura Puri e Educação Popular no município de Araponga, Minas Gerais: duzentos anos de solidão em defesa da vida e do meio ambiente**. Tese (Doutorado em Ensino e Formação de Educadores) - Centro de Ciências da Educação. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

BONI, V. & QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC.** Florianópolis, v. 2, n. 1 (3), p. 68-80, jan./jul. 2005.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes; Ijuí: Fidene 1988. 200p.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável**: questões para debate. Brasília: IICA, 2006. 136. (Desenvolvimento sustentável, 5).

CAMPOS, A.P.T. & FERRARI, E. F. A conquista de terras em conjunto: autonomia, qualidade de vida e Agroecologia. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 9-12 – dezembro. 2008.

CAMPOS, A.P.T. **A conquista de terras em conjunto: redes sociais e confiança – a experiência dos agricultores e agricultoras familiares de Araponga (MG)**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2006.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.8, p. 70-85 – abril. 1997.

CARVALHO, A. F., GJORUP, D. F., OLIVEIRA, G. B., CARDOSO, I. M., NONATO, H., SOUTO, R. L. e BONFIM, V. R. Sistematização das experiências com sistemas agroflorestais do CTA-ZM: relatório final. CTA-ZM, jan. 2005. 147 p. (Disponível em www.ctazm.org.br/publicacoes_sistematizacoes.htm)

CARVALHO, H. M. de. **O campesinato no século XXI. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil.** São Paulo: Editora Vozes, 2005, 405p.

CHAYANOV, A. **L'organisation de l'économie paysanne**. Paris: Librairie du Regard, 1990, 344p.

CINTRÃO, R. P. **Ongs, tecnologias agrícolas e representação política do campesinato: uma análise da relação entre o Centro de Tecnologias Alternativas e os Sindicatos de Trabalhadores Turais na zona da mata mineira.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.

COMERFORD, J. C. Herança da Terra e Conflito. In: LIMA, E. N.; DEGADO, N. G. e MOREIRA, R. J. (Org.) **Mundo Rural IV. Configurações rural urbanas: poderes e políticas.** Rio de Janeiro: Mauad X: Edur, 2007.

COMERFORD, J. C. **Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Políta / UFRJ, 2003, 406 p.

DEAN, W. **A ferro e fogo, a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAS, M. M. **Agricultura familiar: disputas conceituais, tipologias e políticas públicas.** Brasília, Campina Grande: ABEAS/UFCG, 2006 (Texto Didático).

DUFUMIER, M. **Les Projets de Développement Agricole** : Manual d'Expertise. Paris: Ed. Khartala/CTA, 1996. 354p.

ELLIS, F. **Peasant Economics. Farm households and agrarian development.** Cambridge: The Cambridge University Press, 1988, 309p.

EMBRAPA. Marco Referencial em Agroecologia / Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

FARIA, A. A. C. Uma visão do município de Araponga / MG: Informações coletadas durante o diagnóstico realizado. Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata. Viçosa, jan. 1994.

FERRARI, E. A. & ABRAÃO, S. S. Pronaf Agroecología: sistematización de una experiencia llevada a cabo en la Zona da Mata de Minas Gerais. In: Scotto, G. (Org.). **Aun hay tiempo para el sol**: pobrezas rurales y programas sociales: Brasil, Venezuela, Guatemala. Una mirada desde lo local. Rio de Janeiro: Action Aid - Oficina Regional Américas, 2008.

FERRARI, E. A. & ALMEIDA, S. G. Por uma nova teoria econômica para a agricultura ecológica. **Ação Ambiental**, Viçosa, v. 8, n. 31, p. 24-29, mai./jun. 2005.

GARCIA FILHO, Danilo Prado**. Guia Metodológico**: Diagnóstico de Sistemas Agrários. [s.l.]: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Ministério Extraordinário de Política Fundiária – MEPF, 1999. 57p.

GOMES, S. T. **Condicionantes da modernização do pequeno agricultor.** São Paulo, IPE/USP (Série Ensaios Econômicos), 1986, 169pp.

GONDIM, S.M.G. Grupos Focais como Técnica de Investigação Qualitativa: Desafios Metodológicos. **Revista Paidéia**. **Cadernos de Psicologia e Educação**. v.12, n.24, pp.149-161, 2002b

GUANZIROLI, C. E. & CARDIN, S. E. C. S. (Coord.). **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica Incra/Fao, 2000.

GUZMÁN, E. S. & MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. Tradução Ênio Guterres e Horácio Martins de Carvalho. Editora Expressão Popular, 2005. 96p.

GUZMÁN, E. S. Agroecologia y desarrollo rural sustentable. http://www.pronaf.gov.br /dater/arquivos/18_agroeco_y_DRS_sevilla_2002.pdf. Acesso: 20 de junho, 2008.

GUZMÁN, E. S. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura. Idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1997.

HALFELD, H. G.F. e Von TSCHUDI, J. J. **A província brasileira e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. 176p.

HECHT, S. A evolução do pensamento agroecológico. In: edição de Miguel Altieri: **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002

LAMARCHE. H. (Coord.) **Agricultura Familiar: comparação internacional.** Tradução Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. 336p. (Coleção Repertórios).

LANNA, A. L. D. **A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira**, **1870-1920** - 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989, 123 p.

LAVILLE, C. **A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução: Heloísa Monteiro, Francisco Settineri. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MAFRA, F. L. N. **Práticas, poder e perspectivas em reconstrução**: um olhar sobre a trajetória da experiência agroecológica de Araponga, Minas Gerais. Tese (Doutorado em Desenvol-

vimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2006.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARTINS, J. S. **O sujeito oculto**: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2003. 238p. (Col. Estudos Rurais).

MARTINEZ-ALIER, J. **The environmentalism of the Poor.** Cheltenham: Edward Elgar, 2002.

MATOS, E. S.; CARDOSO, I. M.; SOUTO, R. L.; MENDONCA, E. S.; LIMA, P. C. Legumes and spontaneous plants in coffee systems: characteristics, residue decomposition and carbon mineralization. Communications in **Soil Science and Plant Analysis**. 2009. In press.

MATOS, E. S.; MENDONCA, E. S.; LIMA, P. C.; COELHO, M. S.; MATEUS, R. F.; CARDOSO, I. M. Green manure in coffee systems in the Zona da Mata of Minas Gerais: characteristics and kinetics of C and N mineralization. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**. v. 32, p. 27 - 35, 2008.

MAZOYER, M. & ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo do neolítico à crise contemporânea**. Tradução José Luís Godinho. Lisboa: Instituto Piaget, 2001. 520p. (Coleção História e Biografias, 17).

MEDEIROS, L. S. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENDRAS, H. L'invention de la paysannerie. In: **Revue Française de Sociologie**, 41-3, 2000, pp. 539-552.

MENDRAS, H. **Les sociétés paysannes. Eléments pour une théorie de la paysannerie**. Paris: Armand Colin, 1976, 281p.

MEYER, L. F. F. **Modernização da agricultura e desenvolvimento sustentado: o caso de Minas Gerais – 1970 a 1985**. Viçosa: UFV, 1997. 149 f. Dissertação (Mestrado – Economia Rural) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1997.

MOORGAN, D. Focus group as qualitative research. **Qualitative Research Methods Series**. N. 16. London: Sage Publications. 1997.

MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural .** São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

MULS, Nair C. A formação da estrutura agrária mineira e a gênese do campesinato. **Análise & conjuntura**. Belo Horizonte, v.5, n.3, set/dez, 1990.

NABUCO, M. R. Brasil e Minas Gerais: modernização e modernidade na agricultura. In: **Ensaios Econômicos CEDEPLAR 4**. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1990, pp.185-201.

NAVARRO, M. G. M. Bases teoricas para una historia agrária alternativa. **Agroecología y Desarrollo**. Revista de CLADES, Santiago, n. 4, 1992.

NORGAARD, R. B. A base epistemológica da agroecologia. In: ALTIERI, M. A. (Ed.). **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa.** Rio de Janeiro: PTA: FASE, 1989. p. 42-48.

OLIVEIRA, D. **Mercados e reprodução social: um estudo de caso comparativo entre agricultores ecologistas e não ecologistas de Ipê – RS.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio grande do Sul, 2007.

PETERSEN, P. Gerando riquezas e novos valores. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 2 – outubro. 2005.

PLOEG, J. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, Edição Especial: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro, p. 17-31 – outubro. 2009.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org). **A diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PLOEG, J. D. El processo de trabajo agricol y La mercantilizacion. In: GUZMÁN, E. S. (Ed) **Ecologia, campesinato y historia.** Madri: Las Ediciones de La piqueta, 1992ª. p. 163-195.

POLANYI, K. **A grande transformação, as origens da nossa época.** Tradução Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980 [1944], 303 p.

QUEIROZ, M. I. P. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil.** 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes 1976, 242p.

RANGEL, I. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

RIBEIRO, A. E. M. & GALIZONI, F. M. . A arte da catira: negócios e reprodução familiar de sitiantes mineiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, p. 65-74, 2007.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Tradução Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCHNEIDER, S.; SCHMITT, C. J. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SILVA, J. G. (org.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1980.

SILVEIRA, L. M. A construção de territórios camponeses. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 4-6 – março. 2010.

TOLEDO, V. M. **Campesinidad, agroindustrialidad, sostenibilidad: los fundamentos ecológicos e históricos del desarrollo rural**. Cuadernos de Trabajo 3, Grupo Interamericano para el Desarrollo Sostenible de la Agricultura y los Recursos Naturales, México, 1995.

TONNEAU, J.; AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A Modernisation de l'agriculture familiale et exclusion: lê dilemme des politiques agricoles. **Cahiers d'études et de recherches francophones/Agricultures**, v. 14, n. 1, p. 30-34, janvier/février. 2005.

VALVERDE, O. Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista brasileira de geografia**. v. 20, n.1, p. 3-82, 1958.

VEIGA, J. E. Agricultura Familiar e Sustentabilidade. In: **Cadernos de Ciência e Tecnologia** Brasília: Embrapa, vol 13, n. 3, set./dez, pp. 383-404. 1996.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 2007.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo, Ed. UPF, 1999.